

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

HÉCTOR VIGLIECCA E O TEMA DA HABITAÇÃO:
UM PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE CIDADE

Andréia Azaredo Machado

Pelotas, 2022

Andréia Azaredo Machado

**HÉCTOR VIGLIECCA E O TEMA DA HABITAÇÃO:
UM PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE CIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Helena Castro Gonsales

Pelotas, 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

M149h Machado, Andréia Azaredo

Héctor Vigliecca e o tema da habitação : um projeto de construção de cidade / Andréia Azaredo Machado ; Célia Helena Castro Gonsales, orientadora. — Pelotas, 2022.

168 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Teoria da arquitetura e do urbanismo. 2. Habitação de interesse social. 3. Processos projetuais. 4. Arquiteto Héctor Vigliecca. I. Gonsales, Célia Helena Castro, orient. II. Título.

CDD : 720

Agradecimentos

À minha família, pai, mãe e irmã, pelo incentivo e apoio incondicional.

Ao Renato, por compartilhar as angústias e as alegrias vividas no desenvolvimento desta dissertação, dando incentivo e apoio, fundamentais.

À minha orientadora, Profa. Dra. Célia Castro Gonsales, pela dedicação e pela paciência em todas as orientações prestadas.

Aos professores que se dispuseram a participar da banca com o intuito de colaborar com este trabalho.

À Universidade Federal de Pelotas, desde os setores administrativos até a diretoria da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB) e à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito obrigada!

Resumo

MACHADO, Andréia. **Héctor Vigliecca e o tema da habitação**: um projeto de construção de cidade. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

A pesquisa tem como objetivo analisar os projetos de habitação e as propostas de urbanização do arquiteto Héctor Vigliecca, buscando entender as estratégias projetuais utilizadas para o estabelecimento de uma consistente relação entre arquitetura e cidade, ou seja, as estratégias utilizadas para “construir cidade”. Com o fim de analisar a construção da cidade por meio da habitação, são feitas análises arquitetônicas e urbanísticas de quatro projetos habitacionais de Vigliecca: o Conjunto Assembleia, a Reurbanização do Complexo Paraisópolis, a Colina D’oeste/Morro Socó e o Jardim Vicentina. Trabalha-se com a hipótese de que o olhar sobre a cidade, a interpretação cuidadosa do espaço urbano – ou seja, o modo de “construir cidade” por parte do arquiteto –, encontra as suas raízes na sua formação e nos primeiros anos profissionais no país natal, ou seja, no contato do arquiteto e da sua geração, no Uruguai dos anos 1960, com o contexto de crítica ao Movimento Moderno, que os leva, de alguma maneira, a uma atuação peculiar em urbanizações de habitação social no âmbito das cooperativas habitacionais. Como procedimentos metodológicos, foram realizadas revisões bibliográficas e análises arquitetônicas e urbanísticas textuais e gráficas. Para a realização das análises, elaborou-se um roteiro específico baseado nos “cinco mantras do desenho urbano” estabelecidos por Vigliecca, que, segundo ele, sintetizam os critérios básicos para a construção da cidade. Os resultados da pesquisa indicam que aquele contexto de crítica no qual atuou nos seus primeiros anos de trabalho não foi só importante, como fundamental para a construção do seu pensamento e da sua visão do papel do urbanista e do arquiteto frente à cidade. Alguns dos ensinamentos daquele momento apresentam-se claramente em seus projetos: conexão do conjunto com a cidade existente de forma que o novo seja solidário com o existente, busca por espaços qualificados, ideia de identidade e apropriação, preceitos que procuram tornar as cidades mais habitáveis e conectadas com os seus cidadãos.

Palavras-Chave: Teoria da Arquitetura e do Urbanismo. Habitação de Interesse Social. Processos Projetuais. Arquiteto Héctor Vigliecca.

Abstract

MACHADO, Andréia. **Héctor Vigliecca and the theme of housing**: a city building project. Dissertation (Master's in Architecture and Urbanism) – Graduate Program in Architecture and Urbanism, Faculty of Architecture and Urbanism, Federal University of Pelotas, 2022.

The research aims to analyze the housing projects and urbanization proposals of the architect Héctor Vigliecca, seeking to understand the design strategies used to establish a consistent relationship between architecture and the city, that is, the strategies used to “build the city”. In order to analyze the construction of the city through housing, architectural and urban analyzes are made of four housing projects in Vigliecca: Conjunto Conjunto, Reurbanização do Complexo Paraisópolis, Colina D'oeste/Morro Socó and Jardim Vicentina. It works with the hypothesis that the look at the city, the careful interpretation of the urban space – that is, the architect’s way of building the city – finds its roots in his training and in his first professional years in his home country. , that is, in the contact of the architect and his generation, in Uruguay in the 1960s, with the context of criticism of the Modern Movement, which somehow led them to a peculiar performance in urbanization of social housing within the scope of housing cooperatives . As methodological procedures, bibliographic reviews and textual and graphic architectural and urban analysis were carried out. To carry out the analyses, a specific script was elaborated based on the “five mantras of urban design” established by Vigliecca, which, according to him, synthesize the basic criteria for the construction of the city. The research results indicate that the context of criticism in which he acted in his early years of work was not only important, but fundamental for the construction of his thinking and his vision of the role of urban planners and architects in the face of the city. Some of the teachings of that moment are clearly presented in his projects: connection of the set with the existing city so that the new is solidary with the existing, search for qualified spaces, idea of identity and appropriation, precepts that seek to make cities more livable and connected with their citizens.

Keywords: Theory of Architecture and Urbanism. Social Interest Housing. Design Processes. Architect Héctor Vigliecca.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 HIPÓTESE	13
3 OBJETIVOS	14
4 JUSTIFICATIVA	15
5 ESTADO DA ARTE – TRABALHOS INVESTIGATIVOS SOBRE A OBRA DO ARQUITETO HECTOR VIGLIECCA	16
6 METODOLOGIA	18
7 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	7
8 A FORMAÇÃO E A REALIDADE DISCIPLINAR – ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PENSAMENTO DE VIGLIECCA A RESPEITO DA ARQUITETURA E DA CIDADE	21
8.1 A formação acadêmica e os primeiros anos (Uruguai e Europa)	21
8.2 O contexto brasileiro	24
8.3 A habitação social no Brasil e o urbanismo moderno – um modelo largamente replicado	25
9 QUATRO PROJETOS DE VIGLIECCA – ESTRATÉGIAS PROJETUAIS	55
9.1 O mantra Viglieccano	57
9.2 Os projetos estudados	64
9.2.1 CONJUNTO ASSEMBLEIA, 2004, SÃO PAULO-SP – PROJETO EM ÁREA CENTRAL CONSOLIDADA	65
9.2.1.1 Legibilidade como condição de cidadania / Coligação das novas edificações	67
9.2.2 REURBANIZAÇÃO DO COMPLEXO PARAISÓPOLIS, 2004, SÃO PAULO-SP – PROJETO EM ÁREA URBANA CRÍTICA	76
9.2.2.1 Reestruturação da malha urbana	81
9.2.2.2 Remoções por necessidade urbana	96
9.2.2.3 Integração do corpo hidrográfico à estrutura urbana	103

9.2.2.4 Legibilidade como condição de cidadania/ Coligação das novas edificações	106
9.2.3 COLINA D'OESTE / MORRO SOCÓ – ÁREA DE PORTAIS, 2007, OSASCO-SP – PROJETO EM SITUAÇÃO HÍBRIDA: A QUADRA COMO “UNIDADE URBANA DE REFERÊNCIA” E ÁREA URBANA CRÍTICA.....	113
9.2.3.1 Reestruturação da malha urbana	117
9.2.3.2 Remoções por necessidade urbana	119
9.2.3.3 Integração do corpo hidrográfico à estrutura urbana.....	122
9.2.3.4 Legibilidade como condição de cidadania/ Coligação das novas edificações	124
9.2.4 JARDIM VICENTINA, 2008, OSASCO-SP – PROJETO EM SITUAÇÃO HÍBRIDA: A QUADRA COMO “UNIDADE URBANA DE REFERÊNCIA” E ÁREA URBANA CRÍTICA.....	132
9.2.4.1 Reestruturação da malha urbana	137
9.2.4.2 Remoções por necessidade urbana / Integração do corpo hidrográfico à estrutura urbana	141
9.2.4.3 Legibilidade como condição de cidadania	145
9.2.4.4 Coligação das novas edificações	148
10 OBRA E LINHA PROJETUAL DE VIGLIECCA	151
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS.....	160

1 INTRODUÇÃO

Em geral, quando se fala de déficit habitacional no Brasil, faz-se referência à necessidade de construção de um grande número de habitações. Embora isso seja, obviamente, parte do problema, neste trabalho, consideramos a questão não a partir da necessidade de construir habitação, mas sim da necessidade de “construir cidade”. Isso é o que tem afirmado o arquiteto Héctor Vigliecca ao longo das suas últimas décadas de trabalho, em palestras, escritos e, essencialmente, por meio dos seus projetos.

Construir uma cidade social e culturalmente “eficiente” – neste caso, desde o campo específico da Arquitetura e Urbanismo –, uma cidade ambientalmente legível, estruturada, integrada e passível de identificação por parte dos seus moradores é o desafio que se coloca diante dos profissionais que atuam no tema do projeto do espaço urbano.

Porque, como também nos aponta Vigliecca (2014), a leitura da realidade nos diz o seguinte: se construirmos uma estrutura pública, legível, reconhecível como um sistema urbano estruturado, o morador que está em contato com ela se sente cidadão e investe no seu lugar de morada. Ou seja, ele também participa da construção da cidade.

Então, a primeira questão que se coloca nesta investigação é esta: **o que é cidade para o arquiteto?** E é ele mesmo que responde:

1º - É um lugar para ser habitado e não ocupado – no habitar pleno se constitui a cidadania.

2º - É um lugar onde não haja a exclusão social e econômica.

3º - Mas também é um espaço onde não haja um tipo de exclusão que pertence a uma dimensão difícil de medir: a do âmbito urbano, dessa condição essencialmente urbana, que precisa ser adequada – através de uma cidade que “tenha sentido”, com áreas que se comuniquem e que se integrem. Enfim, um lugar que apresente uma legibilidade da estrutura urbana, que é também uma condição fundamental de um habitat pleno e, assim, de cidadania.

A outra questão que se coloca neste trabalho – a partir do posicionamento do arquiteto Vigliecca – é o papel do projeto no contexto da habitação e da cidade – em geral, repleta de fragilidades e pontuada de áreas críticas (VIGLIECCA,2011).

O arquiteto insiste sempre na ideia de que o projeto é um instrumento científico de pesquisa, de invenção de propostas e de reflexão, indicando que a arte de projetar se organiza da seguinte maneira: primeiramente, interpreta-se a realidade, depois constrói-se uma hipótese e, por último, utilizam-se os diagnósticos para verificação desta (VIGLIECCA, 2014).

São essas questões – que surgem a partir da própria atuação do arquiteto – que alicerçam esta investigação, e é a partir delas que se organizam as reflexões deste trabalho.

Vigliecca nasceu em 1940, em Montevideu, e, a partir de 1963, estudou na Facultad de Arquitectura (FARQ) – hoje Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo (FADU) – da Universidad de la República (UDELAR), na qual se formou em 1968. Começou a sua vida profissional nesse país, onde desenvolveu projetos de conjuntos habitacionais dentro do programa de cooperativas habitacionais.

Em 1975, veio para Brasil, onde passou a viver desde então. Em São Paulo, trabalhou com Joaquim Guedes e como chefe do Departamento de Arquitetura do Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores. Mais tarde, foi sócio de Bruno Padovano em Padovano & Vigliecca arquitetos, em que trabalhou por sete anos. Atualmente, dirige, com Luciane Quel, Ruben Otero e Ronald Werner Fiedler, o escritório Vigliecca & Associados (VIGLIECCA, 2012). Aqui no Brasil, já desenvolveu uma vasta produção, desde projetos de Habitação de Interesse Social, arenas esportivas, edifícios culturais, educacionais e institucionais até grandes intervenções urbanas (VIGLIECCA, 2012).

No tema da habitação, o arquiteto tem trabalhado em diferentes condições urbanas, tanto em áreas consolidadas como em áreas chamadas por ele de “críticas”, destacando-se sempre por um olhar minucioso e atento sobre o lugar do qual procura extrair – das características do ambiente e, de alguma maneira, da experiência humana pré-existente – os elementos para constituir as estratégias projetuais. Por exemplo, as suas propostas de atuação podem ser entendidas com base na própria classificação utilizada por Vigliecca (2014) em um dos seus livros: projetos em área

centrais consolidadas, em áreas urbanas críticas e em lugares marcados pela clara utilização da quadra como “unidade urbana de referência”. Os exemplos descritos a seguir podem fornecer uma aproximação inicial às estratégias projetuais de Vigliecca e da sua interpretação do lugar urbano.

O projeto do casarão do Carmo (2003), localizado no centro de São Paulo, foi uma intervenção feita em uma área central consolidada. A proposta era projetar habitação e, ao mesmo tempo, resgatar a marca de um processo histórico, tendo como divisa uma igreja e uma casa paroquial do século XIX, ambas tombadas pelo patrimônio histórico, porém totalmente deterioradas. Nesse contexto, foi introduzida uma rua no interior da quadra, como elemento urbano estruturador que revalorizava a casa episcopal e a igreja. O interior da quadra, antes tratado como parcela e lote, tornava-se visível e abria-se como espaço público articulador (VIGLIECCA, 2014).

No projeto do Conjunto Habitacional Rio das Pedras – Vila Mara (1991), localizado no bairro São Miguel Paulista, na cidade de São Paulo, a quadra foi o elemento de referência que articulou os usos e as escalas público e privado. A proposta consistiu em dois blocos/quadras como elementos estruturadores do tecido urbano, propiciando maior integração com o entorno e continuidade dos espaços da cidade (VIGLIECCA, 2014).

Já o projeto do Parque Novo Santo Amaro V (2009), localizado na zona sul de São Paulo, tratava-se de uma proposta para uma área urbana crítica. Uma lâmina habitacional “serpenteou” a área, transformando-a em uma “estrutura urbana” que articula as diferentes cotas da topografia. Um eixo central, ao longo do córrego canalizado, abrigou um parque linear com diversos pontos de atração como playground, pista skate, campo futebol, estimulando assim a circulação dos moradores e o sentimento de identificação com o lugar (VIGLIECCA, 2014).

Nesses três projetos – bastante publicados na mídia especializada –, identificamos as claves de atuação do arquiteto: a conexão do “novo” com os elementos e as escalas da cidade à volta; a rua como elemento primordial; a preocupação fundamental com as “conexões”.

Conforme aponta Lizete Maria Rubano (2014), nos últimos anos, o desafio com que Vigliecca e sua equipe têm lidado mais vezes, considerando o território e o trabalho humano, tem sido elaborar estratégias teóricas e projetuais de enfrentamento

da condição urbana mais precária, como a descrita acima. Esse desafio envolve estudos de processos de apropriação, legibilidade e legitimação, ou seja, processos complexos que dizem respeito a como as pessoas usam o território, identificam-no e legitimam o seu uso privado e público, especialmente o coletivo.

Por outro lado, a equipe sempre tenta extrair do próprio lugar elementos excepcionais que, em processos de “costura” e estruturação, possam gerar uma nova leitura e/ou um novo caminho. Vigliecca (2019) comenta: “[...] não é questão apenas de costurar, é costurar e extrair da preexistência valores que você não vê nesse momento porque eles não ficaram muito claros nos processos de construção da cidade”.

Nesse contexto, o arquiteto explica uma estratégia utilizada nos seus projetos que ficou conhecida como “cunha de infiltração”:

Como transformamos esses lugares chamadas favelas? Nós chamamos isso de infiltração. Para atuar nesses lugares, nós infiltramos urbanidade. Chamamos isto de *cunhas de infiltração*: a introdução de urbanidade em pequenas inserções que espalham por toda a área. Essas infiltrações tem a possibilidade de contaminar o todo. É a introdução de algo que é necessário e que é legível e valoriza a estrutura existente (VIGLIECCA, 2019, grifo do autor).

Esse procedimento pode ser explicado na reflexão que o arquiteto faz a respeito de alguns lugares nos quais já atuou. De acordo com Vigliecca, é visível, ao visitar as áreas urbanisticamente precárias, que, no local onde há uma rua asfaltada, com calçada e iluminação – ou seja, algo de urbanidade –, o morador cuida da fachada da sua casa ou comércio, enquanto, em zonas totalmente carentes de infraestrutura ou de, pelo menos, alguma estrutura legível, há grande falta de consciência urbana:

Se quisermos que os habitantes se sintam cidadãos, se sintam parte da cidade, temos de inserir alguma infraestrutura urbana legível que o vincule ao espaço da cidade. É um modo de operar simples e eficiente. Em suma, é preciso trazer mais cidade formal (infraestrutura, calçada, equipamentos) para dentro da cidade informal, mas sem fazer tábula rasa (VIGLIECCA 2019).

Como aponta Monica Junqueira Camargo (2012), os projetos do arquiteto apresentam maturidade e inventividade, o que é fruto da sua experiência acumulada e da sua constante investigação de novas possibilidades e alternativas para

construção de cidades. Suas propostas são simples e, ao mesmo tempo, ousadas; simples porque partem da realidade, da leitura do existente; ousadas porque são inéditas, criativas e propositivas de uma nova situação urbana.

2 HIPÓTESE

Sabíamos inicialmente, por meio de relatos da bibliografia, que esse olhar sobre a cidade, essa interpretação cuidadosa do espaço urbano, encontra as suas raízes na formação e nos primeiros anos profissionais de Vigliecca no seu país natal. Alguns estudos já realizados sobre esse arquiteto e sua obra – como Selbach (2017) – discorrem sobre o contato que ele e a sua geração tiveram, no Uruguai dos anos 1960, com o contexto de crítica ao Movimento Moderno. Isso levou, de alguma maneira, a uma atuação peculiar dele e dos seus colegas em urbanizações de habitação social no âmbito das cooperativas habitacionais.

Dentro desse panorama, esta pesquisa trabalhou com a hipótese de que esse contexto foi fundamental na construção do pensamento do arquiteto e na sua visão do papel do urbanista e do arquiteto frente à cidade na sua atuação inicial no Brasil. A força dessa formação juvenil continua presente na sua obra atual.

3 OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho é analisar os projetos de habitação social e as propostas de urbanização do arquiteto Héctor Vigliecca, buscando entender as estratégias projetuais utilizadas para a sua proposta de “construção de cidade”.

Sendo assim, os objetivos específicos são: a) estudar os impactos da sua formação acadêmica e da experiência dos seus primeiros anos profissionais no Uruguai na construção da sua trajetória projetual; b) compreender o diálogo – ou a antítese – que o arquiteto estabelece entre os seus projetos e a trajetória habitacional no Brasil; c) identificar as “cidades construídas” nos projetos arquitetônicos e urbanísticos de habitação social a partir da confluência dos itens acima citados e de outros conceitos e visões de mundo pertinentes ao arquiteto¹.

¹ Inicialmente se pensava em incluir também o objetivo de “analisar a participação e o papel dos sócios nos seus projetos no tema da relação da arquitetura-cidade”, mas, prevendo a grande dimensão que esse item poderia tomar, decidiu-se, apesar da consciência da lacuna criada no estudo da obra do arquiteto, não inclui-lo, pois sobrepassaria muito as dimensões de um trabalho de mestrado.

4 JUSTIFICATIVA

A vasta produção de Vigliecca, que decorre de uma experiência inicial no trabalho com cooperativas, no tema da habitação e da cidade já é um motivo para a investigação do seu legado. No entanto, a reflexão teórica que está sempre presente no seu trabalho, esse constante indagar, duvidar, é algo, no nosso entendimento, mais fundamental ainda.

Sendo assim, em um país onde há uma carência de habitação e de espaços urbanos de qualidade, acredita-se que o tema pode ser de extrema importância, pois a análise detalhada de alguns conjuntos e o estudo das suas estratégias projetuais podem formar um corpo consistente de referências para projetos atuais e futuros no Brasil.

5 ESTADO DA ARTE – TRABALHOS INVESTIGATIVOS SOBRE A OBRA DO ARQUITETO HECTOR VIGLIECCA

Embora muitos estudos já tenham sido realizados sobre a obra habitacional de Vigliecca, citamos como exemplo os seguintes trabalhos.

O artigo de Alessandra Castelo Branco Bedolini (2014), “A Vila dos Idosos de Hector Vigliecca: uma reflexão sobre “fazer arquitetura””, analisa o projeto da Vila dos Idosos, de 2003, em São Paulo, a primeira experiência de Habitação de Interesse Social promovida pelo poder público destinada a pessoas idosas de baixa renda. O trabalho destaca o olhar cuidadoso e sensível do arquiteto no projeto, levando em conta a relação com o entorno e as necessidades dos futuros moradores.

A dissertação de Bibiana Carreño Zambra (2015), *Projeto de arquitetura da moradia de interesse social: experiências paulistanas, 1960-2014*, analisa o papel do projeto arquitetônico na definição dos programas habitacionais na cidade de São Paulo a partir dos anos 1960. Um dos projetos analisados pela autora é o Conjunto Habitacional Rio das Pedras – Vila Mara de Hector Vigliecca.

A dissertação de Mariana de Carvalho Puglisi (2017), *Habitação e cidade – espaços coletivos na Habitação de Interesse Social: análise de obras do arquiteto Héctor Vigliecca em São Paulo de 1989 a 2016*, analisa os espaços coletivos em três conjuntos: o Conjunto Habitacional Rincão, o Conjunto Habitacional Rio das Pedras – Vila Mara e o Parque Novo Santo Amaro V, focando na realidade não prevista no projeto, ou seja, nas formas de uso e apropriação dos espaços coletivos que surgem ao longo dos anos.

A dissertação de mestrado de Carolina Ritter (2019), *Espaço arquitetônico e urbanístico nas cooperativas habitacionais uruguaias: Complexo Habitacional Bulevar Artigas e Zona 1 do Complexo Habitacional José Pedro Varela*, realiza uma análise arquitetônica e urbanística detalhada do Complexo Habitacional Bulevar Artigas. Esse conjunto habitacional projetado por Vigliecca é considerado pela crítica como uma urbanização bem-sucedida no campo da habitação social em termos de apropriação por parte dos moradores. A pesquisa de Ritter constata que, se por um lado o processo cooperativo foi fundamental para esse “êxito”, por outro, as questões arquitetônicas e urbanísticas propostas a partir da crítica à cidade funcionalista foram

essenciais no processo de apropriação do habitat por parte dos moradores. Por conta disso, essa dissertação é fundamental para uma compreensão desses primeiros anos de atuação do arquiteto no seu país natal.

Na dissertação de Vitor Martins Minghini (2019), *A dimensão urbana nos projetos habitacionais de Héctor Vigliecca*, são estudados três projetos de Habitação de Interesse Social desenvolvidos por Vigliecca e sua equipe na cidade de São Paulo – o Casarão do Carmo (2003), o Heliópolis Gleba H (2013) e o Parque Novo Santo Amaro V (2009) –, de forma a avaliar a consistência dos projetos em relação à busca constante por uma resposta que nasce da compreensão do tecido urbano.

Por outro lado, Vigliecca – a partir da fundação da sua própria editora, Vigliecca & Associados – também publicou dois livros sobre as suas obras: *O terceiro território: habitação coletiva e cidade* (2014) e *Hipóteses do real: concursos de arquitetura e urbanismo 1971-2011* (2012). O primeiro apresenta alguns projetos do arquiteto classificados conforme as condições urbanas enfrentadas, sobre as quais discorremos anteriormente: áreas centrais consolidadas, utilização da quadra como “unidade de referência” e reconhecimento das áreas críticas e utilização das “estruturas habitacionais”. Nessa obra, o intuito era expor principalmente as questões motivadoras e o processo de cada um desses projetos. Já o livro *Hipóteses do real: concursos de arquitetura e urbanismo 1971-2011* é resultado da participação do arquiteto em diversos concursos e também está organizado de acordo com as diferentes condições urbanas apresentadas ante o projetista: áreas consolidadas, áreas urbanas em transformação, áreas de transição e borda e áreas novas. No entanto, seu objetivo é descrever cada um dos projetos e ressaltar as possíveis contribuições para o campo da arquitetura, mesmo que muitos não tenham sido executados. Ambas as publicações enfatizam, fundamentalmente, a cidade como o grande tema de todas as propostas.

Todos esses trabalhos foram importantes na construção desta investigação, pois forneceram uma compreensão mais ampla da atuação e do papel do arquiteto, desde os primeiros projetos no Uruguai até os atuais, e mostram como são potentes as suas propostas em relação ao diálogo que estabelece com o existente/entorno. Eles também serviram de referência e base para as escolhas realizadas em relação às obras a serem analisadas aqui.

6 METODOLOGIA

Esta pesquisa, de caráter exploratório e abordagem qualitativa com o delineamento de estudo de caso, busca, por meio dos seus métodos, uma proximidade com o objeto de estudo. Com esse tipo de investigação, o pesquisador cria uma familiaridade maior com o problema e consegue definir as hipóteses (GIL, 2002).

Assim, para alcançar os objetivos propostos, foram realizadas as seguintes etapas.

Primeiramente, foram elaboradas revisões bibliográficas para estudar o contexto, a formação acadêmica e a experiência de Vigliecca no Uruguai nos primeiros anos de trabalho no contexto da crítica (TEAM 10/Smithson), investigar o contexto brasileiro no momento em que o arquiteto chegou ao Brasil e explorar o contexto contemporâneo das últimas décadas, visando identificar a sua influência nos projetos do arquiteto – objetivos específicos a e b.

Para analisar os projetos arquitetônicos e urbanísticos de habitação social, buscando avaliar a confluência de todos os itens acima citados, objetivo específico c, foram escolhidos alguns projetos e realizada uma análise arquitetônica e urbanística detalhada (textual e gráfica).

A escolha dos projetos para análise se deu, primeiramente, a partir das três situações de atuação de Vigliecca, como já citado anteriormente, projetos em áreas centrais consolidadas, em áreas urbanas críticas e em lugares marcados pela clara utilização da quadra como “unidade urbana de referência”. Posteriormente, ao revisar a bibliografia do arquiteto na área da habitação, verificamos que há projetos bastante estudados, então optamos por buscar os menos abordados.

Para a realização das análises, os procedimentos foram os seguintes:

1) Pesquisa documental: tivemos acesso a material gráfico como implantação, plantas, baixas, cortes, croquis, fotos, etc. dos conjuntos estudados – por meio do site

do escritório Vigliecca & Associados, dos livros do próprio arquiteto e do material disponibilizado, em arquivo digital, à autora deste trabalho pelo próprio escritório².

2) Pesquisas bibliográficas, buscando complementar as informações relacionadas aos conjuntos estudados e analisados.

3) Construção de um roteiro de análise específico para a situação em estudo e a realização de esquemas gráficos.

Para estruturar as análises e dar-lhes um desenvolvimento mais ou menos homogêneo, elaboramos um roteiro que teve como referência os “cinco mantras do desenho urbano” indicados por Vigliecca, cinco regras básicas que, segundo ele, sintetizam os critérios e as estratégias para a sua proposta de arquitetura e cidade. O objetivo foi seguir os “passos projetuais” de Vigliecca, procurando desvendar a dimensão dos seus conceitos e dos seus métodos.

² A ideia inicial, era fazer uma visita ao escritório e às obras do arquiteto, mas, em função da pandemia, isso não foi possível, então entrou-se em contato com o escritório por e-mail, e este disponibilizou um arquivo digital dos projetos em estudo.

7 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Assim, com base em todo o contexto exposto e a partir dos objetivos desta investigação, os principais temas são divididos em três capítulos:

Capítulo 8: A formação e a realidade disciplinar – elementos de consolidação do pensamento de Vigliecca a respeito da arquitetura e da cidade: constitui-se do estudo da formação acadêmica e dos primeiros anos profissionais do arquiteto no Uruguai e na Europa, principalmente na Itália. Aborda também o contexto brasileiro – principalmente no campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo, no tema da habitação social –, no qual o arquiteto se inseriu e realizou as suas obras a partir da metade dos anos 1970. Relata ainda a trajetória acadêmica e os primeiros anos de reflexão e de atividade profissional de Vigliecca. Acreditamos que o relatado aqui é fator fundamental e influencia definitivamente as estratégias projetuais e os conceitos desenvolvidos pelo arquiteto em relação à posição da arquitetura frente à cidade, resultando em uma atuação muito consistente nesse sentido. A construção desse cenário permite destacar fundamentalmente as particularidades do trabalho de Vigliecca. Podemos perceber que mais que uma continuidade ou uma inserção da sua obra numa “linha do tempo habitacional” no Brasil, as suas propostas se colocam como um contraponto a muitas das estratégias projetuais e à ideia de espaço urbano, em geral adotada pelos arquitetos brasileiros.

Capítulo 9: Quatro projetos de Héctor Vigliecca – estratégias projetuais: é formado pela análise de quatro projetos de Vigliecca – realizados em diferentes situações urbanas, e tenta desvendar as estratégias projetuais, que se pressupõem fruto de uma reflexão continuada sobre a relação da arquitetura com a cidade onde está inserida.

Capítulo 10: Obra e linha projetual de Vigliecca: elucida sobre a linha projetual do arquiteto, por meio de um recorte temporal de projetos de habitação dos anos de 1972 a 2016.

Capítulo 4: Considerações finais: é formado por algumas considerações que podem ser feitas após as análises dos projetos dos conjuntos habitacionais e do estudo das propostas de urbanização do arquiteto Héctor Vigliecca.

8 A FORMAÇÃO E A REALIDADE DISCIPLINAR – ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PENSAMENTO DE VIGLIECCA A RESPEITO DA ARQUITETURA E DA CIDADE

Como já indicamos anteriormente, acreditamos que a formação acadêmica e os primeiros anos profissionais de Vigliecca no Uruguai e na Itália tiveram influência nas suas estratégias projetuais e nos princípios que ele desenvolveu em relação à posição da arquitetura frente à cidade. Sendo assim, neste capítulo, sintetizamos a formação acadêmica e os primeiros anos profissionais do arquiteto, mas também abordamos o contexto brasileiro – principalmente arquitetônico e urbanístico –, no qual ele se inseriu quando chegou ao Brasil, a partir da metade dos anos 1970, e realizou as suas obras.

8.1 A formação acadêmica e os primeiros anos (Uruguai e Europa)

Apesar de ter estudado e se formado na UDELAR, Vigliecca (2019) comenta, em diversas entrevistas, que não teve uma formação acadêmica sólida em relação à cidade. O ensino, segundo o arquiteto, era muito teórico, devido, em parte, à quase inexistência, no Uruguai, de projetos na escala urbana.

Teve como professor e orientador, o arquiteto Antônio Cravotto (VIGLIECCA, 2022), que se destacou nos anos 1960 por uma postura crítica ao status estabelecido na FARQ da UDELAR (PONTE; BACH; GATTI, 2007).

Parece que um precoce interesse pelas questões urbanas o levou, após se formar, a concorrer a uma bolsa para cursar uma pós-graduação em Urbanismo na Itália (VIGLIECCA, 2022). Assim, a partir de 1970, passou três anos na Europa, primeiramente, estudando na *Università Degli studi Di Roma La Sapienza*, em Roma, mas logo desistiu do curso, pois a proposta de trabalho fugia da temática de projeto e urbanismo, que era o seu interesse, e, além disso, a universidade estava em greve na época (VIGLIECCA, 2022).

Nos anos seguintes, viajou pelo continente europeu. O arquiteto comenta que esse período foi bem importante para a sua formação, pois era um momento de questionamento das soluções modernistas para a cidade. Começava-se a propor, de

maneira contundente, a valorização das pré-existências, do homem na comunidade na qual estava inserido, da rua e do pedestre, atitudes promovidas por arquitetos como Aldo Rossi, Alison e Peter Smithson, Aldo Van Eyck, entre outros. Portanto, parte do seu aprendizado não se deu propriamente no curso de urbanismo, mas nas suas viagens e na apreensão das informações gerais que circulavam na Europa.

Ainda no período acadêmico, em Montevideu, participou de um grupo de estudos chamado *Núcleo del Sol*, que questionava os princípios da Carta de Atenas e investigava as potencialidades das propostas de grupos como o Team 10 e outros que estavam abraçando uma nova postura ante a arquitetura e a cidade. O grupo apostava em projetos mais relacionados com o entorno e socialmente comprometidos (SERAPIÃO, 2013).

Sua formação no Uruguai foi marcada pelo debate promovido pelo Team 10 nos anos 1950 e também pelas obras de James Stirling e do Grupo Archigram, aos quais tinha acesso pela revista argentina *Summa*. Importantes também para Vigliecca e seus colegas, como já comentado, foram as obras dos argentinos Justo Solsona e José Ignacio Díaz, que já incorporavam um pouco as ideias do Team 10, do Stirling e do Grupo Archigram. Vigliecca (2019) comenta que na Argentina, país vizinho e de fácil acesso, os profissionais estavam mais atualizados em relação ao que acontecia na Europa.

Em 1956, no CIAM X, realizado em Dubrovnik, o modelo CIAM entrou em crise com a ascensão do grupo que havia organizado esse congresso. Esse grupo era constituído por arquitetos modernos da geração mais nova, como Jacob Bakena, Aldo Van Eyck, Giancarlo De Carlo, Alison e Peter Smithson, entre outros. A partir da dissolução do CIAM, consolidou-se o Team 10, com o intuito de continuar as discussões críticas aos posicionamentos mais dominantes do Movimento Moderno, defendidos pelas gerações anteriores.

O grupo questionava principalmente os fundamentos do urbanismo moderno, como o excessivo dogmatismo, que resultava na uniformidade do meio urbano e na padronização das habitações, com pouca relação, segundo eles, com a identidade e as necessidades do morador. Pregava a ideia de comunidade e identidade, ou seja, uma relação entre a casa e os espaços coletivos da cidade que fosse mediada por questões culturais.

Desse modo, esses arquitetos estavam preocupados em criar uma nova ordem espacial para as cidades, a partir de uma estrutura que gerasse significados e proporcionasse ao cidadão a compreensão do seu habitat, rejeitando o espaço universal e a organização a partir das quatro funções da Carta de Atenas (RITTER, 2019). De modo geral, a questão básica era investigar as relações entre público e privado, visando a qualificação do espaço público, surgindo assim a ideia de “identidade” e “pertencimento”, ou seja, de “reidentificação” do homem com o seu habitat (MUMFORD, 2002).

Alison e Peter Smithson apresentaram, no IX CIAM, a grelha *Urban Reidentification* e o tema “hierarquia das associações humanas” (SMITHSON, 1966, FRAMPTON, 1997). Por outro lado, o Manifesto de Doorn, escrito em 1954, constituiu-se como uma síntese das primeiras discussões do grupo, indicando que o habitat seria conformado na relação entre casa e comunidade. O manifesto refletia a discussão sobre o problema da separação estremada entre arquitetura e cidade (FRAMPTON, 1997).

Outras vozes se uniam nessa busca de superação das limitações das iniciativas do modernismo ortodoxo. No livro *Morte e Vida das Grandes Cidades*, a jornalista e pensadora estadunidense Jane Jacobs (2000) defendia a diversidade, a mescla de usos e a importância do papel das ruas nas cidades, pois, segundo ela, eram meios capazes de garantir a vitalidade dos espaços urbanos e potencializar a vida em comunidade e as relações sociais.

Os anos de estudo no Uruguai, de 1963 a 1968, foram fundamentais para a formação de Vigliecca, pois as reflexões críticas a respeito dos dogmas da arquitetura e urbanismo modernos estavam presentes, de maneira bastante forte, no país naquele período. Os princípios da crítica ao Movimento Moderno, que se deu a partir do final dos anos 1950, foram bastante absorvidos por Vigliecca: a busca por uma arquitetura que trabalhasse com os vários níveis do ato de habitar a cidade e as conexões com ela, a recuperação da rua como lugar de diversidade, enfim, a maior integração entre objeto arquitetônico e cidade, perduraram e se consolidaram na sua arquitetura nas décadas seguintes.

O início da sua carreira profissional, que aconteceu essencialmente no contexto das cooperativas uruguaias de habitação, constituiu-se em uma oportunidade inicial

fundamental para colocar em prática os pressupostos teóricos debatidos durante a sua formação³. Nas décadas de trabalho no Brasil, continuou afirmando e aplicando essas premissas no conjunto da sua produção, principalmente no âmbito habitacional.

Ao chegar ao Brasil em 1975, trabalhou, por três anos, com Joaquim Guedes, em cujo escritório foi contratado a partir de uma indicação do arquiteto carioca Alfredo Brito (VIGLIECCA, 2022).

O arquiteto uruguaio não o menciona, mas é uma coincidência grande ele ter vindo trabalhar no Brasil justamente com um dos únicos arquitetos brasileiros que dialogavam, de alguma maneira, com a crítica internacional. Segundo Vigliecca (2022), esse período em que trabalhou com Joaquim Guedes lhe trouxe várias oportunidades, tanto com relação à familiarização da prática da arquitetura no Brasil quanto no que diz respeito à ampliação dos contatos com arquitetos importantes:

Evidentemente que um escritório de renome como do arquiteto Joaquim Guedes, na época, me trouxe várias oportunidades, tanto para minha familiarização com a prática da arquitetura brasileira, como também, a ampliação das relações com outros arquitetos de igual importância, como o arquiteto Hijo Nanjo (arquiteto japonês que hoje tem seu escritório em Tóquio), e fundamentalmente o arquiteto Assis Reis de Salvador, cuja influência foi decisiva sobre meu trabalho como arquiteto, durante um período que estive na cidade e tivemos a oportunidade de trabalharmos juntos no início do concurso para o Centro de Convenções da Bahia (VIGLIECCA, 2022).

8.2 O contexto brasileiro

Aqui nos deteremos, um instante, na proposta de habitação/espço urbano/cidade no Brasil desde o momento em que se começou a pensar a habitação, como um problema do Estado até o século XXI. Este estudo serve como uma espécie de marco teórico, que permite uma melhor compreensão da obra de Vigliecca e da sua inserção no contexto brasileiro.

³ Sobre os projetos de Vigliecca em Montevideu como representação dessa reflexão teórica, ver a dissertação *Espço Arquitetônico e Urbanístico nas cooperativas habitacionais uruguaias: Complexo Habitacional Bulevar Artigas e Zona 1 do Complexo Habitacional José Pedro Varela*, de Carolina Ritter (2019).

O problema fundamental colocado pelo arquiteto uruguaio é o da construção da cidade por meio da habitação. Desse modo, o estudo do tema da habitação no Brasil se dá sob um olhar que procura analisar a relação do projeto habitacional e a ideia de cidade: o quanto uma proposta clara de cidade – moderna, tradicional – estava presente e o quanto a proposta de habitação era fruto de uma reflexão sobre o espaço urbano.

8.3 A habitação social no Brasil e o urbanismo moderno – um modelo largamente replicado

No Brasil, o problema da habitação social, ou seja, a oficialização da falta de moradia para as classes economicamente menos favorecidas, teve início no final do século XIX, com a expansão das cidades, a partir da população que saiu do campo em busca de trabalho nos grandes centros urbanos. Essa expansão foi construída com base em uma segregação social do espaço, na qual os ricos iam morar no centro das cidades e os pobres na periferia, o que levava as classes sociais a sofrerem de forma variada os efeitos da crise urbana: “As classes de mais alta renda costumam concentrar-se em uma região específica da cidade, concentrando-se aí também os investimentos e as benesses urbanas”, indica Villaça (2012, p. 62).

A necessidade de abrigar o grande número de imigrantes que chegavam a São Paulo, por exemplo, fez com que começassem a surgir os primeiros tipos da chamada habitação popular, como os cortiços⁴ e as habitações operárias, estas construídas rápida e precariamente (BONDUKI, 2017). Além desses alojamentos, outros tipos de moradias já existiam, como prédios de sobrados convertidos em cortiços, hotéis-cortiço, cortiços-pátio, entre outros.

⁴ Os cortiços consistem em casas cujos cômodos são alugados, servindo cada um deles como habitação para uma família. Geralmente são ocupados por famílias de baixa renda e suas instalações sanitárias são de uso comum. Tecnicamente, são chamados de “habitações coletivas precárias de aluguel” (BONDUKI, 2017, p. 31).

Sendo assim, diante das condições precárias em que viviam os trabalhadores nesses tipos de habitação, os higienistas – médicos e engenheiros que criaram leis e serviços sanitários para prevenção de doenças e epidemias no final do século XIX – exigiam uma intervenção do governo e indicavam a necessidade de uma legislação restritiva, visto que a precariedade dos serviços de água e esgoto constituíam uma ameaça à saúde pública (BONDUKI, 2017). Surgiram, assim, as vilas operárias, grupo de pequenas moradias unifamiliares geminadas que, segundo o poder público e os higienistas, eram melhores e mais salubres (BONDUKI, 2017).

Até 1930, todos esses tipos de habitação eram de aluguel e construídos pela iniciativa privada. Após esse período, a habitação social tornou-se uma preocupação do poder público e uma oportunidade para arquitetos e urbanistas.

De acordo com Maria Luiza Sanvitto (2010, p. 51):

O último lustro dos anos 1930 assim como as décadas de 40 e 50 do século XX constituíram uma época de glória para a arquitetura brasileira, como símbolo de modernidades de um país que pretendia se desenvolver. Este destaque teve como protagonista a Escola Carioca, com uma arquitetura de raiz corbusiana, temperada pela leveza e sinuosidade que a caracterizaram nacionalmente. Na habitação econômica, a arquitetura moderna esteve presente nos conjuntos habitacionais promovidos pelos Institutos de aposentadoria e pensões dos Industriários – IAPI, Fundação da Casa Popular – FCP, e Departamento de Habitação Popular – DHP. Estas Iniciativas contaram com a participação de um número significativo de arquitetos comprometidos com o movimento moderno, engajados na exploração de variedade tipológica, em busca de soluções para o atendimento da demanda habitacional para a população de baixa renda.

Os arquitetos envolvidos nessas iniciativas adotaram atitudes de projeto alinhadas ao Movimento Moderno, buscando compatibilizar “economia, prática, técnica e estética” (FERREIRA, 1940, p. 79 *apud* BONDUKI, 2017). O propósito era garantir aos trabalhadores uma dignidade de moradia, negada anteriormente. Desse modo, os programas residenciais passaram a incluir equipamentos que valorizavam os espaços coletivos, considerando que o habitar não se constituía apenas da moradia individual – uma repercussão dos debates sobre habitação social na Europa, especificamente no seio dos CIAM.

Nos anos 1930, já estavam muito presentes essas ideias provindas da Europa quanto à habitação e ao modelo de cidade: ruptura com os tecidos urbanos existentes

a partir da composição urbana em blocos e da organização da cidade em unidades de vizinhança (PORTO, 1938 *apud* BONDUKI, 2017).

De acordo com a “doutrina modernista”, segundo PORTO (1938 *apud* BONDUKI, 2017), eram propostas as seguintes diretrizes para atuação na área habitacional aqui no Brasil:

- 1) Edificação isolada sobre o traçado urbano existente;
- 2) Construção de grandes blocos de habitação, entendidos como mais econômicos;
- 3) Uso de pilotis, para ter contato com a natureza e espaço livre para recreação;
- 4) Limitação de altura, não ultrapassando quatro pavimentos;
- 5) Adoção de apartamentos duplex;
- 6) Processo de construção racionalizados;
- 7) Articulação dos conjuntos habitacionais com os planos urbanos existentes, sem ocasionar exclusão;
- 8) Entrega da casa mobiliada de forma racional.

Vários conjuntos habitacionais importantes foram projetados e construídos nesse momento seguindo esses moldes. Um deles é o **Conjunto Residencial Vila Guiomar (1937-1945)**, promovido pelo IAPI, com projeto do arquiteto Carlos Frederico Ferreira, localizado em Santo André-SP. Nele verificamos a combinação de ideias do urbanismo do Movimento Moderno/CIAM com as da cidade-jardim, a partir da união de casas unifamiliares e blocos de apartamentos. Podemos verificar a influência das cidades-jardim nos traçados sinuosos do centro, com casas implantadas em lotes individuais, e a ideia moderna de cidade concentrada nos blocos de apartamentos laminares isentos – que segue a retórica do Movimento Moderno da ventilação cruzada e da grande incidência de iluminação natural – implantados de maneira paralela em um grande “parque”. As casas unifamiliares concentram-se no centro do terreno e os blocos lineares nas áreas mais externas (Figura 1) (SANVITTO, 2010).

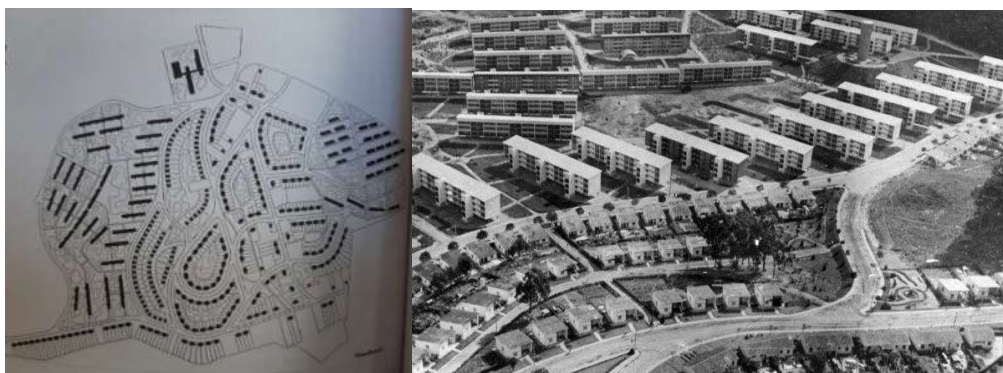


Figura 1: À esquerda, implantação do Conjunto Residencial Vila Guiomar. À direita, Volumetria do Conjunto Residencial Vila Guiomar, Santo André-SP, 1937, Carlos Frederico Ferreira.

Fonte: Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-03-Vista-Parcial-do-Conjunto-Residencial-Vila-Guiomar-1940-Fonte-PESSOLATO-C_fig2_320570125. Acesso em: 15 abr. 2021.

É clara a influência que os conjuntos urbanos europeus modernos – as *siedlungen* da Europa Central e do Norte, por exemplo – passaram a exercer no Brasil na produção habitacional dos IAPIs. No entanto, naquelas urbanizações, embora fosse usada muitas vezes uma implantação muito esquemática (Figura 2), havia também propostas de uma relativa adaptação ao traçado urbano existente e de espaços mais complexos (Figura 3), o que dificilmente acontecia no Brasil.

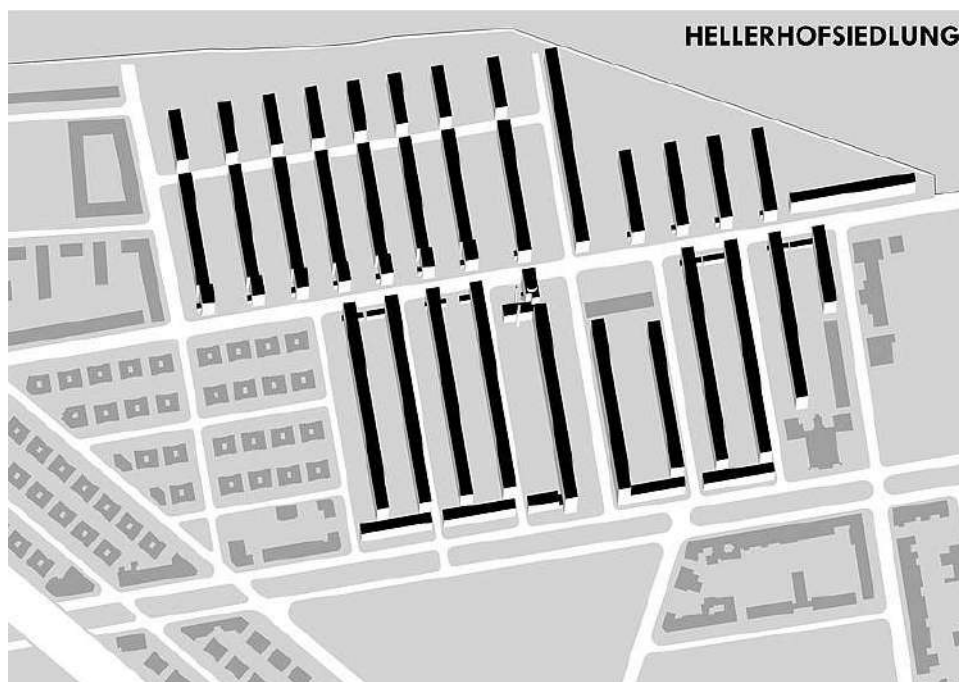


Figura 2: Implantação da Siedlung de Hellerhof, Frankfurt, 1901, Philip Holzmann.

Fonte: Disponível em: <https://de.wikipedia.org/wiki/Hellerhofsiedlung>. Acesso em: 02 mai. 2022.



Figura 3: À esquerda, Siedlung Siemensstadt, Berlim, 1929, Hans Scharoun. À direita, Hufeisensiedlung Britz, Berlim, 1925, Bruno Taut.

Fonte: Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/01-181550/a-planificacao-de-siedlung-siemensstadt-movimento-e-centralidade-na-obra-de-hans-scharoun-slash-por-scar-m-ares-alvarez> e <https://angelinawittmann.blogspot.com/2016/04/arquitetura-siedlung-hufeisensiedlung.html>. Acesso em: 02 mai. 2022.

Outra urbanização importante é o **Conjunto Residencial Baixada do Carmo (1938-1945)**, também do IAPI, projeto dos arquitetos Atílio Correa Lima, Alberto de Mello Flores, Hélio Uchoa Cavalcanti e José Theodulo da Silva. Localizado próximo ao centro de São Paulo, apresenta solução com edifícios lineares de quatro a doze pavimentos e é marcado pela racionalidade da implantação em barras paralelas. A implantação dos edifícios foi pensada, segundo Bonduki (2017), de maneira a maximizar a ventilação e a iluminação natural, a pureza de formas e a riqueza nos espaços públicos – uma “riqueza” que, em geral, tem relação com dimensões e não com variedade ou complexidade espacial (Figura 4).

O **Conjunto IAPI (1943)**, em Porto Alegre, é também um projeto de destaque nesse contexto, mas de uma maneira um pouco particular. A proposta seguiu a ideia da cidade-jardim, com traçado curvo que considera a topografia. Também explora a variedade tipológica com casas isoladas, pequenos blocos e extensas barras que não excedem quatro pavimentos (SANVITTO, 2010). No entanto, em termos de linguagem arquitetônica, segue ainda um modelo “pré-moderno” (Figura 4).

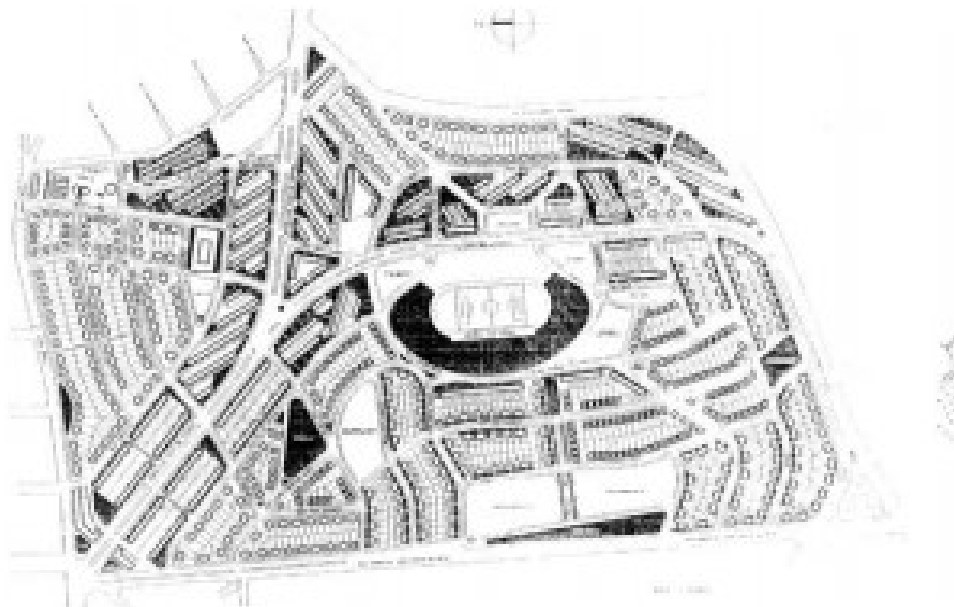


Figura 4: Acima, implantação Conjunto Residencial Baixada do Carmo, São Paulo-SP, 1942, Attilio Correa Lima. Abaixo, implantação Conjunto IAPI, Porto Alegre-RS, 1940, Edmundo Gardolinski e Marcos Kruter.

Fonte: Disponível em: <https://arquivo.arg.br/projetos/conjunto-residencial-da-varzea-do-carmo>. Acesso em: 02 mai. 2022. e BONDUKI, 1988.

Por fim, um exemplo fundamental de conjunto habitacional dessa fase pré-BNH é o **Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (1946-1958)**, mais conhecido como Pedregulho, projeto do arquiteto Affonso Eduardo Reidy (Figura 5).

O projeto foi proposto como uma Unidade de Vizinhança, reunindo habitação e equipamentos urbanos. Foi explorada – entre outros aspectos – uma grande barra curva que acompanha a topografia local, aproveitando a diferença de nível para um acesso intermediário em altura, que, associado à tipologia duplex, dispensava o uso de elevador. A partir do posicionamento desse grande bloco, “peça-chave” do projeto, o arquiteto distribuiu, ao longo do terreno, as demais edificações, habitacionais e de equipamentos, seguindo princípios do urbanismo moderno – edifícios soltos no terreno, sem estabelecer os limites das ruas e das quadras (SANVITTO, 2010).

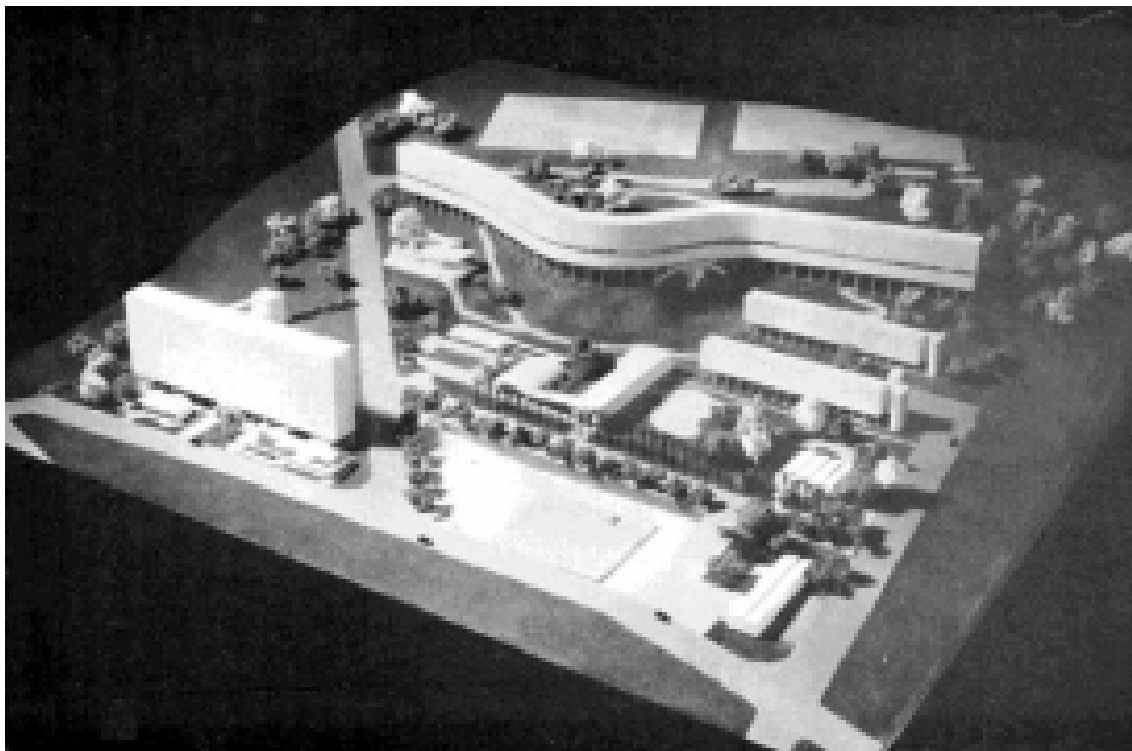


Figura 5: Conjunto Residencial Pedregulho, Rio de Janeiro-RJ, 1946, Affonso Eduardo Reidy.
Fonte: HITCHCOCK, 1955.

Os conjuntos residenciais construídos pelos IAPIs e pelo Departamento de Habitação Popular tiveram grande importância nas cidades brasileiras nos anos de

1940 e 1950, pelos seus programas inovadores, que associavam moradia com equipamentos sociais e recreativos, áreas verdes e de lazer. Nessas urbanizações, a ideia era criar espaços capazes de proporcionar um novo modo de vida operário, moderno e coletivo.

No entanto, é sabido que, embora a intenção fosse construir um espaço coletivo de qualidade, com altas densidades, edifícios isolados no terreno, ótimas condições de insolação e ventilação, os espaços coletivos “amorfos” desses conjuntos habitacionais resultaram, em geral, em espaços residuais, sem uma identidade formal e espacial, pois o grande foco dos arquitetos era o projeto do “edifício”, do tipo habitacional. Esse legado do urbanismo construído pelos mestres europeus, consolidado no âmbito dos CIAMs e constituído no abandono da habitação perimetral, em favor de lâminas paralelas, espaçadas de acordo com insolação e ventilação, deixou raízes profundas no Brasil.

A origem desse urbanismo, construído a partir da cidade europeia problemática e insalubre herdada do século XIX, cujos problemas se agravaram nas primeiras décadas do século XX, é em parte explicada por Colquhoun (2004, p. 211) quando se refere às propostas das *siedlungen* centro europeias:

Acredito que devemos ver essa tipologia como uma resposta direta à *Mietkasernen* que haviam sido construídas às pressas em cidades alemãs nos trinta últimos anos do século XIX para abrigar o proletariado urbano que crescia rapidamente. Quando se veem essas *Mietkasernen* de hoje, com suas altas densidades e seus pátios labirínticos e esquálidos, de repente se compreende todo movimento moderno.

As *siedlungen* de Berlim foram construídas como uma crítica às *mietkasernen*, com a ideia de algo intermediário entre as cidades-jardim e os *quartiers* urbanos, localizando-se, na maioria das vezes, em áreas periféricas, próximas a zonas industriais e atendidas por serviços públicos. Diferentemente das cidades-jardim, esses novos conjuntos urbanos não possuíam traçado pitoresco e consistiam, de maneira “antissentimental e científica”, em vários blocos paralelos dispostos em função de investigações empíricas como ventilação e iluminação (COLQUHOUN, 2004, p. 212).

No entanto, como destaca também o mesmo autor, o centro do problema do urbanismo moderno foi a eliminação do espaço urbano público perceptível, o que

resultou na impossibilidade de representação cívica, na insistência da construção da habitação verticalizada “solta” no grande espaço e na prioridade à circulação de automóveis.

Colquhoun (2004, p. 216), quando se refere ao planejamento das cidades modernistas, indica que este teve como consequência a falta de espaços públicos/coletivos representativos – que, posteriormente à Segunda Grande Guerra, foram retomados como fundamentais dentro dos próprios CIAMs:

O planejamento de cidades modernistas destruiu a possibilidade de simbolizar o domínio público social e criou uma polaridade entre o espaço privado, cada vez mais isolado, e um domínio público que desafia qualquer tipo de representação espacial.

Embora se possa identificar certa qualidade da habitação e do espaço coletivo nas promoções do IAPI e do Departamento de Habitação Popular – principalmente se compararmos com o que foi produzido a partir de 1968 no Brasil em termos de habitação social –, a drástica ruptura com os tecidos tradicionais, a produção de um espaço sem limitações claras e a ausência de âmbitos que intermediassem o público e o privado promoveu uma construção de cidade que apresentou sempre graves problemas de identificação e de legibilidade.

Como já comentado, na fase posterior à Segunda Guerra Mundial, os CIAMs retomaram alguns temas deixados para trás nas discussões transcorridas nas primeiras fases do Movimento Moderno. Kenneth Frampton (1997) divide os discursos dos CIAMs em três etapas, sendo duas delas anteriores e uma posterior ao segundo armistício.

O primeiro estágio, de 1928 a 1933, compreendeu o congresso inaugural, o CIAM II, em Frankfurt, que tratou do *existenzminimum*, que incorporava padrões mínimos de vida, e o CIAM III, em Bruxelas, que tratou das questões da altura ideal e do espaçamento entre blocos, visando um uso eficiente do solo conjugado com boas condições de habitabilidade da moradia. No segundo estágio, de 1933 a 1947, o congresso mais importante foi o CIAM IV, em Atenas, que teve como resultado a Carta de Atenas, que tratava das características da cidade funcional e das quatro categorias urbanas organizadoras da cidade moderna: moradia, lazer, trabalho e transporte.

No terceiro e último estágio, que começou em 1947, no CIAM VI, realizado em Bridgwater, na Inglaterra, tentou-se transcender a ideia da cidade funcional e propor a criação de ambientes físicos capazes de satisfazer as necessidades não só materiais, mas também emocionais do homem.

Em 1951, no VIII CIAM, também realizado na Inglaterra, organizado pelo grupo MARS com o tema “coração da cidade”, foi inserida uma nova categoria não incluída nas quatro zonas básicas citadas anteriormente. Foi proposta assim uma “quinta função”, o espaço cívico: cada área ou bairro necessita um centro ou núcleo, e cada cidade deve possuir o seu “coração” ou centro cívico, onde a comunidade urbana possa desenvolver atividades e intercâmbios culturais e comerciais (FRAMPTON, 1997).

Segundo Siegfried Giedion, Jose Luis Sert e Fernand Léger (1943 *apud* FRAMPTON, 1997, p. 329), “As pessoas querem que os edifícios que representam sua vida social e comunitária possam dar-lhes uma satisfação funcional maior. Querem satisfazer sua aspiração à monumentalidade, à alegria, ao orgulho e à comoção”.

No CIAM IX, em Aix-en-Provence, no ano de 1953, apareceu, de maneira mais clara, o confronto entre as novas gerações de arquitetos e os mestres da arquitetura moderna. Houve – por parte dos arquitetos que mais tarde passaram a constituir o Team 10, Alison e Peter Smithson, Jacob Bakena, Aldo Van Eyck, Giancarlo De Carlo, entre outros –, como já comentado, uma crítica à Carta de Atenas e à sua proposta de organização da cidade através das quatro categorias funcionais (FRAMPTON, 1997).

O legado da chamada cidade funcional/modernista ficou evidente em Brasília, ainda que o tema do coração da cidade tenha feito parte de vários dos projetos que participaram do concurso⁵, já mostrando esse olhar para a cidade tradicional, presente, de alguma forma, no CIAM do pós-guerra. Porém, as questões que foram revistas nesses congressos a partir dos anos cinquenta, como indicado acima, em

⁵ Ver, por exemplo, as propostas dos Irmãos Roberto e de Rino Levi e equipe.

geral não fizeram parte do contexto brasileiro. É possível verificar tal fato na produção de cidade que se deu sob as políticas habitacionais das décadas seguintes, sendo que a discussão e a crítica a algumas questões do urbanismo moderno, salvo exceções muito pontuais, apareceram no Brasil somente a partir dos anos 1980.

Até os anos 1940, parece ter havido, nas propostas habitacionais/urbanísticas brasileiras, um certo equilíbrio na relação entre espaço abertos e construídos, resultante de uma reflexão por parte dos profissionais sobre as propostas mais genuínas do Movimento Moderno. Por outro lado, as décadas imediatamente anteriores à implantação da política do BNH foram caracterizadas também por uma importante investigação na área da habitação, mas quase que exclusivamente ligada ao projeto da unidade habitacional (BASTOS; ZEIN, 2010). Não houve uma reflexão mais profunda sobre o espaço da cidade.

Como exemplar desse período, podemos citar o projeto da cidade satélite de Cotia (Figura 6), feito em 1965 por Nestor Goulart Reis Filho. Nessa proposta, verificamos que, embora tenham sido estudados os agrupamentos de edifícios em uma implantação que criava certa variedade espacial, como indicam Bastos e Zein (2010), a ênfase do projeto estava na espacialidade interna das unidades habitacionais. Além disso, tratava-se de uma proposta genérica, que não necessariamente precisaria estar vinculada a uma área específica, podendo adaptar-se a variadas situações topográficas e diferentes tipos de terreno. A unidade habitacional foi pensada como “unidade-padrão”, que, justaposta e sobreposta a outras, conformaria um agrupamento linear – o edifício (BASTOS; ZEIN, 2010). Sendo assim, fica claro mais uma vez que, prosseguindo com a “tradição” moderna, a proposta dos arquitetos brasileiros se concentrava quase exclusivamente no projeto da unidade habitação e do edifício como combinação dessas unidades – seja para fim de racionalização da construção e das instalações ou para qualquer outra questão –, ficando o espaço aberto como um resultado quase casual da combinação das unidades/edifícios.

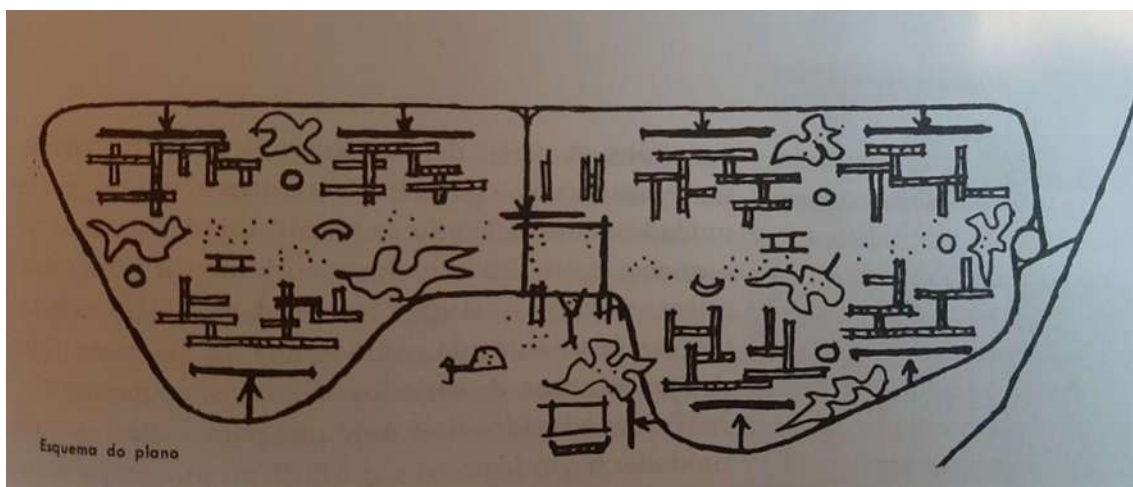


Figura 6: Esquema do plano de Cotia, Cotia-SP, 1965, Nestor Goulart Reis Filho.
 Fonte: BASTOS; ZEIN, 2010.

Nas décadas seguintes, essa e outras propostas passaram a ser tratadas, pelos órgãos governamentais responsáveis pela construção de habitação coletiva, como “modelos”, padrões a serem repetidos. Os projetistas do período BNH deram continuidade a muitos desses modelos e os expandiram exponencialmente, mas de maneira cada vez mais esquemática. Sendo assim, a habitação social seguiu padecendo de muitos males: ausência de políticas consequentes e adoção de posturas exclusivamente economicistas, que teve como consequência uma busca de terras baratas que expandiram as urbanizações para as periferias cada vez mais distantes e desprovidas de infraestrutura. Na verdade, esses “modelos” foram utilizados como “carimbos”, propostas técnicas espacialmente empobrecidas (BASTOS; ZEIN, 2010, p. 184).

Os projetos desenvolvidos a partir do ano 1964 foram feitos por meio de uma política habitacional em âmbito nacional, sob o financiamento do Banco Nacional de Habitação, o mais importante sistema de financiamento habitacional, que ficou conhecido como o “período BNH”.

Durante a sua atuação de 1964 a 1986, o BNH concedeu financiamentos habitacionais em grande escala no Brasil. A criação desse banco trouxe uma disponibilidade financeira para o suprimento do déficit habitacional do país. O objetivo era produzir a maior quantidade possível de moradias a baixo custo.

Os anos 1970 foram caracterizados pela realização de obras de grande porte, estradas, metrô e grandes conjuntos habitacionais. Chamado de “Milagre Brasileiro”. Esse foi um período de desenvolvimento da construção civil e de oportunidades para profissionais da área. Ficou marcado pela consolidação do BNH, proporcionando projetos com qualidade arquitetônica talvez menor que em épocas anteriores, mas com uma produção numericamente maior. Ainda na mesma década, os conjuntos desse programa foram muito criticados devido ao seu afastamento dos centros e à falta de infraestrutura, além da qualidade arquitetônica e urbana deficientes.

A crise mundial do petróleo em 1973 fez com que a elevação do valor deste insumo retraísse a economia mundial. Sendo assim, em 1977, os programas habitacionais foram afetados pelas medidas anti-inflacionárias, e parte dos recursos do BNH foram direcionadas para outros setores. Mais tarde, o BNH enfrentou diversos problemas com a inadimplência dos seus “mutuários”, o que levou à sua extinção (SANVITTO, 2010).

Os conjuntos habitacionais desse período ocuparam vazios urbanos em áreas periféricas e eram formados, em geral, por blocos de apartamentos de quatro ou mais pavimentos, sem elevador ou pilotis (SANVITTO, 2010).

Conforme Sanvitto (2010, p. 32):

Nos conjuntos promovidos pelo BNH, questões econômicas descartaram os pilotis de Le Corbusier. A simples ocupação do térreo não se deteve na busca de uma solução para a falta de privacidade dos apartamentos junto ao solo. A relação entre o público e privado desconsiderou a possibilidade de espaços abertos privatizados ou situações intermediárias como semiprivado e semipúblico. Blocos serpenteados e curvos deixam de ser modelos. Quarteirões periféricos foram descartados. Sem preocupação com a configuração urbana, barras isoladas ou unidas por circulações verticais e seccionadas em edifícios com forma “H” tornaram-se modelos consagrados. A difusão destes modelos teve como consequência conjuntos de edifícios iguais, onde a falta de diversidade confunde a identificação e aborrece pela falta de excepcionalidade.

De acordo com Bonduki (2017, p. 66), os conjuntos habitacionais do período de atuação do BNH:

Foram empreendimentos desarticulados de uma concepção urbanística mais consistente, soluções uniformizadas e padronizadas, em que a preocupação com aspectos de habitabilidade e da qualidade arquitetônica ficou fortemente condicionada ao processo de produção comandado pelo setor da construção civil aos limites dos custos.

O BNH teve, na década de 1970, sua atuação mais intensa. Por outro lado, esse mesmo período no Brasil foi caracterizado pela consolidação da Escola Paulista e pela forte influência da concretização da cidade moderna em Brasília (SANVITTO, 2010).

Como exemplos do período BNH, apresentamos aqui o Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães do Prado (1967), o Conjunto Residencial Parque Nova Cidade (1971) e o Conjunto Habitacional Presidente Médici (1972).

O Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães do Prado, o CECAP Cumbica (Figura 7), iniciativa da Caixa Estadual de Casas para o Povo (Cecap) financiada pelo BNH, é um exemplar que se destaca pela sua qualidade técnica e espacial dentro da produção do período BNH. Localizado entre o Aeroporto Internacional de Guarulhos e a rodovia Presidente Dutra, foi projetado pelos arquitetos João Batista Vilanova Artigas, Fábio Penteadó e Paulo Mendes da Rocha.

Nesse conjunto, foi adotada a repetição de um único tipo de bloco, formado por unidades iguais – com estrutura independente e planta livre – que se repetem alinhadamente, visando a organização serial como instrumento da industrialização, uma vez que o projeto foi definido de forma a ser executado em concreto armado e com o uso da técnica de pré-fabricação e de pré-moldados. Os agrupamentos dessas unidades formam os edifícios habitacionais laminares com quatro pavimentos (térreo, mais três pavimentos) justapostos em pares em uma malha ortogonal. São servidos por caixas de escadas que ligam os edifícios dois a dois, transformando-os em um único bloco com pátios lineares internos, resultando em uma forma planimétrica em “H”. A dispensa dos corredores internos nos apartamentos, através da disposição das caixas de escadas, permitiu que estes possuíssem aberturas para as duas faces do edifício, favorecendo a iluminação e ventilação (SANVITTO, 2010).

O programa prevê vários serviços – que vão além da moradia, como escolas, comércios, etc. – e reserva extensas áreas para parques e jardins (SANVITTO, 2010). Embora a crítica especializada tenha destacado a qualidade espacial desse conjunto, principalmente no nível da unidade habitacional, o que se salienta aqui é a ausência de uma clara reflexão sobre o espaço coletivo, sobre o espaço urbano e sobre a conformação do conjunto a partir de uma ideia de cidade.

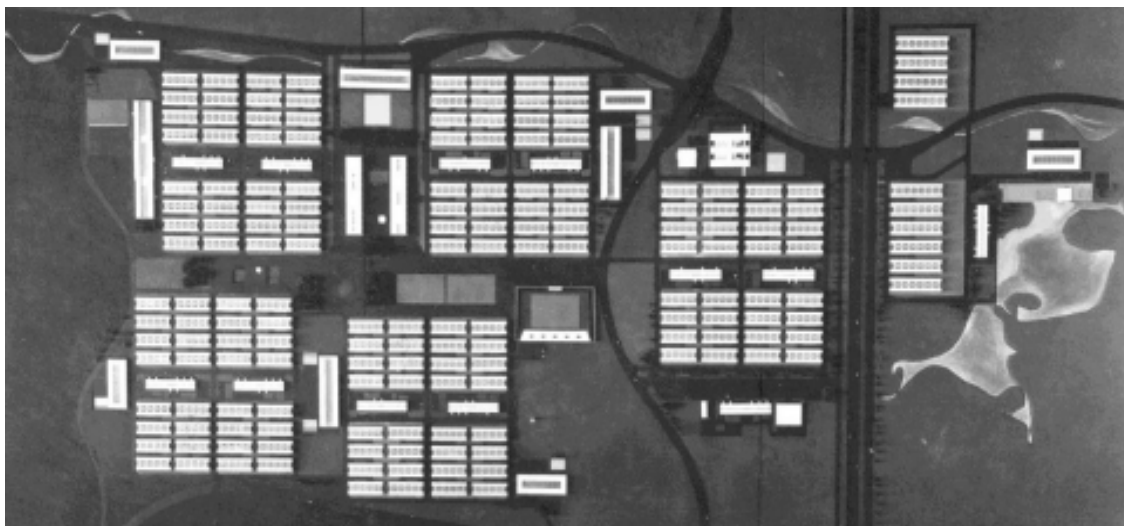


Figura 7: Implantação do Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães do Prado, Guarulhos-SP, 1967, João Batista Vilanova Artigas, Fábio Penteadó e Paulo Mendes da Rocha.
Fonte: ARTIGAS, 2000.

O **Conjunto Residencial Parque Nova Cidade** (Figura 8) está localizado no município de Jundiaí, a 60 km da cidade de São Paulo. O projeto, de Abrahão Sanovicz, previa a construção de 144 unidades habitacionais dispostas em 12 blocos, unidos a cada dois por uma circulação vertical, formando um “H”, com dois apartamentos por andar. Os edifícios foram construídos sobre pilotis, de forma a aproveitar o térreo como parque e estacionamento. Aqui se vê, mais uma vez, a formação do conjunto a partir da combinação de edifícios em “H”, atitude corriqueira nos projetos BNH.

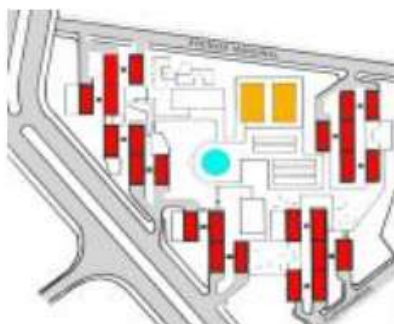


Figura 8: À esquerda, implantação do Conjunto Residencial Parque Nova Cidade. À direita, volumetria do Conjunto Residencial Parque Nova Cidade, Jundiaí-SP, 1971, Abrahão Sanovicz.
Fonte: SANVITTO, 2010.

O **Conjunto Habitacional Presidente Médici** (Figura 9), localizado no bairro Bonsucesso, na cidade do Rio de Janeiro, foi projetado por Giuseppe Badolato, Sergio Guimarães Bastos, Carlos Ernesto Leinemann, Moises Guivelder e Heitor Thiers. Previa, inicialmente, a construção de 18 blocos iguais: com cinco pavimentos e oito apartamentos por andar. Mas a proposta acabou adotando também o tipo “H”, justaposição de dois blocos unidos pela circulação vertical, e, no térreo, foram construídos apartamentos que foram prejudicados por não terem privacidade devido à proximidade dos estacionamentos e da circulação de pedestres (SANVITTO, 2010).

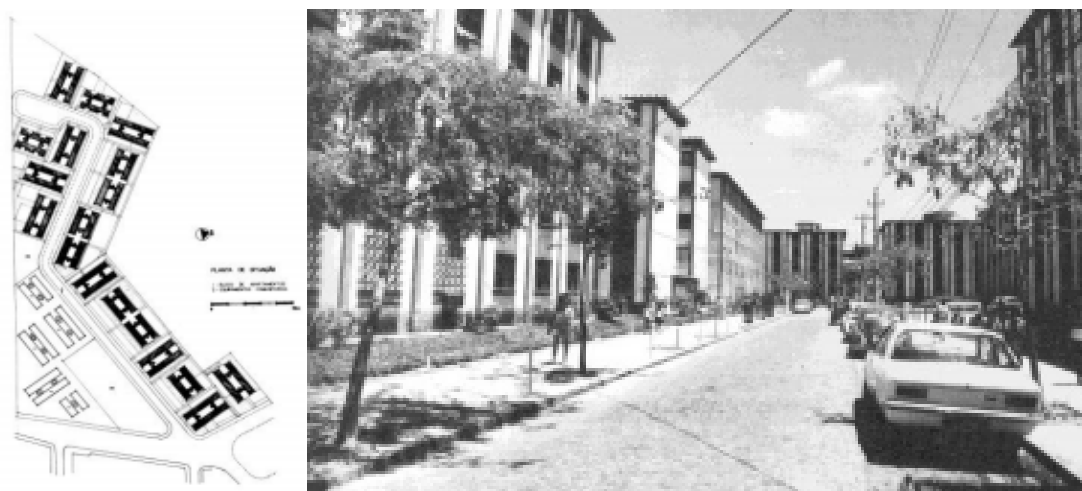


Figura 9: À esquerda, implantação do Conjunto Habitacional Presidente Médici. À direita, volumetria do Conjunto Habitacional Presidente Médici, Rio de Janeiro-RJ 1972, Giuseppe Badolato, Sergio Guimarães Bastos, Carlos Ernesto Leinemann, Moises Guivelder e Heitor Thiers.

Fonte: SANVITTO, 2010.

A experiência brasileira de Vigliecca teve início em uma época de consolidação e, ao mesmo tempo, de crise dessa política do governo militar. Foi esse cenário e foram essas as referências arquitetônico-urbanísticas que o arquiteto uruguaio encontrou no país que escolheu para viver e trabalhar a partir de 1975.

1.2.2. Habitação social no Brasil no período pós-BNH – momento de crítica?

Em 1986, com o fim do BNH e a promulgação da Constituição de 1988, surgiu uma nova fase da política habitacional brasileira:

Esta fase se caracteriza como um período de transição, deixando de existir uma política nacional de habitação, vazio que foi ocupado de forma fragmentária, mas criativa, por municípios e estados, que passaram a desenvolver programas habitacionais alternativos ao modelo adotado pelo BNH, com recursos orçamentários, uma perspectiva mais social e uma maior articulação com a cidade, gerando projetos de maior interesse urbanístico (MARICATO, 2002, p. 3).

Nessa nova fase, a Caixa Econômica Federal, assumiu as funções do antigo banco financiador, e se tornou agente operadora da habitação no Brasil (CARREÑO, 2015).

Com a nova constituição Brasileira, ocorreu a descentralização da gestão e da produção da habitação social e a divisão da responsabilidade da moradia entre as três instâncias governamentais: municipal, estadual e federal (BONDUKI, 2017). A gestão dos programas de Habitação de Interesse Social passou a ser atribuição dos estados e municípios (CARREÑO, 2015).

Então, entre 1986 a 1992, como indica Rubano (2001), com o intuito de superar a baixa qualidade dos projetos até então, houve um foco em propostas alternativas para a produção da habitação social, a partir de iniciativas público-privadas, realização de concursos públicos e mutirões. A ênfase dos concursos se dava na melhoria da qualidade não apenas da unidade habitacional, mas também da relação dos conjuntos habitacionais com a cidade existente, priorizando a ideia de integração e continuidade e não isolamento e diferenciação (BASTOS; ZEIN, 2010).

O período se caracterizou pela ausência de iniciativas em nível federal, pela suspensão do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e pelo agravamento da crise econômica/habitacional. Com isso, houve um aumento da população vivendo em nível de pobreza, sendo necessária uma mudança nos rumos para tentar resolver o problema do déficit habitacional crescente (CARREÑO, 2015).

Se, por um lado, a falta de recursos financeiros do período e o agravamento da situação social e urbana da cidade exigia uma mudança para atender ao déficit habitacional crescente, por outro, essa falta de recursos fez com que a questão da habitação tomasse novos rumos, a partir, por exemplo, da incorporação de processos participativos, tanto na gestão quanto na construção e, por outro lado a aproximação mais crítica dos arquitetos e urbanistas às questões habitacionais, resultando assim

em projetos de melhor qualidade geral (CARREÑO, 2015). Foi um período marcado por propostas diferentes em relação às anteriores no contexto de projetos de conjuntos habitacionais, pois são projetos que buscam um enfrentamento da cidade, das questões urbanas, com a criação espaços coletivos mais delimitados, com transições entre o espaço público e privado, entre outras características. Verifica-se, portanto, que, nesse momento, outros profissionais se somaram a essas reflexões sobre os espaços de convívio e os espaços urbanos.

Com relação a esse período de mudança dos rumos da habitação para se tentar resolver o déficit habitacional, comenta Bonduki (2014, p. 89):

Do ponto de vista da diversidade dos programas e da sua dimensão como qualidade do projeto, a intervenção foi marcante, apontando para a inserção da habitação como um elemento fundamental para a produção da cidade e para a implementação de novas formas de gestão.

Em São Paulo, por exemplo, de 1989 a 1992, período de administração de Luiza Erundina, houve uma mudança na forma de pensar a cidade e os problemas habitacionais. Foi criado o Programa de Habitação Social do Município de São Paulo, desenvolvido pela Superintendência de Habitação Popular (HABI), com um incentivo à participação popular através de mutirões, um reconhecimento da cidade real e uma definição de projetos arquitetônicos de qualidade (CARREÑO, 2015).

Com relação aos processos de gestão, como sistema mutirão, Carreño (2015, p. 83) cita:

A incorporação de processos de gestão como o mutirão autogerido e em alguns casos o de autoconstrução, permitiram uma melhor gestão dos recursos de apoiando no trabalho dos mutuários. Nesta experiência foi importante as contribuições feitas pelo “Movimiento Cooperativista del Uruguay” através de obras que serviram como exemplos como também pelo intercâmbio de conhecimentos adquiridos.

Foi nesse contexto que se consolidou a atuação de Vigliecca no território brasileiro. Segundo o arquiteto (2019, ONLINE), as influências sofridas no período uruguaio foram importantes, mas o aprendizado ao trabalhar com escalas maiores se deu quando veio para o Brasil.

O contexto brasileiro desse momento era uma antítese do que havia apreendido no Uruguai e na Europa. Ao mesmo tempo, foi uma oportunidade de

aproximação a projetos que lhe permitiram uma constante reflexão sobre os problemas e os modos de abordagem da cidade contemporânea cada vez mais complexos.

Foi importante a experiência que teve trabalhando com Joaquim Guedes, quando o volume de projetos mais significativos do escritório era de planejamento urbano, por meio da participação em concursos. Após este período, conseguiu emprego no Consórcio Nacional de Engenheiros e Construtores (CNEC), empresa Camargo e Córrea. Nesse cargo, Vigliecca participou de projetos de obras de grande porte como barragens, novas cidades e vilas (MINGHINI, 2019).

Depois, já no seu próprio escritório, foi consolidando um currículo de trabalhos de grandes escalas.

Por outro lado, em entrevista, Vigliecca declarou que, quando chegou a São Paulo, comentava com os seus colegas o que estava acontecendo na Europa e, logo, percebeu que o questionamento dos dogmas do modernismo ainda era desconhecido por ali, ao contrário do que acontecia no Uruguai, onde já havia uma larga atenção ao que acontecia no continente europeu e em Buenos Aires.

O Brasil tardou em incorporar as críticas ao Movimento Moderno. De alguma forma, nas primeiras décadas da sua atuação no Brasil, o arquiteto uruguaio era um solitário ao abordar a arquitetura em uma relação mais estreita com a cidade. Mas as repercussões do seu pensamento não tardaram em aparecer, como é evidente no relato de Maricato (2001, p. 2):

Diversidade de usos, de nível sócio econômico da população, de tipologia das edificações, de raças, etc. (Nesse sentido, a segregação é uma contradição com o bem-estar). Mais importante do que a polícia, para garantir a segurança de determinada rua, bairro ou distrito, por exemplo, é o trânsito ininterrupto de usuários, além da existência do que a autora [Jane Jacobs] chama de “proprietários naturais da rua”. Donos de padarias, mercearias, lojas, pequenos serviços, são os muitos “olhos atentos”, mais eficazes do que a iluminação pública. Trata-se da “figura pública automeada”, a quem os moradores podem recorrer para deixar um recado, uma chave, uma encomenda. A vida pública informal impulsiona a vida pública formal e associativa. Algumas pessoas acumulam relações e conhecimento, elas são únicas. A autogestão democrática é que garante o sucesso dos bairros e distritos que apresentam maior vitalidade e segurança. Isso significa a permanência de pessoas que forjaram uma rede de relações: essas redes são o capital social urbano insubstituível.

Por outro lado, Vigliecca declara que, quando chegou ao Brasil, desejava projetar habitação de baixa renda, afinal tinha tido a sua primeira experiência no Centro Cooperativista Uruguaio. Apesar da dificuldade para acessar esse mercado, logo surgiram algumas licitações e concursos e, a partir disso, teve a oportunidade de participar em projetos de Habitação de Interesse Social: “Então, tive uma formação inicial da UDELAR, mais uma formação que eu fiz aqui no Brasil sem escola, em cima de trabalhos profissionais. Enfim, isso é o que posso dizer em relação à formação” (VIGLIECCA, 2019).

Vigliecca (2019) declara ainda:

Bom, quando eu cheguei no Brasil eu fiquei muito interessado em fazer habitação principalmente habitação para baixa renda e tudo isso. Nós tínhamos uma boa experiência, eu trabalhei no Centro Cooperativista Uruguaio que foi referência naquele momento. Mas eu não conseguia acessar a esse mercado. Isto mudou na época da gestão da Erundina, cujo secretário de habitação era o Nabil Bonduki, que tinha conhecimento do que nós havíamos feito no Uruguai. A prefeitura abriu algumas licitações e promoveu alguns concursos que nós ganhamos e então começamos a dar os primeiros passos aqui no Brasil em relação à habitação de interesse social.

Desse modo, embora tenhamos discorrido anteriormente sobre a habitação social no Brasil até o período da extinção do BNH – como uma maneira de mostrar uma antítese ao pensamento, à prática e à visão da relação da arquitetura e da cidade de Vigliecca –, é a realidade disciplinar que se deu a partir dos anos 1990 que importa mais a esta investigação e que auxilia na compreensão da obra do arquiteto no Brasil. Uma obra que leva, no seu bojo, uma herança fundamental trazida do contexto uruguaio e que dialogou com uma realidade urbana muito problemática do Brasil na virada do século XX para o XXI.

No ano de 1989, em São Paulo, surgiu o primeiro concurso de habitação popular, com a ideia de dar maior importância aos projetos arquitetônicos e urbanísticos, estimulando projetos que “fujam” da habitação mínima e “rompam” com a cidade moderna, ou seja, que valorizem, conjuntamente à qualidade da moradia, uma melhor inserção na cidade. Aparecendo assim conjuntos integrados e contínuos aos espaços urbanos existentes, contrariando a mentalidade herdada da década de 1960, período de criação do BNH – que propunha projetos arquitetônicos tipo

“carimbos”: edifícios repetitivos, isolados e sem conformação dos espaços abertos (CARREÑO, 2015).

Ainda no governo de Luiza Erundina, em janeiro de 1990, foi fundada a Associação Pró-Moradia de Osasco (COPROMO), com assessoria do Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (USINA). A ideia inicial era criar uma cooperativa nos moldes do modelo uruguaio, no entanto, naquele momento não foi possível, e então foi criada uma associação. Esta foi pioneira na construção de edifícios por meio de mutirões autogeridos (VILAÇA, 2016).

Em 1993, em São Paulo, com o início da gestão de Paulo Maluf, os programas que tinham sido desenvolvidos anteriormente foram interrompidos, e teve início um programa de urbanização e verticalização de favelas que ficou conhecido como “Cingapura”. O programa marcou a volta dos projetos padronizados, com aplicação da planta tipo “carimbo” e sem participação popular (CARREÑO, 2015).

Já em 1999, foi criado, em nível federal, o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), com a possibilidade de financiar imóveis em áreas centrais (CARREÑO, 2015).

Um dos projetos de habitação coletiva bastante significativos desse período foi o do **Conjunto Habitacional Rio das Pedras – Vila Mara (1991)** – do escritório Vigliecca & Associados – localizado no bairro São Miguel Paulista, em São Paulo. O projeto ocupa dois quarteirões, sendo composto de dois blocos idênticos, com 296 unidades cada, totalizando 592 unidades. Nesse conjunto, os tipos edifícios predominantes são fitas de diferentes tamanhos, sendo que algumas estão situadas no centro da quadra e outras na periferia. Nesse caso, destacamos a maneira como se deu a implantação, de forma que os blocos periféricos demarcassem/desenhassem a quadra e enfatizassem o espaço público central de permanência. Além disso, identificamos, no conjunto, a presença de ruas elevadas/circulações horizontais externas, espaços não somente destinados à passagem, mas também ao convívio dos vizinhos. Esses elementos permitem uma conexão dinâmica e variada entre os edifícios. O conjunto foi realizado pela prefeitura de São Paulo, por meio de um processo de mutirão, no qual as famílias moradoras trabalharam em regime de autogestão (Figura 10) (VIGLIECCA & ASSOCIADOS).



Figura 10: À esquerda, implantação do Conjunto Rio das Pedras Vila Mara. À direita, fotografia do Conjunto Rio das Pedras Vila Mara, São Paulo-SP, 1991, Vigliecca & Associados.

Fonte: Disponível em: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/rio-das-pedras-housing-complex>. Acesso em: 21 out. 2021.

Outro importante projeto é o **Habitacional Vila do Brás (1990)** – do Arquiteto Sylvio E. de Podestá –, localizado nas Ruas Coronel Murssa e Aristides Lobo, na Vila Brás, na cidade de São Paulo. O conjunto possui uma volumetria variada, com 231 unidades de habitação, entre casas térreas, duplex, apartamentos e quartos de pensão, 1.631 m² de lojas e 3.666 m² de estacionamento. Nesse caso, destacamos também a maneira como se deu a sua implantação, bem semelhante ao conjunto Rio das Pedras Vila Mara, com blocos situados no centro da implantação e outros ao redor, configurando diferentes espaços coletivos de permanência e/ou passagem e mantendo a ideia de demarcar/desenhar a quadra por meio dos blocos periféricos (Figura 11).

De acordo com Podestá (1990), a ideia do projeto era:

Uma vila urbana, com ruas de pedestres, onde atividades como telefonar para o serviço do marido, namorar, descansar, fazer feira, comprar jornal, footing são reencontradas, curtidas, com todo conforto: instalações sanitárias públicas estão ali colocadas. Vila-cidade que se volta para seu interior, denso de significados em suas relações físicas, psicológicas tudo isso bem ao lado das riquezas urbanísticas da região: o transporte, a praça, a outra rua, lá fora. Interior e exterior com opções fáceis é só dar um pulinho que você chega lá. Ou cá.

Esse projeto foi contemplado com o 1º prêmio em Concurso Nacional promovido pela Prefeitura de São Paulo.

Podestá (1990) salienta ainda:

A Vila do Brás deve se complementar, tão logo seja possível, com o Brás existente. Os residentes dos prédios e cortiços na vizinhança, logo usufruirão das trocas de serviços e comércio, com todas as facilidades e oportunidades para a interação da população do Brás como um todo. Isso fortalece a comunidade, os laços de união, a solidariedade.

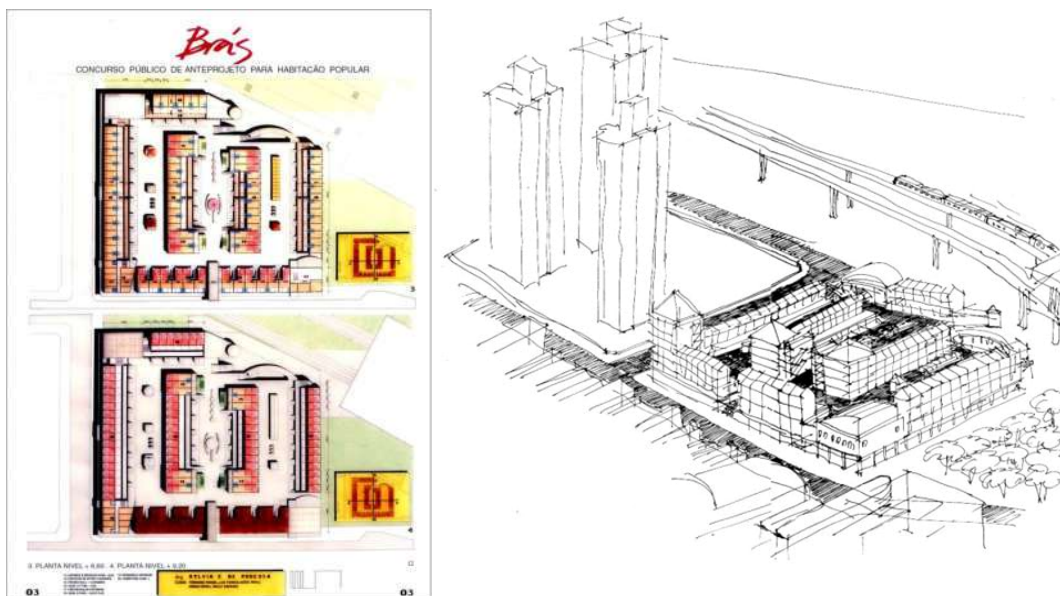


Figura 11: À esquerda, implantação do Conjunto Habitacional Vila Brás. À direita, volumetria do Conjunto Habitacional Vila Brás, São Paulo-SP, 1990, Sylvio E. de Podestá. Fonte: Disponível em: <https://www.podesta.arq.br/projetos/educacionais/projeto-habitacao-popular-a-vila-do-bras/>. Acesso em: 21 out. 2021.

O conjunto **COPROMO** (Figura 12), elaborado pela USINA, localizado no Jardim Piratininga, em Osasco, na Região Metropolitana de São Paulo, é outro importante projeto dessa época, composto de cinquenta blocos iguais que formam agrupamentos distribuídos em um terreno acidentado. Cada bloco têm cinco pavimentos, com quatro apartamentos por andar, incluindo o térreo, totalizando 1.000 unidades habitacionais no conjunto (CRUZ, 2013).

Identificamos uma forma de agrupação dos blocos que cria pequenas áreas centrais de maior privacidade e acolhimento, configurando pequenos espaços comuns entre eles, como um espaço intermediário entre o público e o privado (CRUZ, 2013).

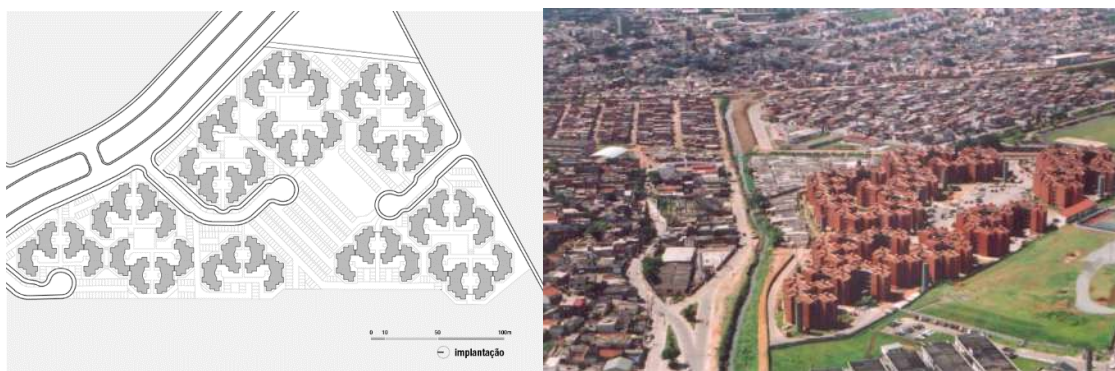


Figura 12: À esquerda, implantação do COPROMO. À direita, vista geral do COPROMO, Osasco-SP, 1992, USINA.

Fonte: Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/767128/usina-25-anos-copromo>. Acesso em: 09 mai. 2022.

O período de 2001 a 2014, como indica Carreño (2015), marca um novo rumo nas políticas habitacionais do país, que coincidiu com a aprovação da Lei Federal 10.257, o Estatuto das Cidades, o qual definiu que a política urbana era de responsabilidade dos municípios, por meio da elaboração de plano diretor.

Segundo Carreño (2015, p. 89):

O ano de 2001 marca um novo rumo nas políticas habitacionais do país, no caso da cidade de São Paulo, adquiriram uma política que se caracteriza pela continuidade, pela incorporação de novas metodologias de análise e atuação, pela sistematização dos dados e a aproximação da comunidade em todos seus processos.

A partir de 2001, as discussões arquitetônicas foram sendo retomadas, e tornou-se comum a contratação de escritórios de arquitetura para o desenvolvimento dos projetos de Habitação de Interesse Social. Sendo assim, com a variedade de autores e de propostas, houve um incentivo na busca de uma melhor qualidade projetual (CORADIN, 2014).

Já em 2005 foi criado o Plano Municipal de Habitação de São Paulo pela Secretaria de Habitação do Município (SEHAB), com o intuito de sanar problemas habitacionais da cidade. Para isso, diversos programas foram desenvolvidos, como a urbanização de favelas, a urbanização e a regularização de loteamentos particulares, a regularização fundiária de áreas públicas e programa 3Rs – recuperação, revitalização e regularização dos projetos Cingapura e Pro-cov – entre outros (CARREÑO, 2015).

Mas, com o contínuo déficit habitacional e a crise econômica internacional de 2008, cujos efeitos chegaram ao Brasil, por volta de 2009, com um crescimento das necessidades no âmbito habitacional, o governo federal criou o programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Bonduki (2014, p. 119, grifo do autor) assim se manifesta a respeito dessa nova política:

O novo programa deixou de lado inúmeras diretrizes propostas pelo **PlanHab**⁶ para garantir um maior atendimento habitacional de uma melhor inserção urbana. Assim como fez o BNH durante o regime militar, fixou-se exclusivamente na produção de moradias prontas, alternativa que atendia as demandas da construção civil, assim como acabou-se concedendo um subsídio mais elevado para aqueles que de alguma forma poderiam pagar, parcialmente o financiamento.

Outro marco de atuação, na área da habitação social neste período, foi o concurso Renova São Paulo, realizado em 2011 pela SEHAB.

Como projetos significativos desse período, podemos citar o **Conjunto Habitacional Jardim Edite (2008)**, do escritório MMBB arquitetos, projetado para ocupar a favela de mesmo nome na cidade de São Paulo, no cruzamento das avenidas Engenheiro Luís Carlos Berrini e Jornalista Roberto Marinho, junto à ponte Octávio Frias de Oliveira, conhecida como “ponte estaiada”. Possui 252 unidades habitacionais de 50 m², um Restaurante-Escola de 850 m², uma Unidade Básica de Saúde de 1300 m² e uma creche, 1400 m².

Os edifícios foram dispostos de forma mais periférica, buscando conformar duas quadras e criando espaços coletivos mais centrais. A variação se deu nas variadas conformações das quadras, com lâminas implantadas em diferentes

⁶ O Plano Nacional de Habitação – PlanHab é um dos mais importantes instrumentos para a implementação da nova Política Nacional de Habitação, previsto na Lei 11.124/05, que estruturou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. O principal objetivo do PlanHab era formular uma estratégia de longo prazo para equacionar as necessidades habitacionais do país, direcionando da melhor maneira possível os recursos existentes e a serem mobilizados, e apresentando uma estratégia nos quatro eixos estruturadores da política habitacional: modelo de financiamento e subsídio; política urbana e fundiária; arranjos institucionais e cadeia produtiva da construção civil, com isso se pretendia implementar um conjunto de ações capazes de atingir o principal objetivo da PNH: universalizar o acesso à moradia digna para todo cidadão brasileiro. (<https://nabilbonduki.com.br/2010/05/01/plano-nacional-de-habitacao-2009/>)

orientações. A fim de garantir a integração do conjunto com o entorno, o projeto uniu o programa de moradia a três equipamentos públicos – tanto para uso dos moradores quanto do entorno (Figura 13).

Destaca-se, também nesse conjunto, a presença de ruas elevadas/passarelas, interligando os edifícios habitacionais da quadra e estimulando a convivência dos moradores (VADA, 2019).

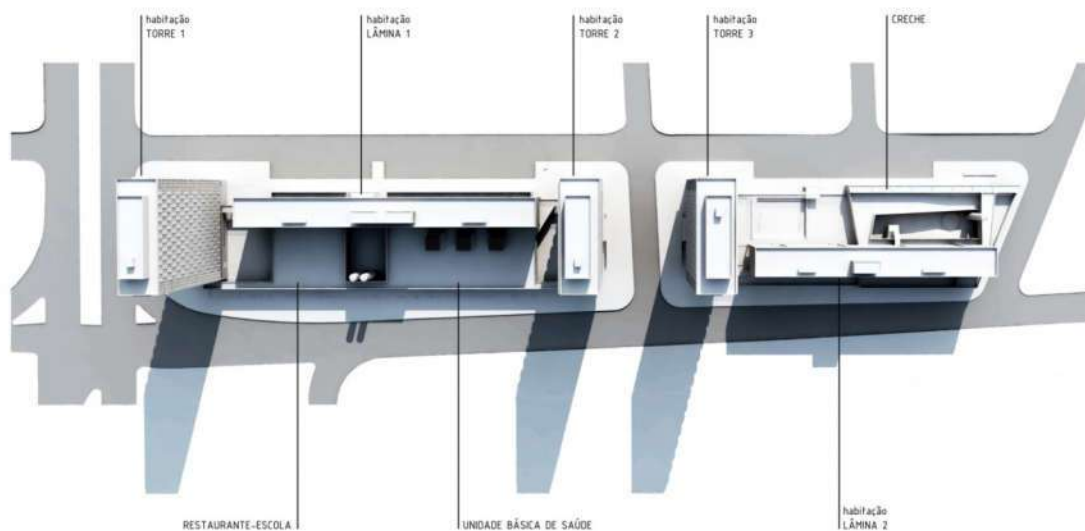


Figura 13: Acima, implantação do Conjunto Jardim Edite. Abaixo, fotografia do Conjunto Jardim Edite, São Paulo-SP, 2008, MMBB arquitetos.

Fonte: Disponível em: <https://www.mmbb.com.br/projects/details/74/1>. Acesso em: 09 mai. 2022.

Outro importante projeto da USINA, o **Mutirão Tânia Maria / Vila Monte Sion (2010)** (Figura 14) está localizado na cidade de Suzano, na Região Metropolitana de São Paulo, acerca de 49 km do centro da capital paulista (CRUZ, 2013).

De forma a tentar atender as necessidades dos futuros moradores, no conjunto, há três tipos de unidades, com dois ou três dormitórios, sendo que dois deles possuem uma grande varanda, ou varanda-quintal, e o outro tem um terceiro dormitório. A área total dos apartamentos permite que os cômodos tenham dimensões confortáveis (CRUZ, 2013).

Assim como em outros conjuntos apresentados anteriormente, os blocos são implantados de maneira a desenhar a quadra. Sua configuração criou espaços coletivos mais centrais, de formas e tamanhos variados, que têm acesso público, mas garantem também um sentido de privacidade aos moradores.





Figura 14: Acima, implantação do Conjunto Mutirão Tânia Maria. Abaixo, 3D do Mutirão Tânia Maria, Suzano-SP, 2010, USINA.

Fonte: CRUZ, 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/768645/usina-25-anos-mutiroes-tania-maria-e-cinco-de-dezembro>. Acesso em: 21 out. 2021.

Enfim, os já mencionados projetos COPROMO e Mutirão Tânia Maria, desenvolvidos pela USINA, são considerados conjuntos de experiências pioneiras com sistema de autogestão/mutirão no Brasil. Em ambas as propostas, é possível identificar o domínio, na escala urbanística, da hierarquia entre espaços públicos e privados, criando zonas intermediárias para apropriação pelos próprios moradores (CRUZ, 2013).

O **Conjunto Habitacional Heliópolis Gleba K (2008)** (Figura 15), projeto do arquiteto do Ruy Othake, localizado na gleba K de Heliópolis, em São Paulo, possui 19 prédios cilíndricos. Conhecidos como “redondinhos”, cada edifício tem quatro andares e 18 apartamentos de aproximadamente 50 m², totalizando 342 unidades.

Diferentemente das propostas apresentadas anteriormente, a implantação deste conjunto se deu de forma irregular, com edifícios isolados, mostrando um procedimento ainda bastante “enraizado” no cenário brasileiro – ainda que, neste caso, crie espaços coletivos centrais (CAU/BR, 2019).



Figura 15: Conjunto “Redondinhos”, São Paulo-SP, 2008, Ruy Ohtake.

Fonte: Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/896166/arquitetura-social-o-mal-entendido-que-levou-ruy-ohake-a-heliopolis-em-sao-paulo>. Acesso em: 21 out. 2021.

O que mais chama atenção nos projetos “pós-BNH” mostrados acima é que podem ser considerados exceção em um período em que, como indica Ferreira (2012, p. 30),

[...] tais valores urbanísticos e construtivos, intrínsecos à boa arquitetura, parecem ter sido abandonados, embora a promoção do que se denomina “moradia digna” – para a qual a arquitetura tem papel central – é orientação programática da política urbana federal desde 2003.

Os três projetos citados anteriormente, o Conjunto Habitacional Jardim Edite, o Tânia Maria / Vila Monte Sion e o Conjunto Habitacional Heliópolis Gleba K, são diferenciados no contexto de projetos de conjuntos habitacionais, pois buscam a qualidade urbanística e arquitetônica, por meio da boa relação entre as três escalas, quais sejam: implantação, unidade habitacional e contexto socioespacial em que o conjunto habitacional está inserido (FERREIRA, 2012).

Segundo Ferreira (2012, p. 68),

Um conjunto habitacional bem inserido na cidade pode viabilizar melhores condições de vida, maiores possibilidades de trabalho, menor custo de vida

(menores gastos com transporte, por exemplo), acesso aos equipamentos de educação, saúde, cultura e lazer existentes, aproveitando a infraestrutura e serviços urbanos instalados. Em outras palavras, um empreendimento habitacional bem inserido na cidade é aquele comprometido com processo de urbanização justo e democrático, que garanta qualidade de vida aos moradores e aos demais cidadãos impactados por ele, direta ou indiretamente.

A crítica ao mercado habitacional brasileiro é que os programas habitacionais e/ou empreendedores não se preocupam em “produzir cidades”, e sim apenas unidades habitacionais. Em geral, a equação financeira e a busca de resultados impedem formas de implantação que tenham a qualidade urbana desejada para a “construção de bairros”.

Enfim, o que se pode observar nesse vasto panorama brasileiro quanto à habitação e à construção de cidade é que, a partir de 1990, surgiram propostas diferentes em relação às anteriores, com formas de enfrentamento da cidade e das questões urbanas mais peculiares, com espacialização dos espaços coletivos e com transições entre os espaços público e privado. Observamos que outros arquitetos e projetistas envolvidos com o tema acompanharam Vigliecca nessa busca por uma cidade mais qualificada e significativa para os seus habitantes.

Nesse caminho, como comenta Lizete Rubano, “[...] as coisas vão surgindo junto, vai se desenhando a rua, vai se desenhando o pátio, vai se desenhando as edificações, e não há uma preponderância de uma coisa sobre a outra” (RUBANO, 2014).

Por outro lado, os últimos conjuntos habitacionais aqui abordados demonstram como o projeto deve ser um instrumento de pesquisa, palco de uma reflexão sobre a realidade, de uma construção de hipótese, e de uma proposta consistente.

9 QUATRO PROJETOS DE VIGLIECCA – ESTRATÉGIAS PROJETUAIS

O trabalho de Vigliecca na área da habitação começou cedo, por volta dos anos 1970. Primeiramente, trabalhou no Uruguai, em parceria com os arquitetos uruguaios Ramiro Bascans, Thomas Sprechmann, Arturo Vilamil, J. J. Lusich, R. Lorente Escudero e R. Lorente Mourello, realizando alguns projetos como o Conjunto Habitacional Bulevar Artigas (1971), o Conjunto Habitacional Santo Antônio (1972), o Edifício Ellauri (1973) e o Conjunto Habitacional Hurasú (1974) – todos dentro do programa das Cooperativas Habitacionais Uruguaias. No Brasil, com o sócio de Bruno Padovano, com quem trabalhou por sete anos no escritório Padovano & Vigliecca arquitetos, realizou alguns projetos muito importantes para a sua trajetória profissional na área da habitação, como o projeto Rio das Pedras Vila Mara (1991) e o Conjunto Habitacional Rincão (1991). Mais tarde, por volta dos anos 1996, inaugurou o atual escritório Vigliecca & Associados, em parceria com Luciane Quel, Ruben Otero e Ronald Werner Fiedler, que possui uma vasta produção na área da habitação social em diferentes condições urbanas – áreas críticas, áreas centrais consolidadas, etc.

As formas de atuação de Vigliecca decorrem, em grande parte, da condição urbana que se apresenta como desafio. Segundo Luiz Recamán (2014, p. 13), no texto “Arquitetura em Tempos Difíceis”, a “[...] realidade urbana brasileira não é um obstáculo para o trabalho de Héctor Vigliecca. Dispõe dela para criticá-la e transformá-la, dentro dos estreitos limites impostos pela situação atual aos instrumentos de arquitetura e urbanismo”.

Como aponta Lizete Maria Rubano (2014, p. 8), no texto “Morar junto: a dimensão urbana do habitar”, “Os temas têm a ver, essencialmente, com condições de cidade que são referenciais para construção de um conteúdo de projeto”. Vigliecca se caracteriza por desenvolver, por meio dos seus projetos, principalmente na sua maturidade profissional, uma aguda reflexão teórica sobre a arquitetura e o urbanismo. Em publicações, palestras e conferências, mostrou que a arquitetura e a cidade têm que estar sempre na mesa de discussões, pois são assuntos muito complexos – tratam da vida das pessoas. Desse modo, o arquiteto trata a arquitetura não como uma entidade em si, mas sempre como um objeto que se relaciona com outros e conforma um espaço, dá sentido a um lugar.

Segundo ele, nos projetos há sempre um cuidado precioso e preciso, no sentido de que as intervenções nas áreas sejam solidárias com o existente, uma vez que a nova intervenção deve formar um conjunto unitário com a cidade que há em volta (VIGLIECCA, 2014).

Dentro dessa visão, Vigliecca (2017) organizou essa crítica e essa transformação da cidade a partir de cinco regras básicas que sintetizam os critérios para o raciocínio do desenho urbano (que ele diz repetir a si mesmo e à sua equipe como um mantra: **1) reestruturação da malha urbana; 2) remoções por necessidade urbana; 3) legibilidade como condição de cidadania; 4) integração do corpo hidrográfico à estrutura urbana; 5) coligação das novas edificações.**

Neste trabalho, essas cinco regras básicas são utilizadas como estrutura de análise. Por outro lado, tomamos como referência as três diferentes situações de atuação, já citadas aqui, indicadas no livro *Terceiro Território* (VIGLIECCA, 2014): áreas centrais consolidadas, áreas onde a quadra é a “unidade urbana de referência” e áreas urbanas críticas.

A primeira situação se refere à atuação em vazios em meio a estruturas urbanas preexistentes – em geral áreas históricas. Dessa forma, o arquiteto trabalha com inserções arquitetônicas a partir do reconhecimento de preexistências significativas em sistemas urbanos consolidados, em geral, visando retomar a área central para o uso habitacional.

A atuação em zonas onde a quadra se apresenta como ou tem potencial para ser “unidade urbana de referência” se constitui em propostas que se desenvolvem em estruturas urbanas mais “tradicionais” – com rua e quadra/quarteirão – e que se propõem a usar esses elementos urbanos como estratégias de projeto, como elementos articuladores de usos, escalas, cheios e vazios, público e privado que completam arranjos e tecidos existentes.

Por último, nas áreas urbanas críticas, sem infraestrutura básica e sem conexão com a estrutura da cidade, as propostas se baseiam no reconhecimento de organizações ou arranjos existentes que sinalizem possibilidades de projeto, criando, a partir de uma nova ordem, um “Terceiro Território”. É possível identificar que, por volta dos anos 2000, a carreira do arquiteto foi alavancada com a participação em

diversos concursos promovidos pelo poder público, consolidando-se com uma vasta produção nessas áreas urbanas críticas (VIGLIECCA, 2014).

Os projetos estudados neste trabalho têm como base essas três situações, mas, ao mesmo tempo, se constituem em propostas para situações urbanas híbridas, com respostas e estratégias projetuais também híbridas.

Outro conceito que embasa as formas de intervenção urbana adotadas pelo arquiteto e pela sua equipe é o que denominam de “cunhas de infiltração de urbanidade”, pontos introduzidos na área de atuação que podem expandir a qualidade urbana. Essas cunhas podem ser consideradas também como fatores de “contaminação”, de maneira que realizem transformações, que estabeleçam uma nova condição urbana na área. Essa forma de intervenção pode ser verificada em quase todos os projetos do arquiteto.

9.1 O mantra Viglieccano

O que é um mantra? O mantra é definido como um instrumento de pensamento, uma fórmula mística e ritual recitada ou cantada repetidamente, que tem como objetivo relaxar e induzir a um estado de meditação (SIGNIFICADOS, 2022).

Reforçando a sua definição:

Um mantra é uma palavra, som ou frase que se repete durante a meditação ou em alguma outra situação da vida diária para criar um estado de calma e concentração. Ao repetir essa frase ou palavra muitas vezes, ela cresce, há mais e mais e pode transformar a nossa realidade (BHALAI, 2021).

De acordo com as definições acima, fica claro por que o arquiteto utiliza o termo “cinco mantras do desenho urbano”, afinal, considera-os um instrumento de pensamento que desperta um estado de concentração sobre os critérios básicos para o raciocínio que envolve o desenho urbano e que é utilizado repetidamente nos seus projetos.

1) Reestruturação da malha urbana:

A redefinição, a evidência e a hierarquia da rede viária permite que a área de intervenção primeiro adquira uma estrutura mais apreensível e, logo, se integre à

cidade “formal” existente, fazendo com que aquela deixe de ser um espaço de exclusão e/ou uma barreira urbana.

Raquel Barros e Silvia Pina, no seu estudo *Uma abordagem de inspiração humanizadora para o projeto de habitação coletiva mais sustentável*, desenvolveram conceitos que se aproximam dessa proposta de Vigliecca, dentre eles, “senso de urbanidade (BARROS; PINA, 2010, p. 126):

Que se refere à escala da implantação das edificações. Essa categoria conceitual para o projeto de habitação coletiva visa proporcionar a vivacidade urbana que pressupõe o combate à setorização excessiva de usos, à segregação social e à dificuldade de locomoção. Inclui ainda a percepção de um sentido de lugar em sintonia com o entorno, a partir da conformação e articulação dos espaços externos.

Ainda dentro do conceito de senso de urbanidade, as autoras indicam as subcategorias **Conectividade, Legibilidade e Sustentabilidade**, que estudam a possibilidade de concepção de projetos integrados na escala do bairro, em continuidade à malha existente, e que proponham um desenho urbano que estabeleça uma relação clara entre os espaços externos do conjunto e entre estes e o sistema maior de espaços do tecido urbano (BARROS; PINA, 2008).

Bentley (1999), no livro *Entornos Vitales – hacia un manual práctico de diseño urbano y arquitectónico más humano*, destaca que a vitalidade de um lugar pode medir-se por meio da sua capacidade de ser adentrado, conceito denominado por ele de **Permeabilidade**.

Segundo o autor, para que o local seja permeável, deve constituir um sistema de vínculos entre as zonas adjacentes e, para conseguir uma grande permeabilidade, deve conectar-se ao entorno através do maior número possível de vínculos diretos com o sistema de ruas principais que unem as várias partes da cidade.

Essas questões, colocadas acima, são trazidas por vários estudiosos desde os anos 1960 (LYNCH, 1960; SMITHSON, 1966), no roldão da crítica à “cidade funcional”. De maneira geral, estão colocadas nos projetos de Vigliecca de forma a buscar integração à escala do bairro em continuidade à malha existente, e sintonia com o entorno, para que não sejam um espaço de exclusão.

2) Remoções por necessidade urbana:

As remoções não dizem respeito apenas às áreas de risco, mas também podem ser consideradas necessárias para a determinação de uma condição urbana representativa.

Nessa relação, com a condição urbana e o respeito pela pré-existência, surge o paradoxo entre o que manter e o que demolir. Escolhas do que há que conservar e do que há de se fazer desaparecer se fazem necessárias. Segundo Vigliecca (2019), há preexistências que têm valor e outras que não. Assim, o ato de derrubar tem muita relação com a precariedade física das construções, mas também está relacionado com a criação de uma legibilidade e de uma estrutura do espaço urbano.

O arquiteto declara:

Por exemplo, às vezes temos de nos imaginar tirando tudo o que está construído, para verificar como é a topografia e ver como a partir desta podemos estabelecer hierarquias na maneira de projetar essa área urbana. Falamos de demolirmos tudo, mas nós nunca promovemos a demolição das coisas, teoricamente eliminamos o existente para permitir o que está por baixo. Entendemos que as situações urbanas hoje resultam de anos e anos de sobreposições e coisas, não é? Temos que extrair delas uma leitura positiva (VIGLIECCA, 2019).

Com as remoções, é possível “revitalizar” áreas consideradas degradadas, por meio de obras viárias, construção de equipamentos e conjuntos habitacionais, de forma que estes redefinam a paisagem urbana (MAGALHÃES, 2019).

De maneira geral, as remoções muitas vezes são necessárias para que a área se torne um local legível, reconhecível e organizado, sendo assim, por meio da demolição de elementos discrepantes e de zonas deterioradas, bem como da introdução de novos elementos coerentes, contribui-se para a legibilidade do local.

3) Legibilidade como condição de cidadania:

A apropriação e o entendimento da geografia e das conectividades geram o sentido de identidade do lugar (VIGLIECCA, 2017). Para Vigliecca, a legibilidade sempre está muito conectada com a conectividade ou com a apreensão da conexão entre as coisas.

Legibilidade é a qualidade que determina a facilidade de leitura de algo. Para Kevin Lynch (1960, p. 13), “Legibilidade é a facilidade com a qual cada uma das partes pode ser reconhecida e organizada numa estrutura coerente”. Ainda segundo Lynch (1960, p. 15), “[...] um ambiente característico e legível não oferece apenas segurança,

mas também intensifica a profundidade e a intensidade da experiência humana”. Esta segunda citação de Lynch também nos leva à ideia dos conceitos de identidade e pertencimento do TEAM 10, de acordo com a qual “[...] o homem deve se identificar com o local onde habita, criar vínculos sociais e aprender o espaço a partir dos seus valores culturais” (BARONE, 2002, p. 61).

Lynch (1960) considera que existem cinco elementos urbanos que contribuem para a legibilidade de um lugar:

- As vias: canais longos por onde o observador se move. Ex.: ruas, canais, passeios e linhas de trânsito.

- Os limites: elementos lineares que estabelecem uma quebra de continuidade de determinada área, constituindo fronteiras entre duas partes distintas. Ex.: rios, estradas e viadutos. Os limites podem ser “[...] costuras, linhas ao longo das quais regiões se relacionam e se encontram” (LYNCH, 1960, p. 58).

- Os bairros: regiões urbanas de tamanho grande, que possuem alguma característica comum identificável, nas quais o observador penetra – “entra dentro delas”. As características que identificam um bairro podem ser as mais variadas: tipos de edificação, usos, espaços, topografias, entre outros.

- Os cruzamentos: pontos estratégicos de referência através dos quais o observador pode entrar na cidade, como esquinas e praças.

- Os marcos: representados por objetos físicos, que são pontos de referência, nos quais o observador não entra. Exemplos: edifício, loja, sinal, esculturas (LYNCH, 1960).

Sendo assim, é possível afirmar que a apropriação e o entendimento desses elementos na cidade geram legibilidade e, conseqüentemente, o sentido de identidade do lugar.

Desse modo, o que Lynch nos aponta é que a legibilidade pode ser alcançada por meio de elementos/instrumentos, que permitem que o habitante da cidade possa se organizar e que podem ser tanto objetos edificados quanto de recintos.

Para Alison e Peter Smithson (1953), a ideia de legibilidade (embora não utilizem esse termo) vem, essencialmente, da adequada relação entre as escalas dos agrupamentos sociais – rua, bairro, cidade – e do seu acertado tratamento como “realidades plásticas finitas” – agrupamentos claros e “visíveis”, apreensíveis a partir

dos seus limites, conformando “lugares”. Nesse sentido, a conformação de lugares é que possibilitaria a legibilidade nas áreas urbanas. Para Solá-Morales (1995a, 1995b), o lugar é algo reconhecível e delimitado – onde se enxerga bordas, níveis e configurações.

Viglicca se vale de duas estratégias (dois conceitos) – “hipóteses”, nas palavras do arquiteto – para propor espaço urbano/desenho urbano a partir da zona ou das características da área de intervenção, como meio de definir uma legibilidade: Trílito e Cromeleque.

Trílito é um elemento pré-histórico que consiste em duas grandes pedras verticais que suportam uma terceira pedra horizontalmente no topo. Cromeleque consiste em vários Trílitos dispostos em círculos, elipses, semicírculos ou retângulos, conformando espaços/recintos abertos ou fechados. Segundo arqueólogos e historiadores, esses monumentos possuem função de marcadores de propriedade ou servem como “calendário” (Figura 16) (CARVALHO, 2022).



Figura 16: À esquerda, Trílito. À direita, Cromeleque.

Fonte: Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Trilito> e http://historiadeiberia.blogspot.com/2009_06_01_archive.html. Acesso em: 20 jul. 2022.

Viglicca indica que a adoção de um ou outro conceito depende da interpretação que se faça da realidade em que se está atuando (VIGLIECCA, 2014).

O emprego que ele faz do Trílito tem relação com a sua característica de “objeto” solto no espaço – o “marco” de Lynch –, que tem valor pela sua forma, que estrutura o espaço por meio de “costuras” entre áreas e que conforma – ou melhor, marca, assinala – lugares com marcos referenciais formais e/ou funcionais. Também identificamos, na maneira como o arquiteto o utiliza, a ideia de “legibilidade” de Lynch: as partes são legíveis e podem ser reconhecidas facilmente e de forma organizada. Vigliecca faz uso desse elemento em casos muito especiais, como veremos adiante, especialmente na Reurbanização do Complexo Paraisópolis, tanto no miolo da quadra quanto na costura entre os desníveis nas encostas dos vales, preferindo lançar mão, na maioria das vezes, do conceito de Cromeleque.

O **Cromeleque** se constitui a partir da agrupação de vários Trílitos, definindo e conformando um espaço com limites, um lugar sensível e perceptível. Certamente, o arquiteto tem uma forte identificação com esse tipo de espaço que define uma “realidade plástica finita” (SMITHSON; SMITHSON, 1953), um espaço urbano “perceptível” (COLQUHOUN, 2004), e que conforma lugares. Um tipo de espaço que faz parte das suas estratégias projetuais desde os seus primeiros conjuntos habitacionais no Uruguai.

4) Integração do corpo hidrográfico à estrutura urbana:

Redescobrir o corpo hidrográfico e a leitura dessa hidrografia são os principais determinantes no desenho da micro drenagem e, simultaneamente, fornecem a estrutura dos espaços públicos de mobilidade.

Os elementos naturais devem ser redescobertos, reativados e valorizados como identidade do local, visto que podem ser utilizados a favor da criação de espaços urbanos qualificados, como parques lineares, trazendo uso para áreas que antes estavam abandonadas (TAVEIRA, 2016).

A incorporação dos elementos naturais à paisagem urbana tem-se tornado cada vez mais urgente e importante, visto que eles são capazes de atenuar as aflições do cotidiano, concedendo mais cor e beleza aos cenários pesados das cidades atuais, além de trazerem equilíbrio para o ecossistema (ROSIN, 2014).

5) Coligação das novas edificações:

Novos edifícios devem ser solidários com o entorno, constituindo assim agrupamentos que sempre contribuam para definir uma interface legível e permeável

entre os espaços públicos e privados. As novas edificações devem estruturar arranjos complementares a uma ocupação, de forma que esta se articule e crie novas condições, por meio de uma escala de cidade já existente.

Nesse item do mantra Viglieccano, identificamos a ideia de Cluster, que Alison e Peter Smithson (1957, p. 334-336) definem como:

Uma malha muito coesa, complicada, agregação frequentemente em movimento, mas uma agregação com uma estrutura distinta. Isso é talvez o mais perto que se possa chegar da descrição do novo ideal em planejamento arquitetônico e urbanístico.

Os novos edifícios somados às estruturas já existentes, como ruas e praças, devem formar arranjos complementares, constituindo um bairro, constituindo agrupamentos, ou seja, o que os arquitetos dos anos 1950 chamavam de Clusters. Identificamos, nesse item, as escalas de associação – casa, rua, bairro e cidade – indicadas pelos arquitetos ingleses Alison e Peter Smithson, afinal, como dito anteriormente, os edifícios, somados às ruas e praças já existentes, conformam um “bairro”, o que chamamos de agrupamento social. Os novos edifícios/conjuntos, de acordo com a sua implantação, criam espaços qualificados (entre o bairro e a cidade), de forma que geram uma relação/conexão com a cidade do entorno, surgindo assim “lugares intermediários” entre essas duas escalas (RITTER, 2019).

Na coligação das novas edificações, identificamos também algo do conceito de “senso de urbanidade”, dentro da perspectiva da subcategoria sensibilidade ao ambiente construído e natural existente, citada por Barros (2008, p. 87), visando, com as novas edificações/conjunto,

[...] preservar, acentuar e melhorar as qualidades do lugar a partir de uma visão do todo em que o projeto procura contribuir para o caráter da vizinhança, características irregulares do solo e permeabilidade, topografia, formato do terreno, vegetação, insolação, vista, bem como através da criação de interfaces permeáveis entre terreno e entorno, entrelaçando caminhos, lugares e ambientes de transição ao longo dos limites.

Dessa maneira, os novos conjuntos se esforçam para atender às especificidades dos elementos naturais e construídos do terreno e do entorno, com a intenção de preservar o lugar e, ao mesmo tempo, melhorar as suas qualidades (BARROS; PINA, 2010).

9.2 Os projetos estudados

A escolha e a classificação dos projetos estudados nesta investigação se deram, inicialmente, a partir das três diferentes situações de atuação, indicadas anteriormente. Porém, ao revisarmos pesquisas sobre os projetos de Viglicca na área da habitação coletiva, verificamos que há muitos já bastante estudados e analisados, projetos certamente chaves, marcos do seu trabalho em habitação.

Tabela 1: Número de estudos e publicações

PROJETOS	Nº ESTUDOS/PUBLICAÇÕES
CONJUNTO HABITACIONAL SANTO ANTONIO- UY	
EDIFÍCIO ELLAURI - UY	
CONJUNTO HABITACIONAL URASÚ- UY	
BULEVAR ARTIGAS	2
HABITAÇÃO POPULAR BRÁS	1
CONJUNTO HABITACIONAL RINCÃO	3
CONJUNTO HABITACIONAL RIO DAS PEDRAS VILA MARA	5
HABITAR COM AMBIENTE	
RESIDENCIAL COLINA DE MANTIQUEIRAS	
RESIDENCIAL PARQUE PEDRA BONITA	
CONJUNTO HABITACIONAL ITAQUARA	
CASARÃO DO CARMO	10
VILA DOS IDOSOS	8
CARANDIRU - VILA MARIA	
REURBANIZAÇÃO PARAISÓPOLIS	2
CONJUNTO ASSEMBLÉIA	1
CONJUNTO CÔNEGO VICENTE MARIANO	1
HELIÓPOLIS GLEBA A	6
CONJUNTO HABITACIONAL FLAMENGUINHO	
CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM VELOSO	
COLINA DOESTE - MORRO SOCÓ - ÁREA DE PORTAIS	1
BOMFIM - OPERAÇÃO URBANA TIETÊ	1
MIGUEL COSTA	
LAR DOS IDOSOS	
JARDIM NAZARÉ	2
RIO CLARO -AERÓDROMO	
JARDIM VICENTINA	2
PARQUE NOVO SANTO AMARO V	7
PARQUE GUARAPINGA	
RENOVA SP - RIBEIRÃO DOS PERUS	
MORAR CARIOCA	2
RENOVA SP- MORRO S4	4
PLANO URBANÍSTICO LINEAR DA PAZ - PQ URBANÍSTICO BOULEVARD DA PAZ	1
Parque Continental Labhab/gerdau	
HELIÓPOLIS GLEBA H	6
SOL NASCENTE TRECHO 02	
URBANIZAÇÃO CEILÂNDIA	
PARQUE OLÍMPICO	1

Fonte: Elaboração da autora.

Em função desse panorama, optamos por buscar alguns projetos menos abordados por pesquisadores e críticos, com o fim de melhor conhecê-los e descobrir o seu papel na linha do tempo projetual de Vigliecca. Conforme a Tabela 1, é possível identificar que os projetos mais estudados são Casarão do Carmo (2003), Vila dos Idosos (2003), Parque Novo Santo Amaro V (2009), Heliópolis Gleba A (2004) e H (2013) e Conjunto Habitacional Rio das Pedras-Vila Mara (1991).

Com base na decisão de abordar aqui projetos menos estudados e a partir da divisão nas três situações urbanas anteriormente especificadas, foram escolhidos os seguintes para análise: o Conjunto Assembleia (2004, áreas centrais consolidadas); a Reurbanização do Complexo Paraisópolis (2004, áreas urbanas críticas); o Colina D'oeste / Morro Socó (2007, situação híbrida: é uma área urbana crítica, mas, ao mesmo tempo, o elemento quadra, presente no entorno, foi utilizado como referência) e o Conjunto Jardim Vicentina (2008, também situação híbrida: a quadra pode ser considerada como "unidade urbana de referência", mas também é uma área urbana crítica).

9.2.1 CONJUNTO ASSEMBLEIA, 2004, SÃO PAULO-SP – PROJETO EM ÁREA CENTRAL CONSOLIDADA

O projeto do Conjunto Assembleia foi realizado por meio de um concurso e foi uma proposição em um vazio urbano (atualmente ocupado por estacionamento), situado em uma área de alta densidade, localizada nas imediações da Praça da Sé, no centro de São Paulo (Figuras 17 e 18).

Esse conjunto, dadas as condições impostas pelas normas do concurso, abrigaria habitação coletiva em altura, espaços de socialização, comércio e a futura sede da Secretaria de Negócios Jurídicos (Figura 19).

Essa área vazia está localizada na rua da Assembleia esquina com a Rua Doutor Rodrigo Silva, no Centro Histórico de São Paulo, em uma quadra formada pelas ruas citadas, pelo Viaduto Dona Paulina e pela Saída Avenida 23 de Maio, com topografia irregular, ocupação variada e diversidade de usos e tipos edifícios.

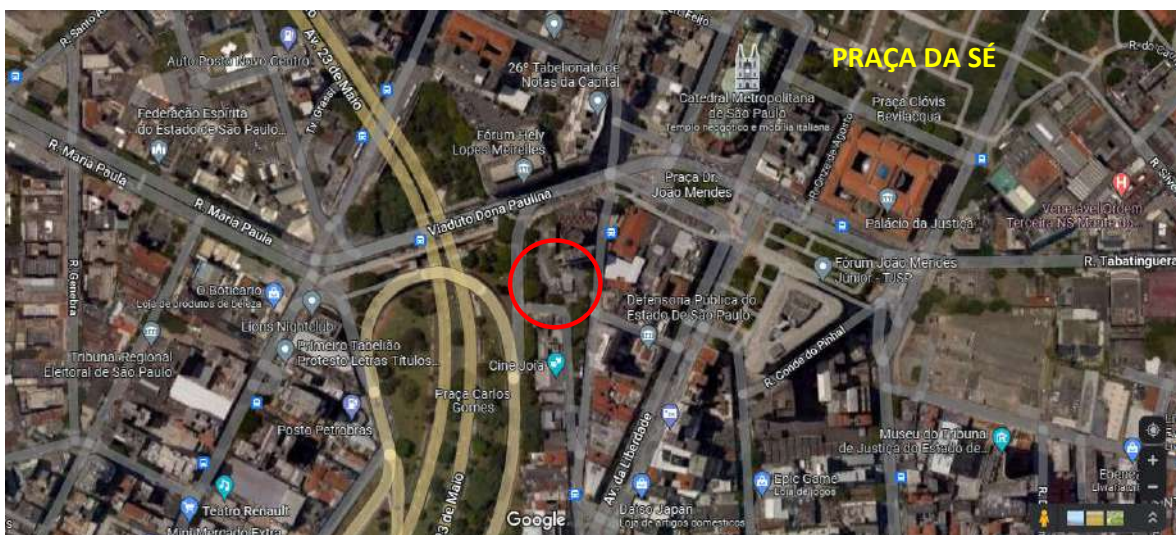


Figura 17: Localização da quadra onde seria inserido o Conjunto Assembleia, São Paulo.
Fonte: Edição da autora sobre Google Maps, 2022.



Figura 18: Localização da quadra onde seria inserido o Conjunto Assembleia, São Paulo.
Fonte: Edição da autora sobre Google Maps, 2022.

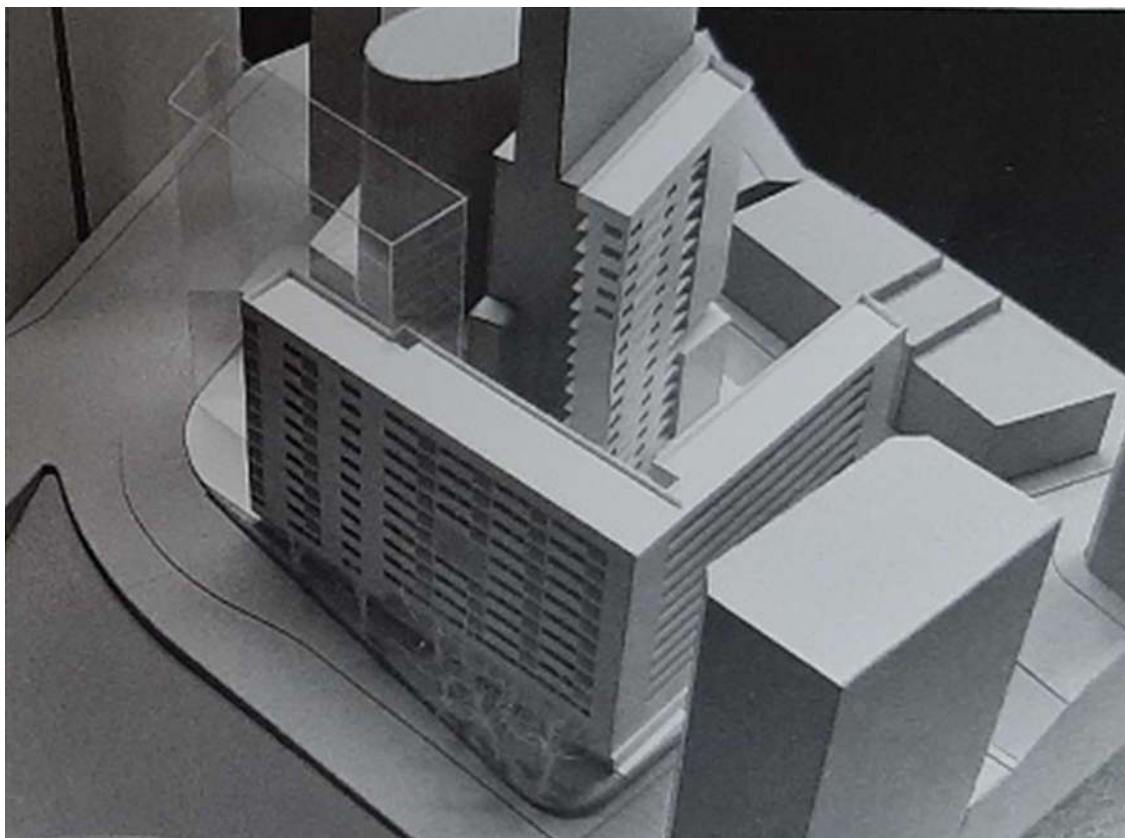


Figura 19: Maquete do Conjunto Assembleia – em volumetria transparente a sede da Secretaria de Negócios Jurídicos, São Paulo.

Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

9.2.1.1 Legibilidade como condição de cidadania / Coligação das novas edificações

A compreensão e a apropriação da geografia e das conectividades geram o sentido de identidade do lugar. As diferenças dadas pela topografia e a possibilidade de acesso por quatro vias que circundam a área foram utilizadas para a definição do que é público e do que é privado. Nesse projeto, identificamos a estratégia do arquiteto de compreender a realidade, aproveitando todo o seu potencial, buscando não substituí-la por uma paisagem idealizada, que “fuja” do contexto, e sim criar um “novo lugar”, a partir da valorização do existente (VIGLIECCA, 2014).

É perceptível que o arquiteto busca manter os alinhamentos, os recuos e os gabaritos das pré-existências, dando continuidade a uma ideia de espaço urbano.

A situação existente consistia em um quarteirão irregular, cortado de uma maneira inusual por uma rua (formando um S), no qual existia um lote vazio, também

muito irregular, em que se pretendia inserir um conjunto habitacional. Sendo assim, em um terreno irregular, imbricado em uma quadra central, o arquiteto propôs a construção de três lâminas inseridas nesse “miolo”. Duas delas se unem fechando um vértice formando um “L” a sudoeste e a terceira, localizada na divisa norte da gleba, é adjacente ao edifício existente e está conectada com os outros dois edifícios por uma passarela – uma “rua elevada” (Figuras 19 e 23). A forma de implantação das edificações criou um espaço/prça central, francamente aberto para a Rua Dr. Rodrigo Silva. Também pela rua Dr. Rodrigo Silva, tinha-se acesso ao espaço aberto-coberto que articula os blocos (Figura 22). Já pela rua Assembleia, viabilizava-se o acesso ao estacionamento – localizado abaixo da praça – e ao comércio e serviços, com frente para a Saída Avenida 23 de maio (Figuras 20 e 21).

As diferenças dadas pela topografia possibilitaram o acesso ao conjunto por mais de uma via do entorno, mas, ao mesmo tempo, devido a esse desnível, o cruzamento entre elas é somente visual (VIGLIECCA, 2014).

Nesse projeto, não identificamos uma “Reestruturação da malha urbana”, mas uma conexão e uma continuidade com o sistema viário existente. O partido articula as condições existentes e as ruas que contornam o lote, a partir de uma praça nova entre os edifícios habitacionais (VIGLIECCA, 2014).

De certa forma, a articulação ao sistema viário é uma das primeiras ideias no sentido de qualificar a área – pelo vínculo formal com a cidade. A ideia era estabelecer continuidades com algumas estruturas e, ao mesmo tempo, gerar “fatos novos”.

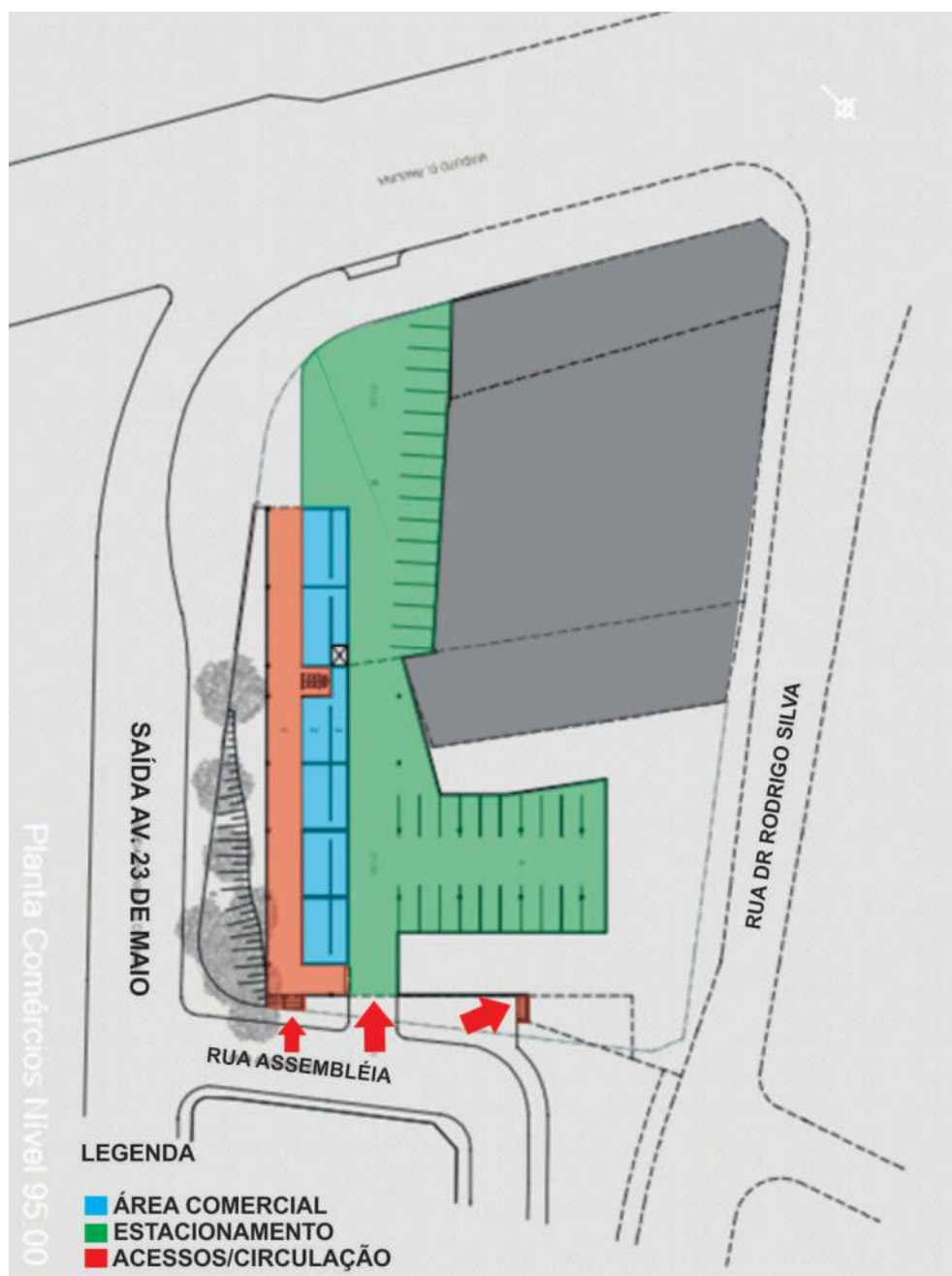


Figura 20: Planta baixa dos comércios e do estacionamento com marcação do acesso pela Rua Assembleia.

Fonte: Edição da autora sobre imagem do arquivo do escritório Viglicca & Associados.



Figura 21: Perspectiva do conjunto – mostrando acesso ao comércio.
Fonte: Edição da autora sobre imagem de VIGLIECCA, 2014.

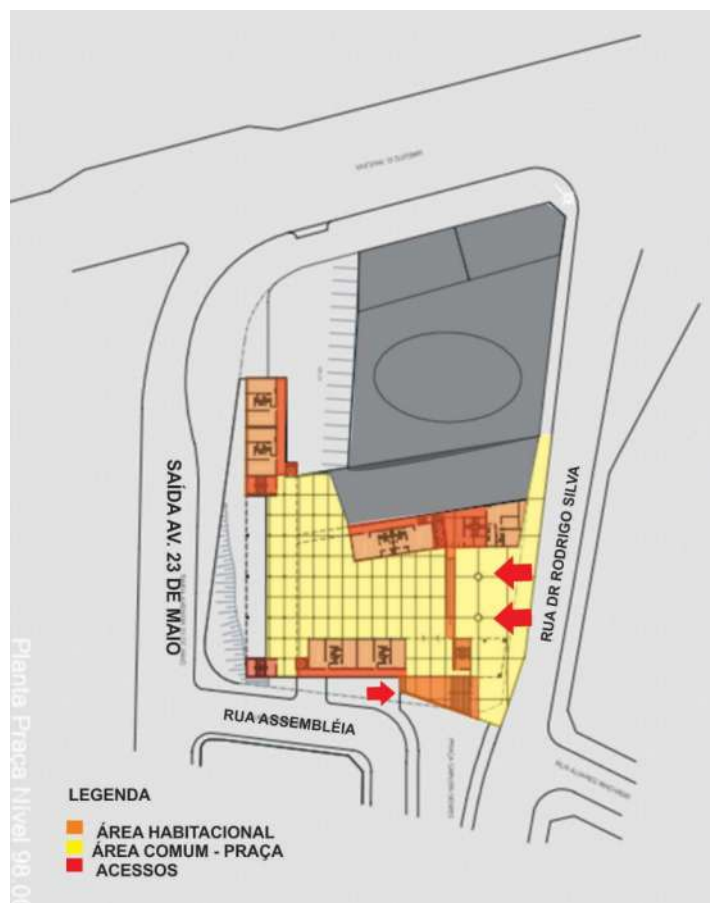


Figura 22: Acima, planta baixa nível praça – com marcação dos acessos pela Rua Rodrigo Silva e Rua Assembleia. Abaixo, maquete do projeto do Conjunto Assembleia – vista do acesso pela Rua Rodrigo Silva.

Fonte: Edição da autora sobre imagem do arquivo do escritório Viglicca & Associados.

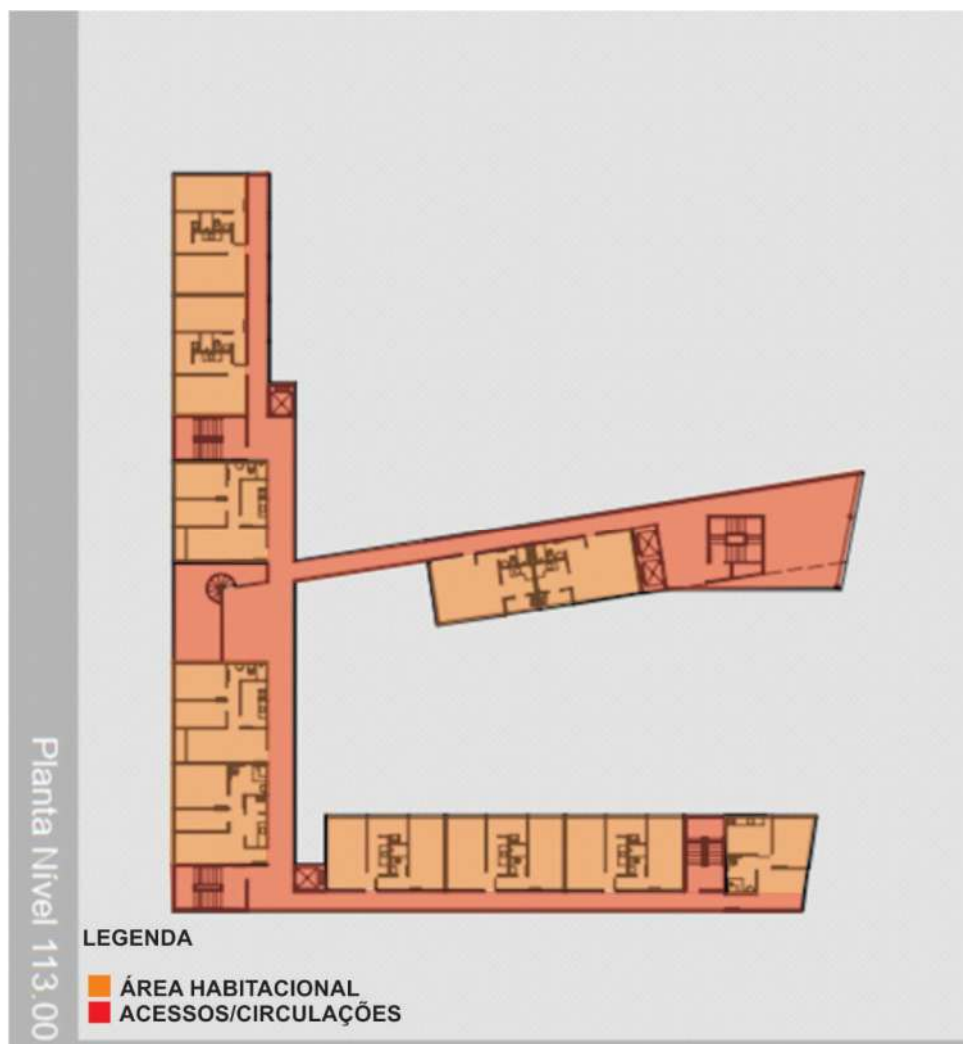


Figura 23: Planta Baixa Nível habitação 113, 00.
Fonte: Edição da autora sobre imagem do arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

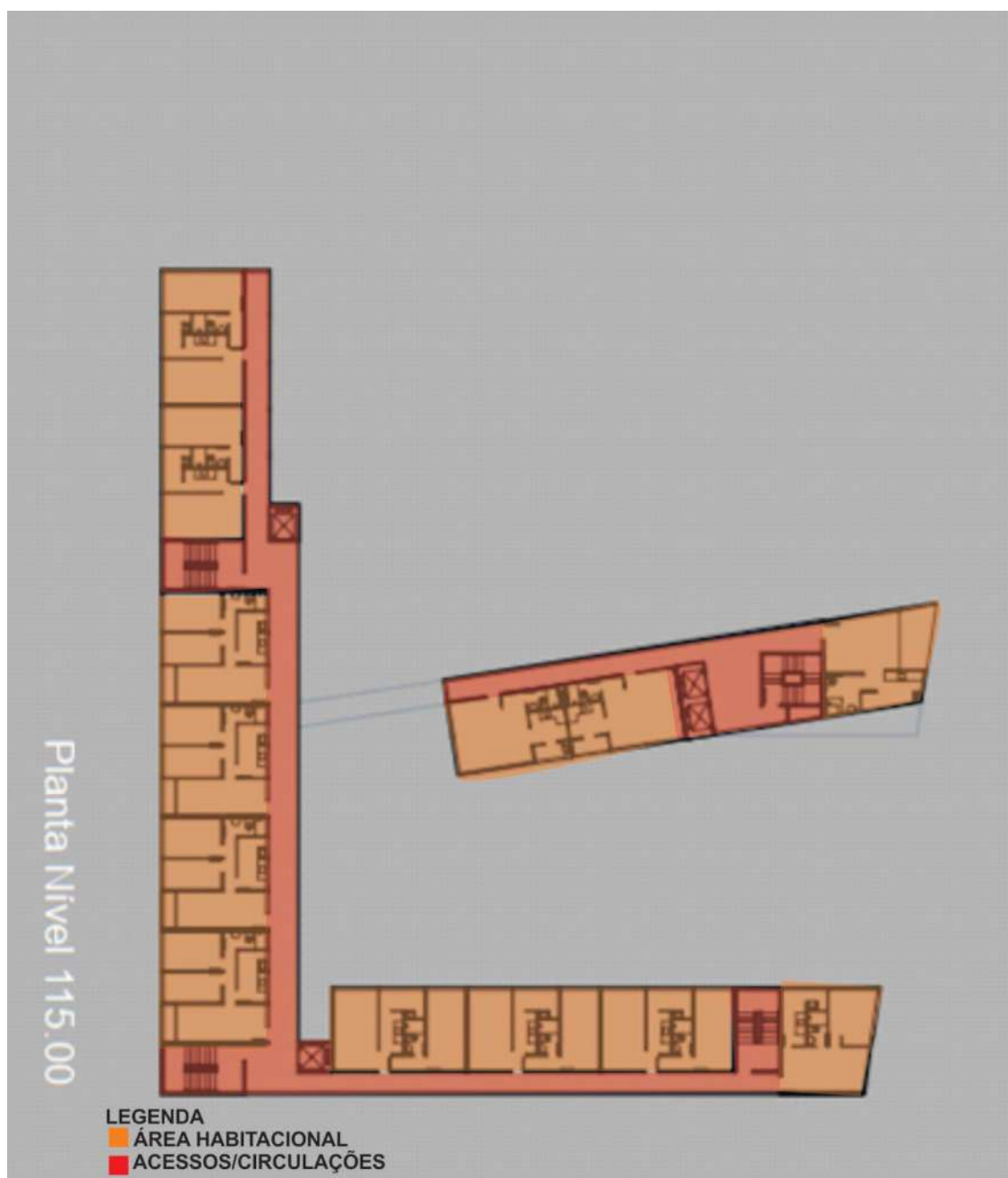


Figura 24: Planta Baixa Nível habitação 115.00.

Fonte: Edição da autora sobre imagem do arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

Diante disso, Vigliecca constitui um Cromeleque com uma implantação dos blocos, completando o desenho da quadra, definindo uma esquina, característica do entorno, e configurando um espaço-praça interno, tanto para uso coletivo quanto aberto à cidade (VIGLIECCA, 2014) (Figuras 25).

A legibilidade do conjunto é alcançada, buscando a relação franca e direta com o passeio público e as pré-existências (MINGHINI, 2019, p. 129).

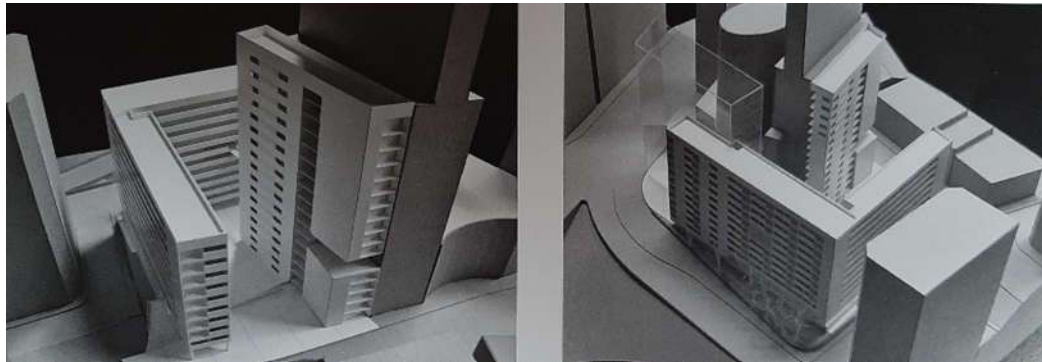


Figura 25: Vista geral do Conjunto Assembleia.
Fonte: VIGLIECCA, 2014.

Desse modo, os novos edifícios são solidários com o entorno, constituindo agrupamentos que contribuem a definir uma interface de qualidade entre os espaços públicos e privados.

Por outro lado, a presença de terraços, tanto no nível da praça como em pavimentos intermediários, configuram mirantes em direção à saída Av. 23 de Maio e permitem ao morador ou visitante uma compreensão de todo esse complexo ao conturbado entorno (Figura 26).

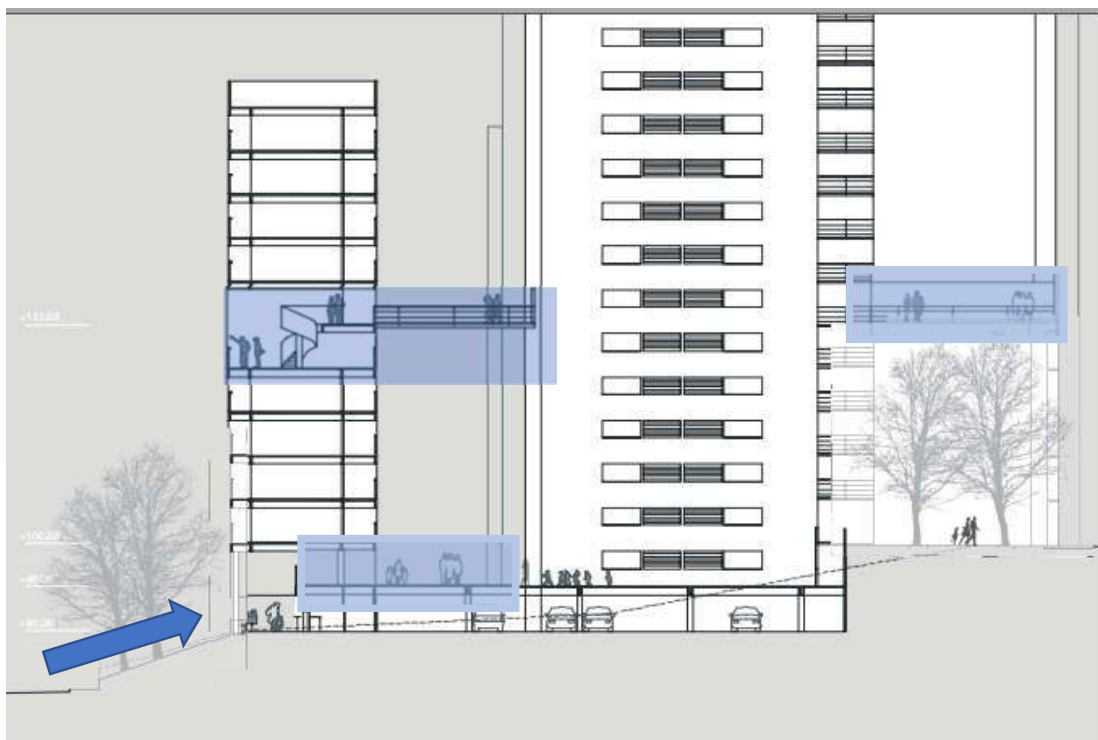


Figura 26: Corte Transversal, mostrando terraços, praça e pavimentos intermediários.
 Fonte: Edição da autora sobre imagem do arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

O projeto do conjunto representa um percurso de análises e reflexões da estrutura física do lugar, da paisagem urbana e das escalas do espaço público, como também da diversidade de usos, tipologias, intensidades e significações urbanas existentes, de forma que o novo edifício/conjunto gerasse conexões e continuidades, além de viabilizar espaços de vida coletiva na moradia em área central (VIGLIECCA, 2014).

Os edifícios gerariam uma estrutura de apoio à praça pública e ao pátio condominial, pois, no térreo, foi proposto uso comercial e, nos demais pavimentos, habitação (Figura 23 e 24). Desse modo, a proposta articulava o espaço público geral da quadra.

9.2.2 REURBANIZAÇÃO DO COMPLEXO PARAISÓPOLIS, 2004, SÃO PAULO-SP – PROJETO EM ÁREA URBANA CRÍTICA

A denominação de “áreas urbanas críticas”, utilizada por Vigliecca, pode indicar essa visão que considera o que existe de urbano e societário em uma formação espacial frágil, mas ainda “urbana”, ao invés de antagonizá-la com a cidade “formal” quanto com aquela idealizada e estetizada. Cabe, segundo a estratégia do arquiteto, torná-las mais urbanas e menos críticas, ou seja, próximas, em termos de ordenação territorial, do resto da cidade (RECÁMAN, 2014, p. 22).

Paraisópolis é uma das maiores favelas da cidade de São Paulo, com uma população entre 80.000 e 100.000 habitantes. Localizada na zona sul da cidade, ao lado de um dos seus bairros mais nobres, o Morumbi, está implantada em uma zona com bastante declividade e com a presença de vários córregos abertos (Figura 27). É uma área urbana bem consolidada, com residências unifamiliares em alvenaria sem reboco de dois a três pavimentos (Figura 28).



Figura 27: Limites do bairro Paraisópolis/Área intervenção.
Fonte: Edição da autora sobre Google Maps, 2022.



Figura 28: Vista de Paraisópolis.

Fonte: Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2019/12/01/pm-e-responsavel-por-mortes-em-paraisopolis-resta-saber-burrice-ou-ma-fe/> e <https://pensarpiyai.com/noticia/elite-brasileira-nao-toma-jeito-quer-muro-entre-favela-e-morumbi.html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

A área central da favela possui uma conformação especial, diferentemente de outras urbanizações semelhantes, pois está assentada sobre uma malha urbana definida, com quadras de 100x200m e com ruas e infraestrutura urbana completas (Figura 29). Mas, ao acessarmos o interior dessas quadras, através de vielas internas, verificamos que este assentamento vai se deteriorando, tornando-se uma área mais precária e sem infraestrutura, à medida que aumenta a distância em relação à estrutura pública existente.



Figura 29: Malha/traçado regular de Paraisópolis.

Fonte: Edição da autora sobre imagem do arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

Essa malha urbana é resultado de um plano realizado em 1921 pela União Mútua Companhia Construtora e Crédito Popular S.A., que definia um loteamento direcionado à classe alta com 2.200 lotes e ignorava por completo a topografia acentuada e os córregos existentes na região. No entanto, este não obteve sucesso (Figura 30) (ALVES, 2020).

Paraisópolis é cortada por córregos e fundos de vale, áreas com maior dificuldade de intervenção, nas quais há ainda risco de desabamento e inundações (Figura 31).



Figura 30: Traçado original Paraisópolis.

Fonte: Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.197/6262> e Google Maps.

Acesso em: 06 jun. 2022.



Figura 31: Localização dos principais córregos de Paraisópolis.
Fonte: ALVES, 2020.

Com área de intervenção de aproximadamente 1.051.504,9 m², este talvez seja um dos projetos de Vigliecca e Associados que chega a uma aplicação mais completa do seu “mantra”⁷. O projeto propõe a revitalização das vias existentes e a sua conexão com o esquema viário do entorno, a criação de novos espaços públicos e novas frentes urbanas no interior das quadras, a remoção das habitações assentadas nos fundos dos vales e córregos – áreas com risco de desabamento e inundações – e a implantação de equipamentos de lazer, áreas verdes e novos blocos de habitação (Figuras 32 e 33).

⁷ Este projeto obteve o prêmio de “Melhor Projeto de Intervenção Urbana” (2005-2006) concedido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), São Paulo.



Figura 32: Proposta geral do projeto de reurbanização do complexo Paraisópolis.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.



Figura 33: Maquete da proposta geral de Vigliecca para Paraisópolis.
Fonte: Disponível em: <http://www.vigliecca.com.br/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

9.2.2.1 Reestruturação da malha urbana

A redefinição, a evidência e a hierarquia da rede viária integraram a área de intervenção à cidade formal existente, fazendo com que deixasse de ser uma barreira urbana e um espaço de exclusão.

A favela era considerada um “tecido estranho”, pois era dotada de vínculos frágeis com a cidade, ou seja, havia uma ausência de conexão com o seu entorno (Figura 35). Por isso, uma das primeiras escalas enfrentadas no projeto foi a da articulação de Paraisópolis à cidade existente, com o intuito tanto de potencializar o pertencimento, a mobilidade e a integração social quanto de suprimir possíveis barreiras e permitir acesso a serviços públicos e infraestrutura sanitárias. Sendo assim, o projeto propôs o reforço da malha urbana geral existente e a marcação do vale do córrego Antonico, como um importante eixo conector (Figura 36) (VIGLIECCA, 2014).

Nesse projeto, a intervenção se deu basicamente em dois tipos de áreas: na área mais central e consolidada formada pelas quadras e nas áreas de vales – ao longo do córrego Antonico e nas zonas com maiores declividades, Grotão, Grotinho e Brejo (Figuras 34).

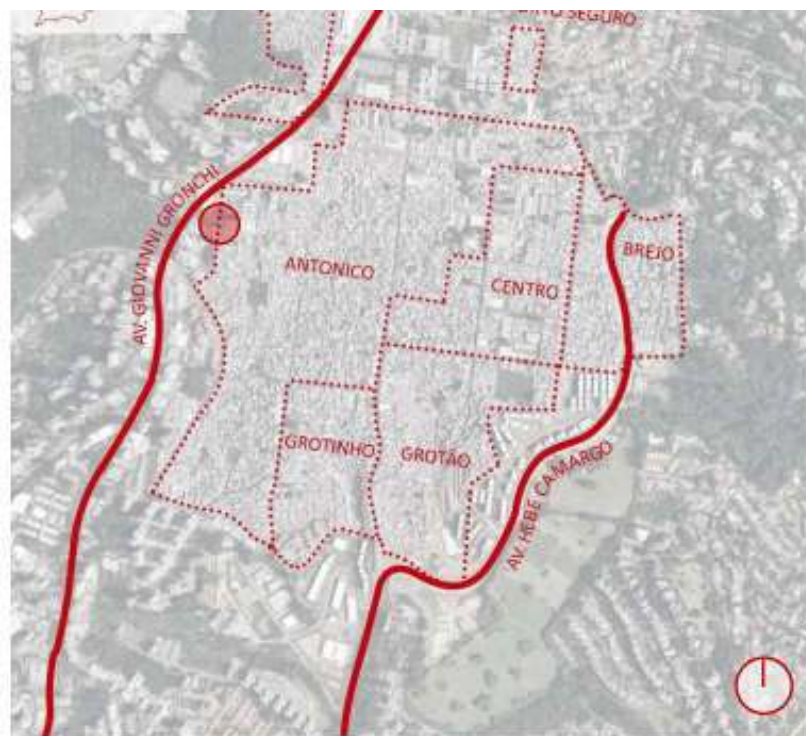


Figura 34: Localização de Paraisópolis, principais avenidas e setores.
Fonte: ALVES, 2020.

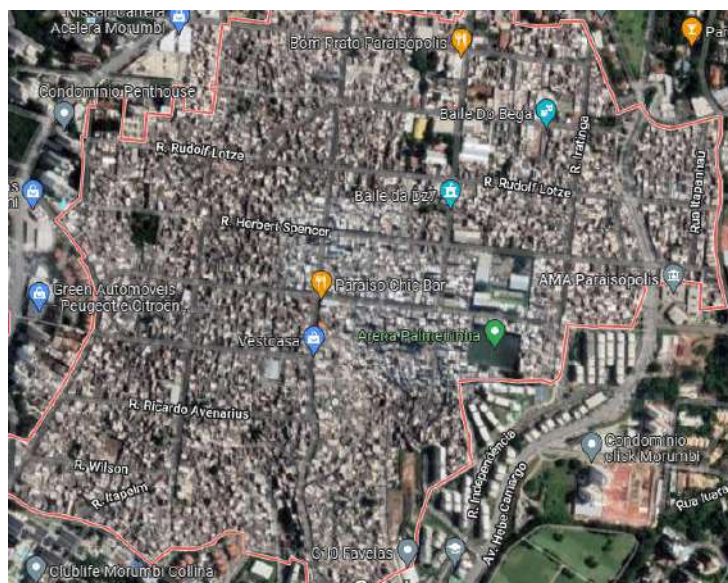


Figura 35: Paraisópolis sem a intervenção urbana.
Fonte: Google Maps, 2022.

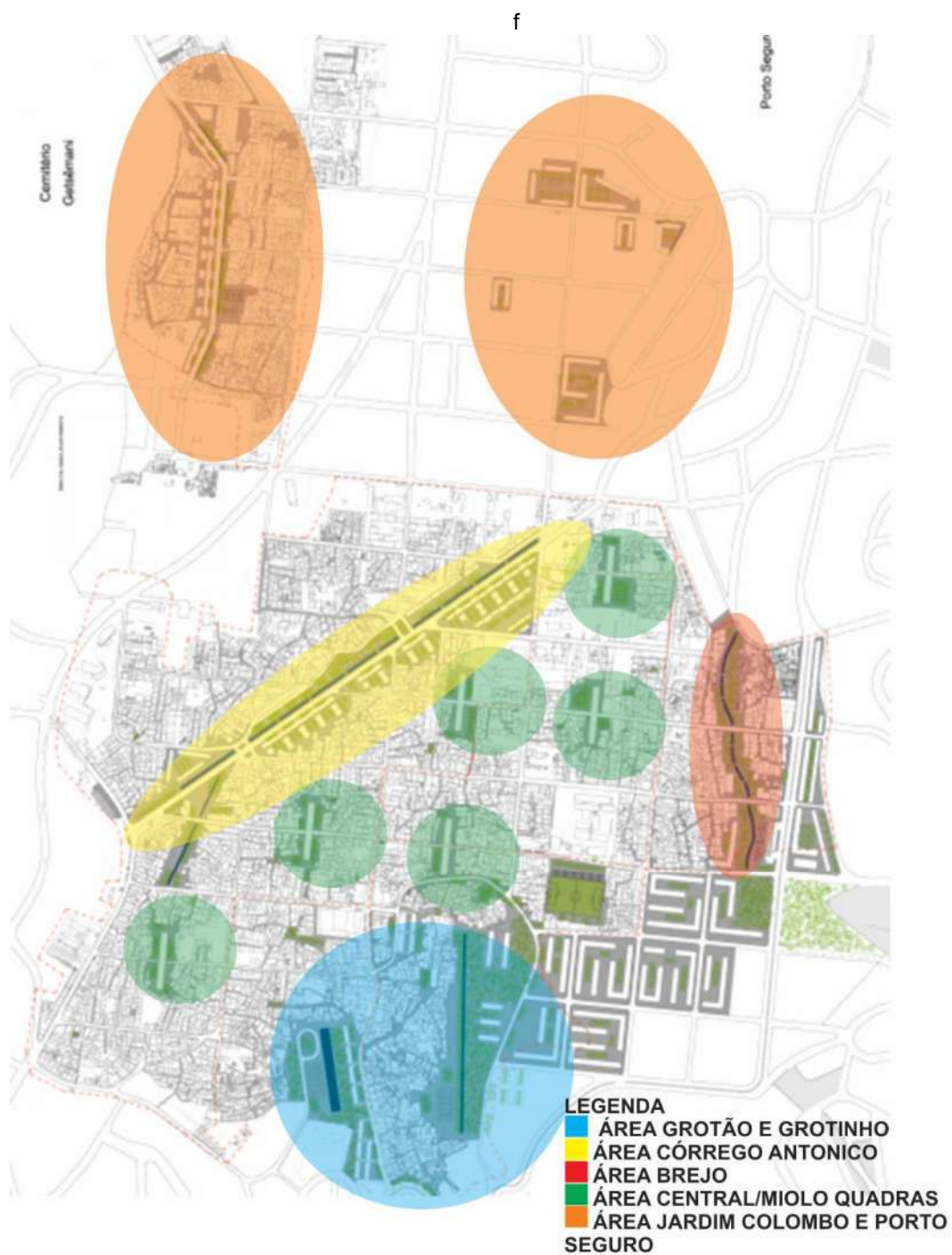


Figura 36: Proposta geral de Vigliecca para Paraisópolis – mostrando áreas/zonas propostas no projeto – observar que há mais duas áreas de intervenção Jardim Colombo e Porto Seguro, portanto estas não foram objeto de estudo pela falta de material.

Fonte: Edição da autora sobre imagem do arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

No caso de Paraisópolis, por causa das suas grandes dimensões e da sua variedade de situações urbanas, a reestruturação da malha foi além de uma proposta de conexão com o restante da cidade. Disse respeito também às conexões dentro do próprio bairro.

Na zona do córrego Antonico, foi criada uma via principal/central, em diagonal, que se liga à duas vias existentes importantes, a rua Dr. Flávio Américo e a avenida Gronchi, e, a partir daquela, partem outras vias em direção à cidade à sua volta (Figuras 37, 38, 39 e 40).

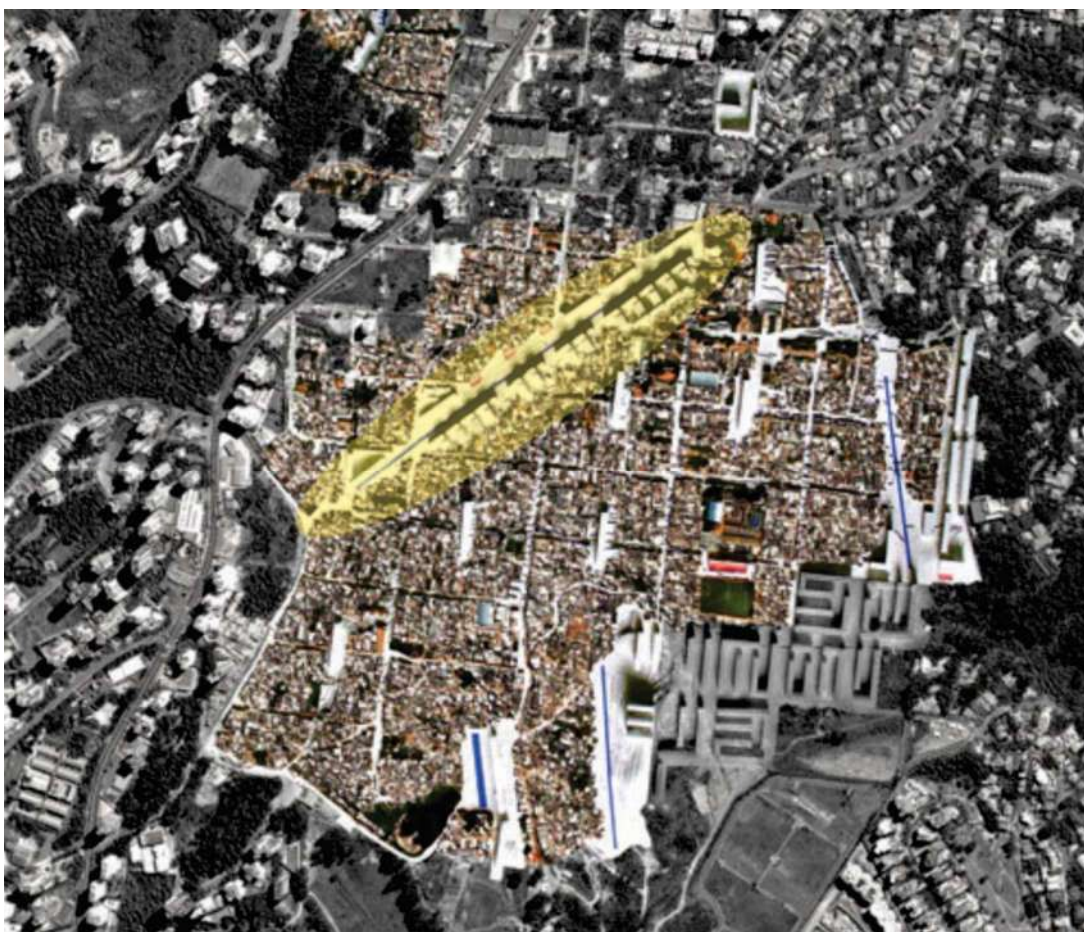
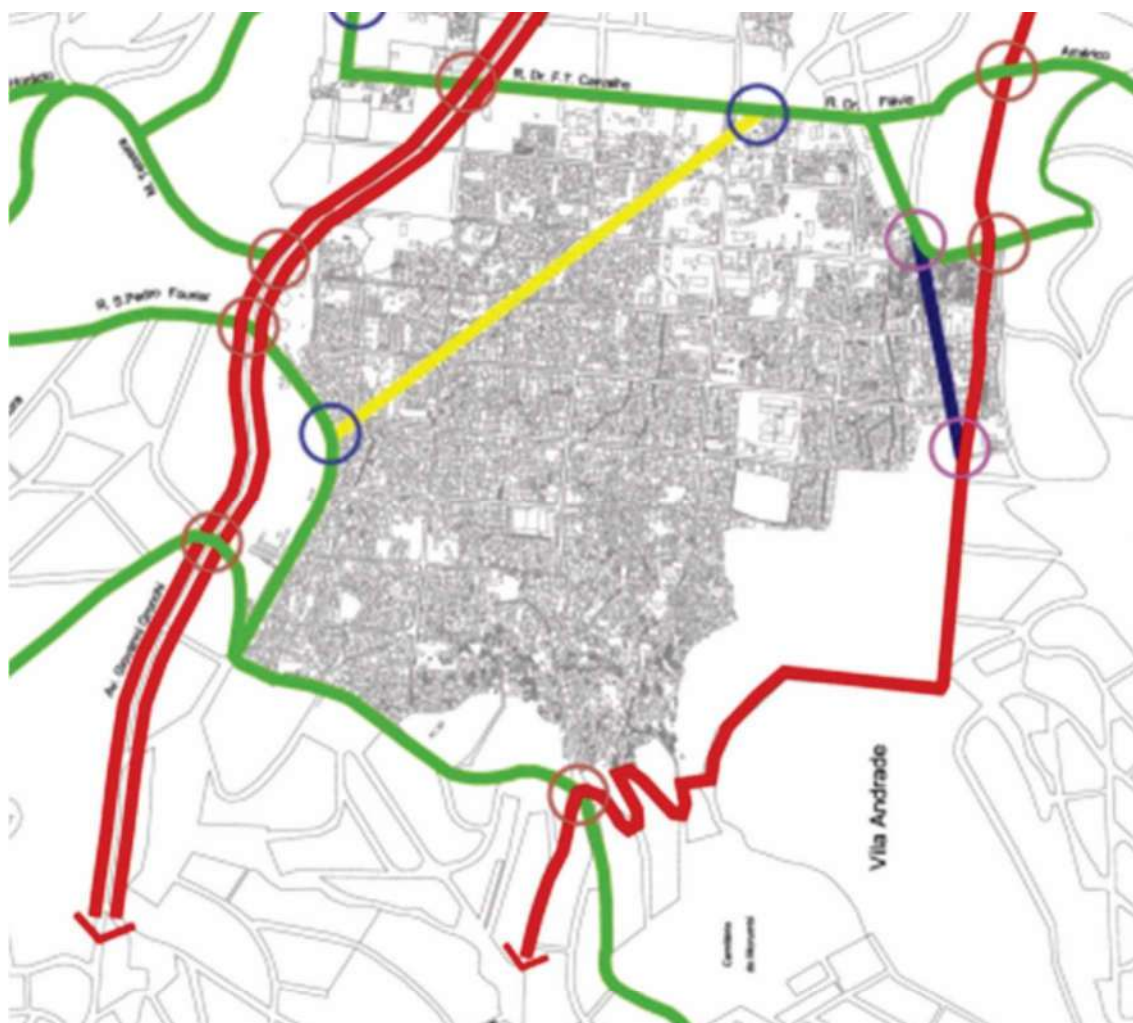


Figura 37: Implantação com marcação na zona do córrego Antonico.

Fonte: Edição da autora sobre imagem disponível em: www.vigliecca.com.br. Acesso em: 06 jun. 2022.



Figura 38: Implantação geral zona córrego Antonio.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.



LEGENDA:






-  COLETORA PRINCIPAL
-  COLETORA INTERMEDIÁRIA
-  LIGAÇÕES TRANSVERSAIS
-  CENTRALIDADES
-  CENTRALIDADES

Figura 39: Esquema mostrando via criada com canalização córrego Antonico – “nova centralidade” – com ligação às ruas existentes.

Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.



Figura 40: Ligação via nova com as existentes.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

No interior das quadras, onde predomina o traçado original, as vielas existentes foram reforçadas e requalificadas, e foram propostos edifícios habitacionais como “estruturas urbanas” (Figuras 41 e 42). Edifícios de uso misto, com atividades de interesse público nos térreos, de maneira que estes se tornassem pequenos polos de atração, aumentando o fluxo no entorno (Figuras 43 e 44).

Vigliecca (2014) fala, na palestra “Crescimento populacional e desenvolvimento urbano”, que trata da percepção e análise desse bairro antes da intervenção, que era visível que, nas ruas em que havia uma certa urbanidade/infraestrutura, os moradores cuidavam das suas casas, ou seja, os arquitetos perceberam claramente que, se fosse construída uma estrutura pública de qualidade, legível e reconhecível como uma estrutura urbana, o morador em frente a ela investia na sua edificação, cuidava do espaço público adjacente à sua casa ou comércio. Por outro lado, nas vielas internas às quadras que se conectavam a dois pontos reconhecíveis na estrutura pré-existente, esse espaço adquiria sentido se tornando um elemento de comunicação claro. Esse espaço “público” também estava mais cuidado, dignificado pelos seus habitantes – enquanto as ruelas sem saída estavam mais deterioradas. Assim, a proposta tentou inserir a urbanidade, presente nas ruas principais, também no interior da quadra, reforçando a sua legibilidade e dando ênfase a essas ruelas de conexão entre o limite da quadra e o seu miolo.

Sendo assim, nessa área mais central, na zona córrego Antonico e no interior das quadras, a conexão se deu através do sistema viário principal – “a malha” – e das ruelas já existentes, que foram reforçadas e requalificadas (Figura 42).

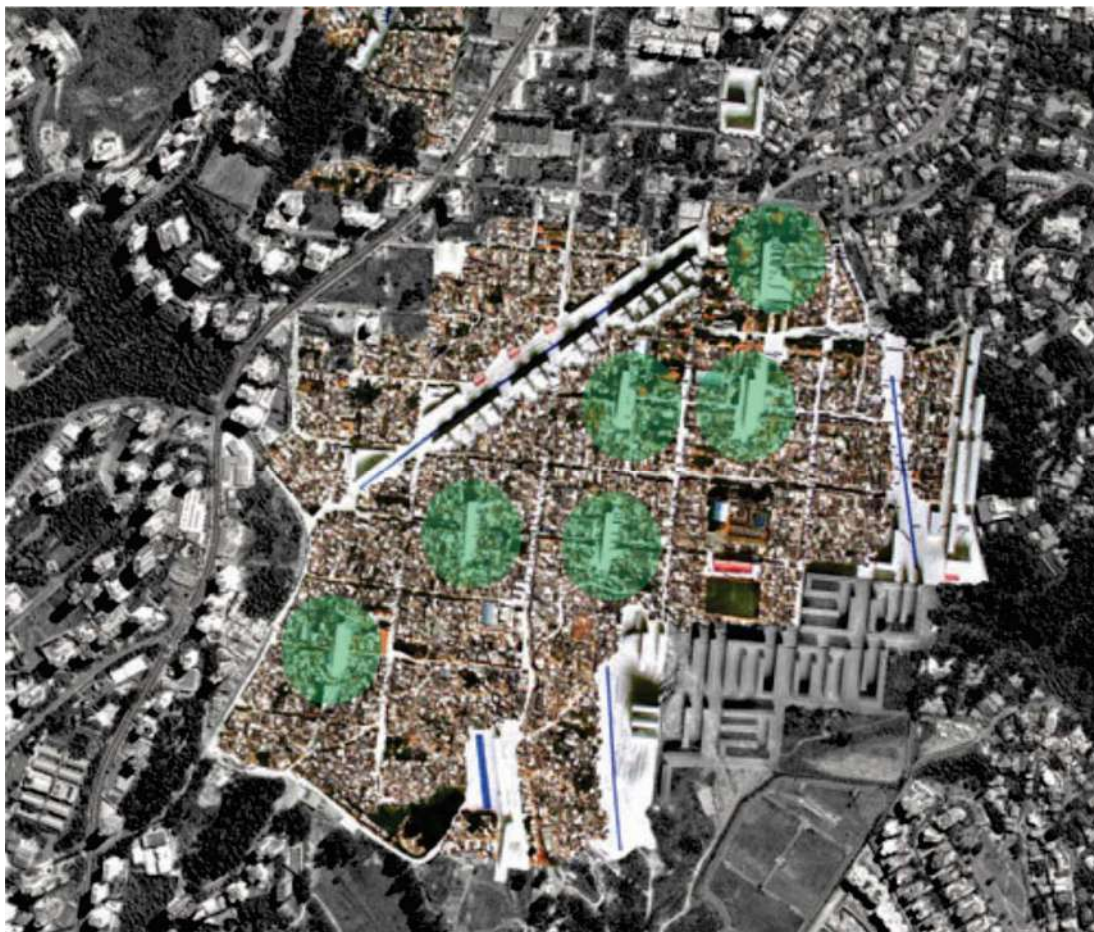


Figura 41: Implantação com marcação zona central - “miolo das quadras”.
Fonte: Edição da autora sobre imagem disponível em: www.vigliecca.com.br. Acesso em: 06 jun. 2022.

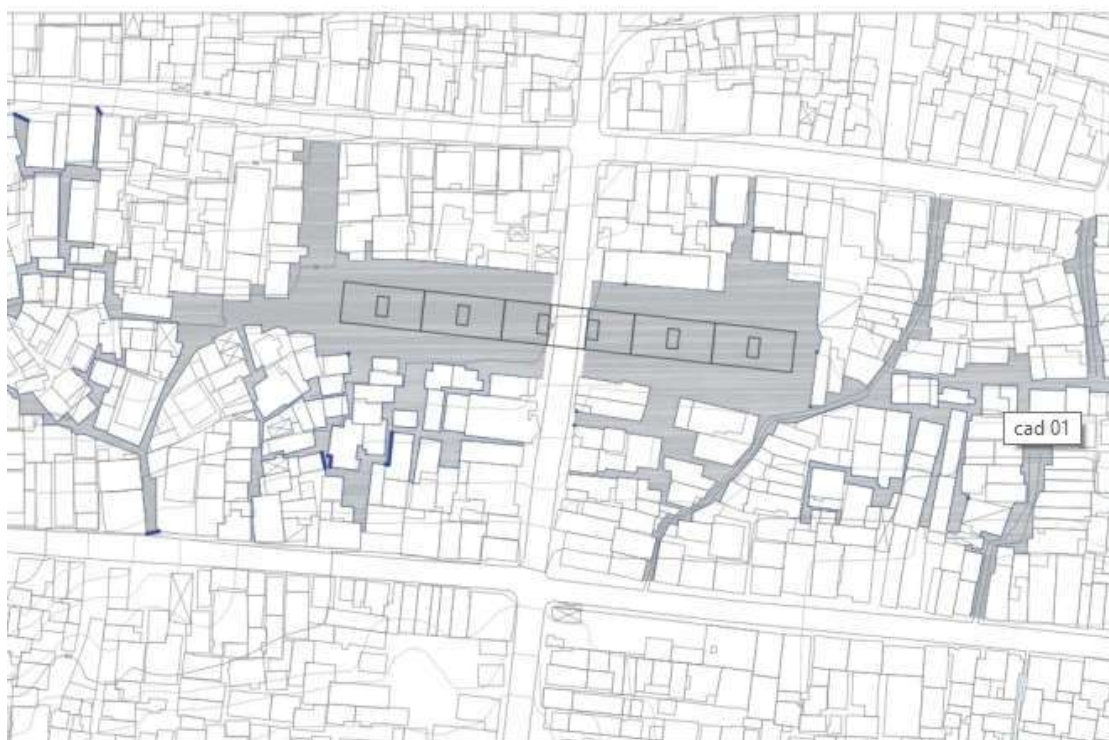


Figura 42: Conexão entre sistema viário principal – “a malha” - e o miolo das quadras.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

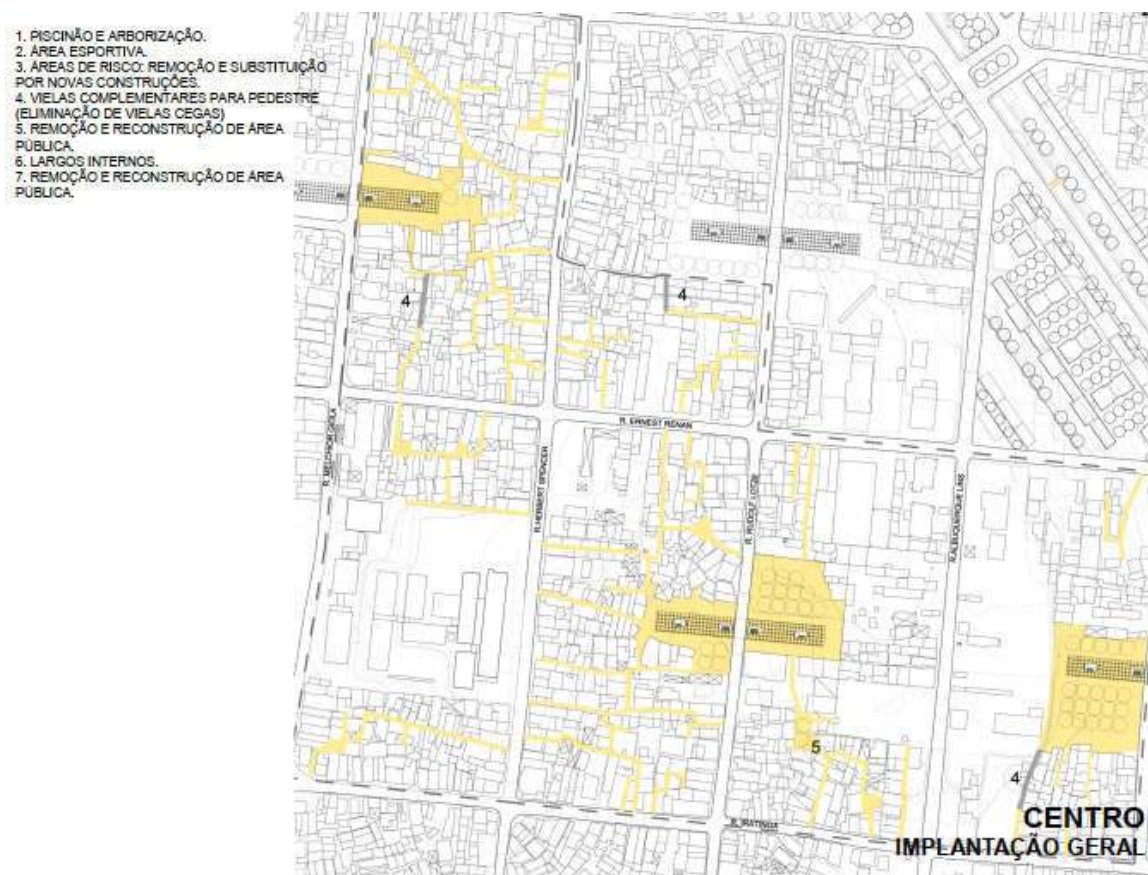


Figura 43: Implantação geral – centro.
 Fonte: arquivo do escritório Vigliecca & Associados.



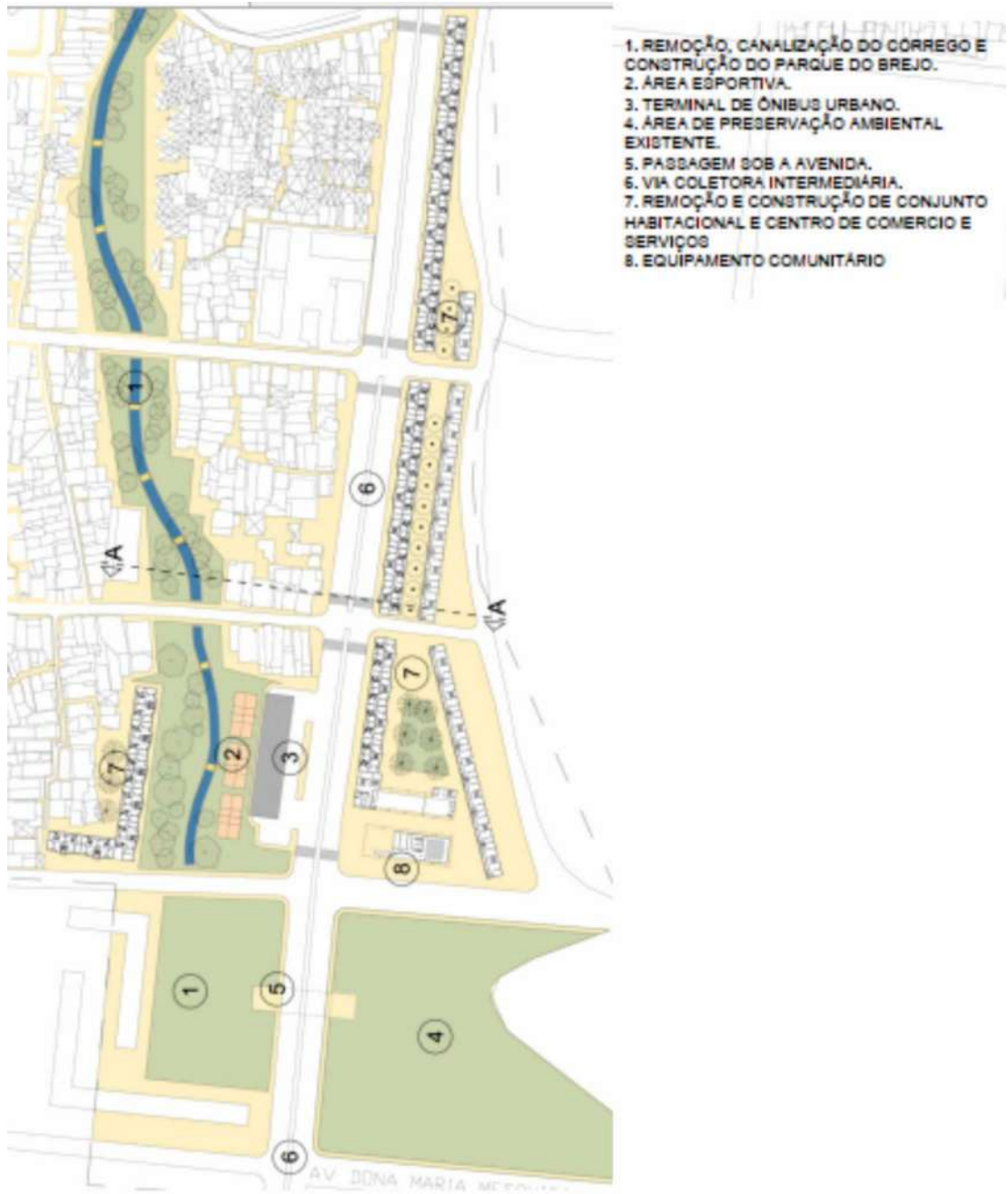
Figura 44: Implantação edifício “miolo” quadras.
 Fonte: VIGLIECCA, 2014.

Já nas áreas com declividades, propunham-se novos blocos de habitação, perpendiculares às curvas de nível, com escadas que ligam os diferentes níveis (Figuras 45, 46 e 47).

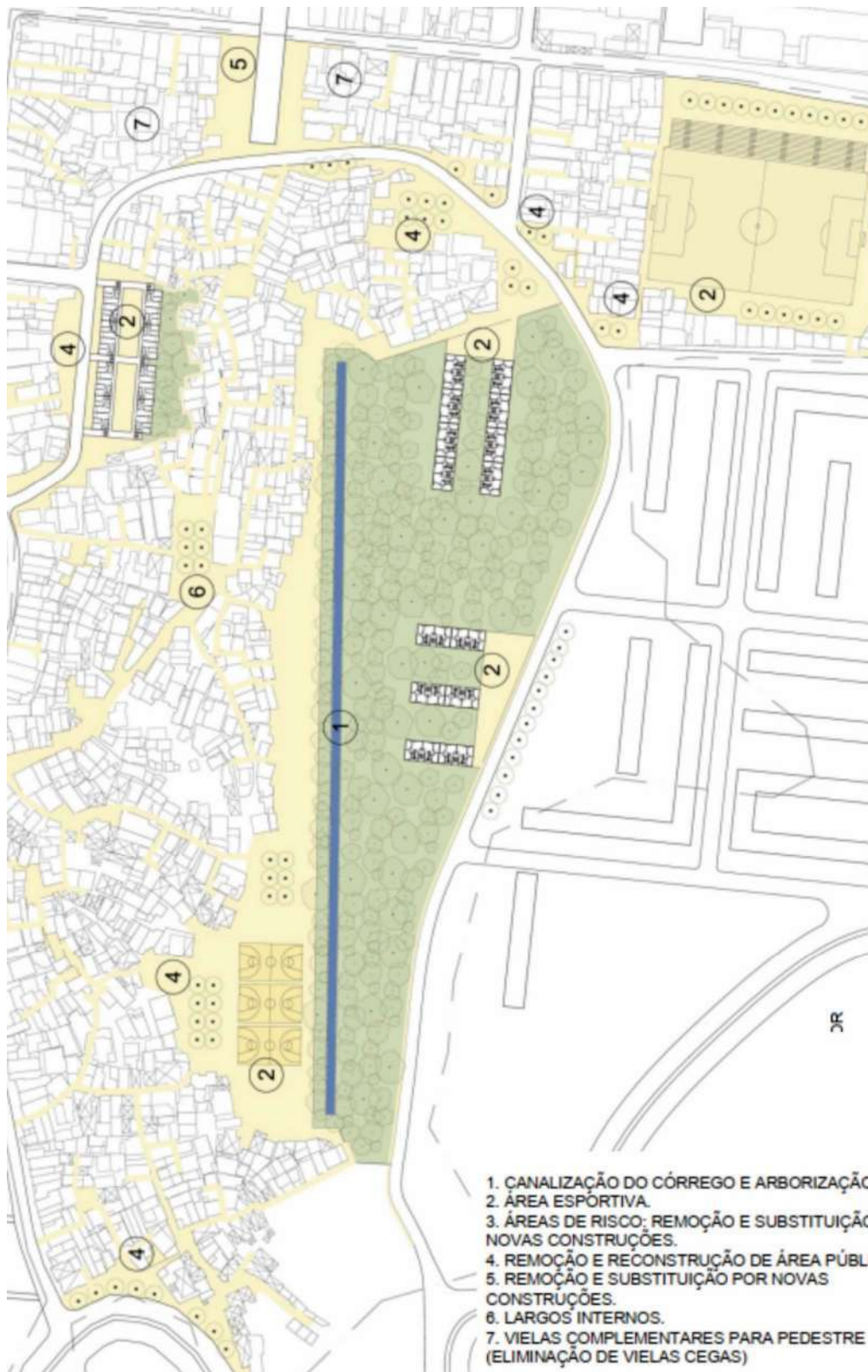


LEGENDA
■ ÁREA GROTÃO E GROTIHO
■ ÁREA BREJO

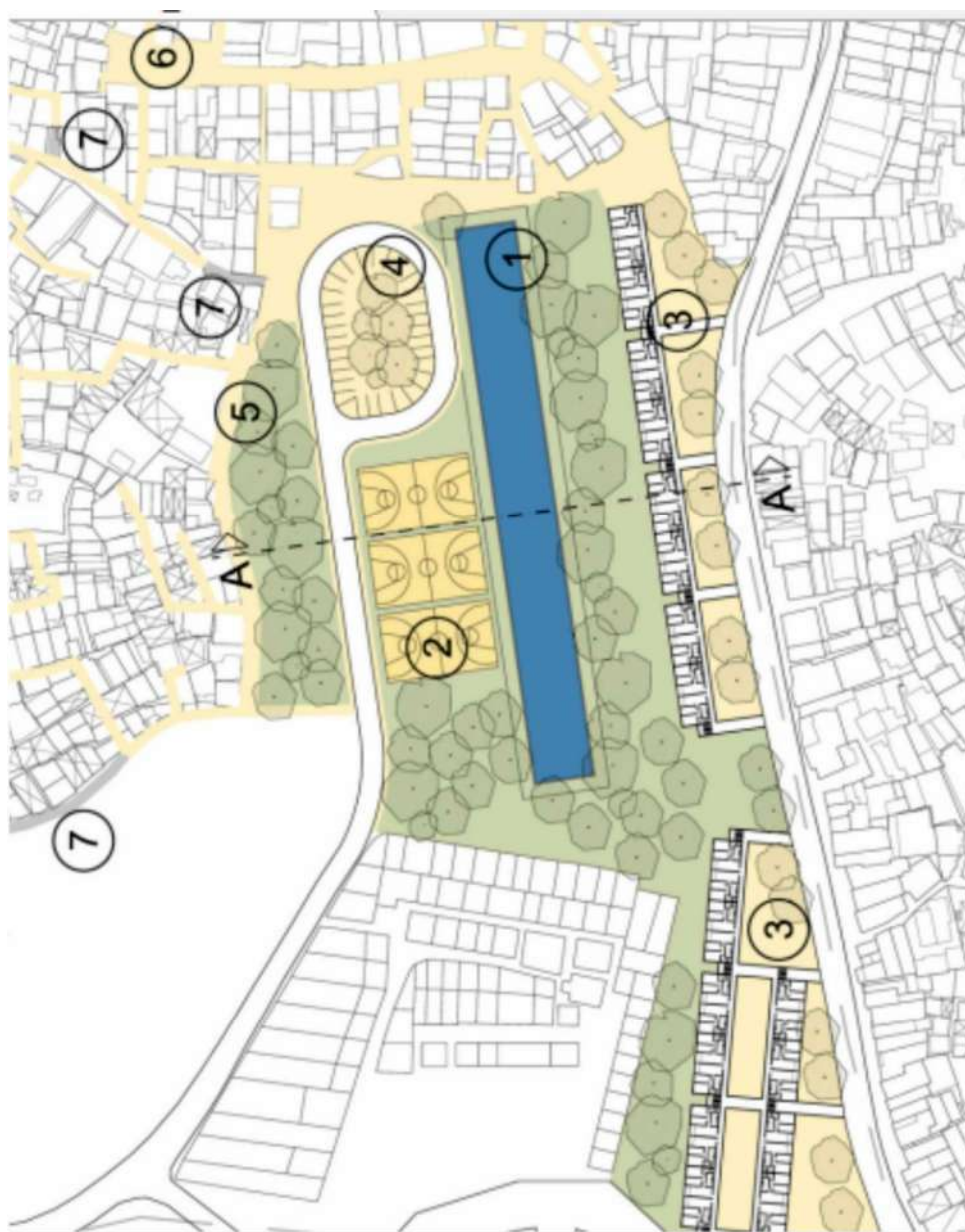
Figura 45: Implantação com marcação zona Grotão, Grotinho e Brejo.
Fonte: Edição da autora sobre imagem disponível em: www.vigliecca.com.br. Acesso em: 06 jun. 2022.



IMPLANTAÇÃO
BREJO



IMPLANTAÇÃO
GROTÃO



IMPLANTAÇÃO
GROTINHO

1. PISCINÃO E ARBORIZAÇÃO
2. ÁREA ESPORTIVA
3. ÁREAS DE RISCO: REMOÇÃO E SUBSTITUIÇÃO POR NOVAS CONSTRUÇÕES.
4. REMOÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE ÁREA PÚBLICA.
5. REMOÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE ÁREA PÚBLICA.
6. LARGOS INTERNOS.
7. VIELAS COMPLEMENTARES PARA PEDESTRE (ELIMINAÇÃO VIELAS CEGAS)

Figura 46: Implantação zonas Grotão, Grotinho e Brejo.

Fonte: Edição da autora sobre imagem disponível em: www.vigliecca.com.br. Acesso em: 06 jun. 2022.



Figura 47: Edificações propostas nas áreas com declividade.
 Fonte: Disponível em <http://www.vigliecca.com.br/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

Fica claro que há uma conexão do conjunto com as vias do entorno imediato e que a ideia de integrar a malha viária atual ao conjunto tem o intuito de potencializar o sentido de pertencimento, promovendo assim espaços de encontro e circulação. Por outro lado, algumas conexões foram mantidas, ao se criarem outras, de modo que a “cidade” existente se conecte com a área de intervenção, penetrando nela.

9.2.2.2 Remoções por necessidade urbana

Em geral, para Vigliecca, as remoções não dizem respeito apenas a áreas de risco, mas também podem ser consideradas necessárias para a determinação de uma condição urbana representativa e mais qualificada. Segundo o arquiteto, a nossa realidade é a seguinte: a preocupação dos políticos é o imediatismo de construções, mesmo que seja em áreas consideradas críticas, com risco de desabamento e inundações, sem pensar na problemática maior. Sendo assim, qualquer remoção concebida por valor urbano é considerada por eles um desperdício e uma irresponsabilidade (VIGLIECCA, 2007). Apesar disso, o arquiteto propõe remoções em várias áreas, a maioria de risco (desabamentos, inundações, etc.), com a ideia de qualificar o espaço nos miolos de quadra da área central.

O detalhamento dos planos de remoção mostra o cuidado em relação às áreas de risco e a retirada das pessoas que ali vivem (Figura 48). O projeto propôs a remoção total das habitações assentadas nos fundos dos vales (Grotão e Grotinho), em áreas com maior dificuldade de intervenção por haver risco de desabamentos e

inundações e em altas declividades, acentuando, dessa forma, a leitura da geografia, transformando essas áreas em eixos urbanos visíveis do conjunto e gerando áreas verdes com equipamentos de lazer (Figura 49).



Figura 48: Áreas de risco do Grotão.

Fonte: Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/325609734_O_caso_do_Complexo_Paraisopolis_em_gesto_es_diferencas_conceituais_em_programas_de_intervencao_em_favelas_em_Sao_Paulo. Acesso em 06 jun. 2022.



Figura 49: Remoções – Grotão e Grotinho e mapa definição zonas.
 Fonte: Arquivo do escritório Viglicca & Associados e ALVES, 2020.

No Córrego Antonico, as remoções necessárias foram substituídas por novas construções para habitação, serviços e comércios, estabelecidas no mesmo local das remoções (Figuras 50 e 51).



Figura 50: Córrego Antonico.

Fonte: Disponível: <https://jornalparaisopolisnews.blogspot.com/2011/06/canalizacao-do-corrego-antonico-vai.html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

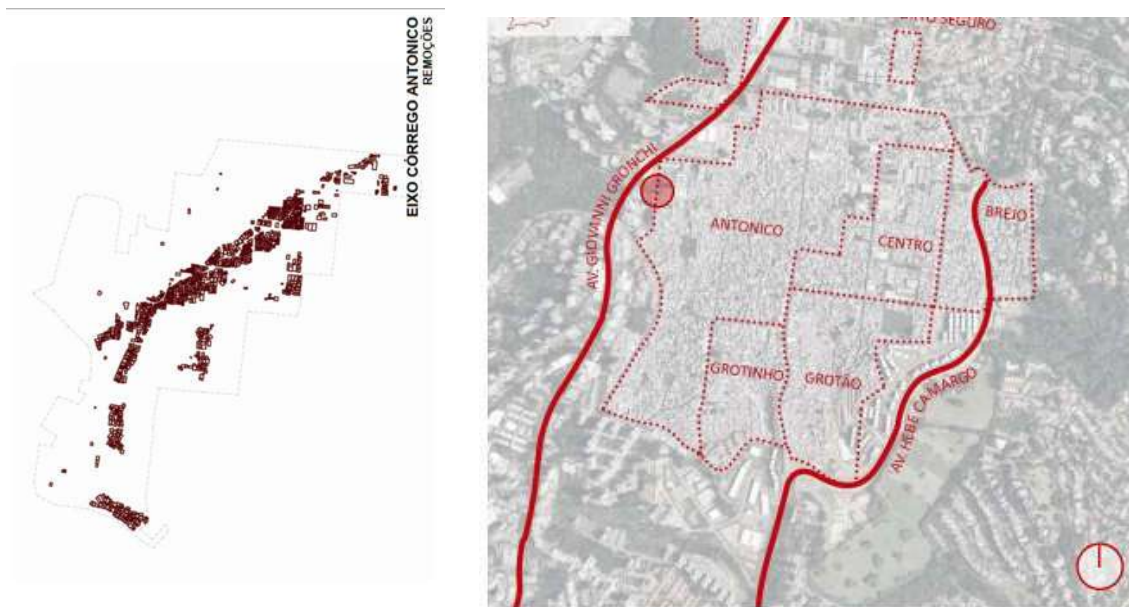


Figura 51: Remoções – eixo Córrego Antonico e mapa definição zonas.
 Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados e ALVES,2020.

No Córrego Brejo, as remoções dariam lugar a um parque, em continuidade à reserva existente (Figura 52).

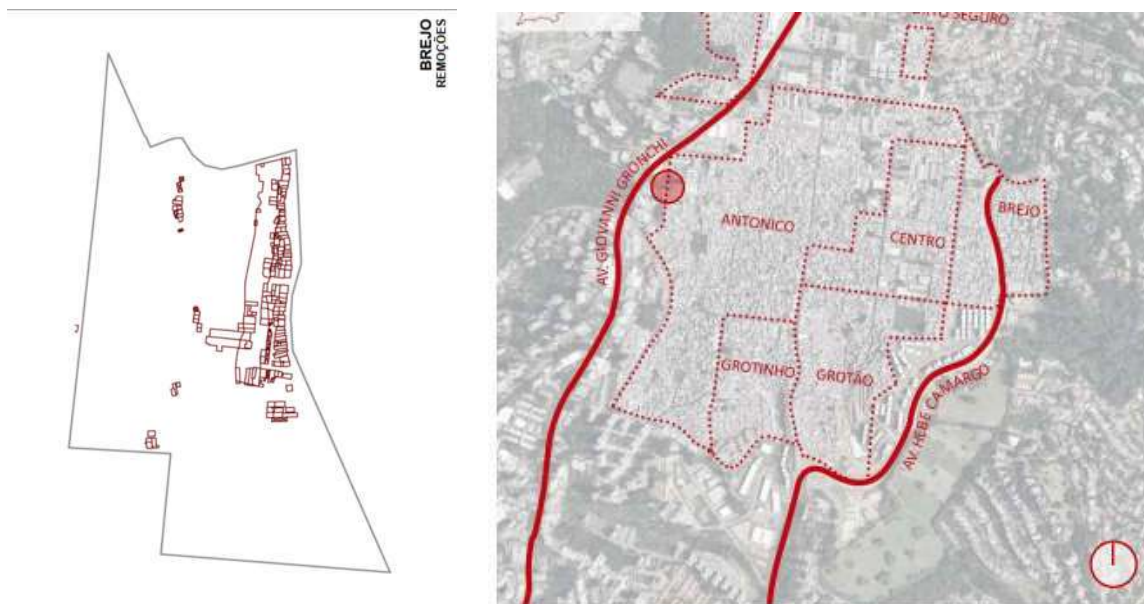


Figura 52: Remoções – brejo e mapa definição zonas.
 Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados e ALVES, 2020.

Na área central, onde ainda predominava o traçado viário original, optou-se por remoções com o objetivo de restabelecer e multiplicar novas frentes urbanas, com espaços públicos hierarquizados, que dessem sentido às vielas de acesso ao interior das quadras. Nesse mesmo espaço de remoção, foram implantadas as novas habitações para reassentamento da população removida e criados espaços públicos de convívio (Figuras 53 e 54) (ALVES, 2020).



Figura 53: Remoções – centro e mapa definição zonas.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados e ALVES, 2020.

As remoções, no geral, foram substituídas por novas construções para habitação, serviços e comércios, habituais no mesmo local (Figura 54).

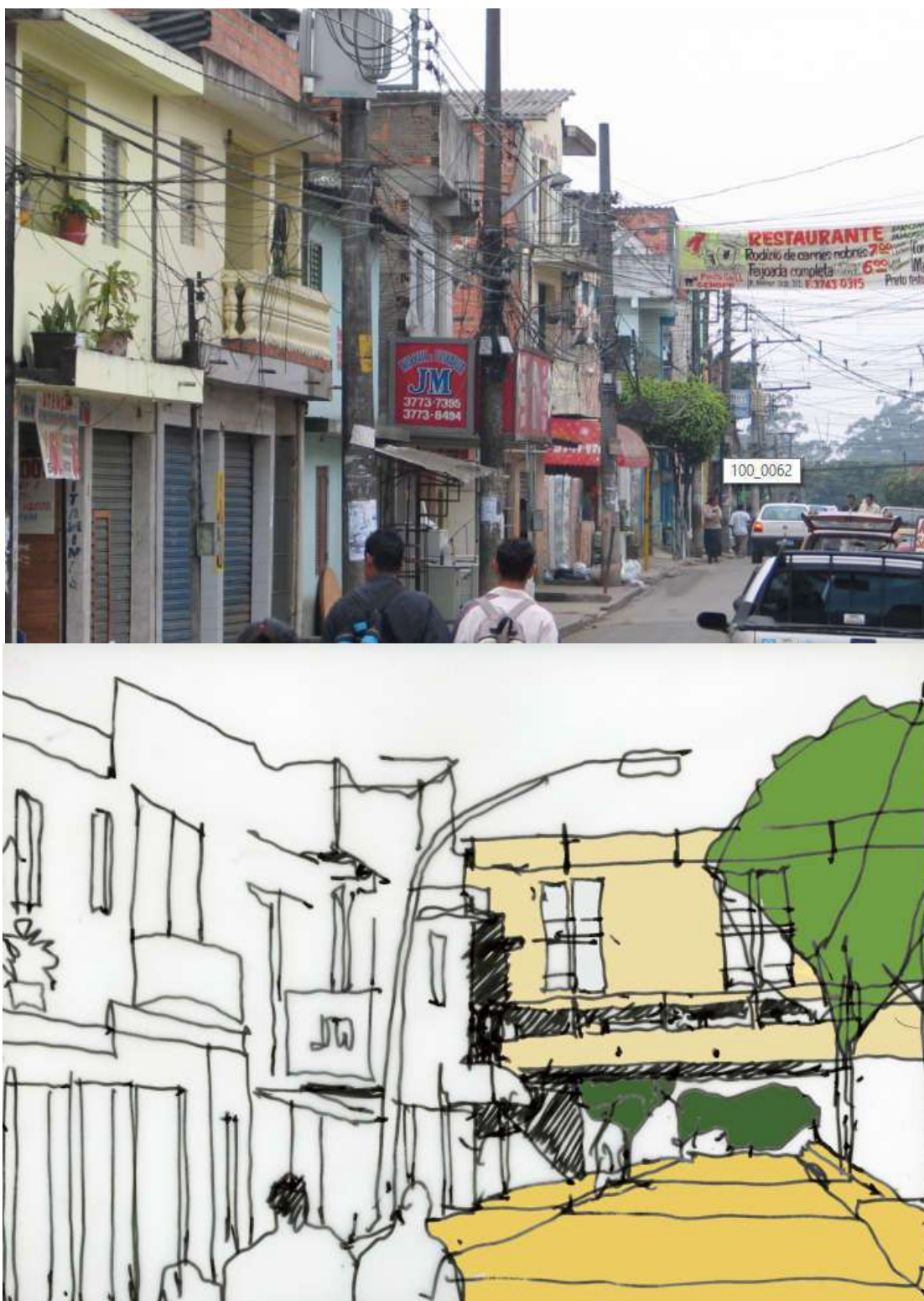


Figura 54: Antes (acima) x depois (abaixo) da rua miolo – área central.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

9.2.2.3 Integração do corpo hidrográfico à estrutura urbana

A redescoberta do corpo hidrográfico, a leitura dessa hidrografia e a geografia foram os principais determinantes no desenho das propostas projetuais, pois Vigliecca se utilizou desses elementos, canalizando os vários córregos, urbanizando os espaços e aproveitando o potencial da topografia acidentada (Figura 55).

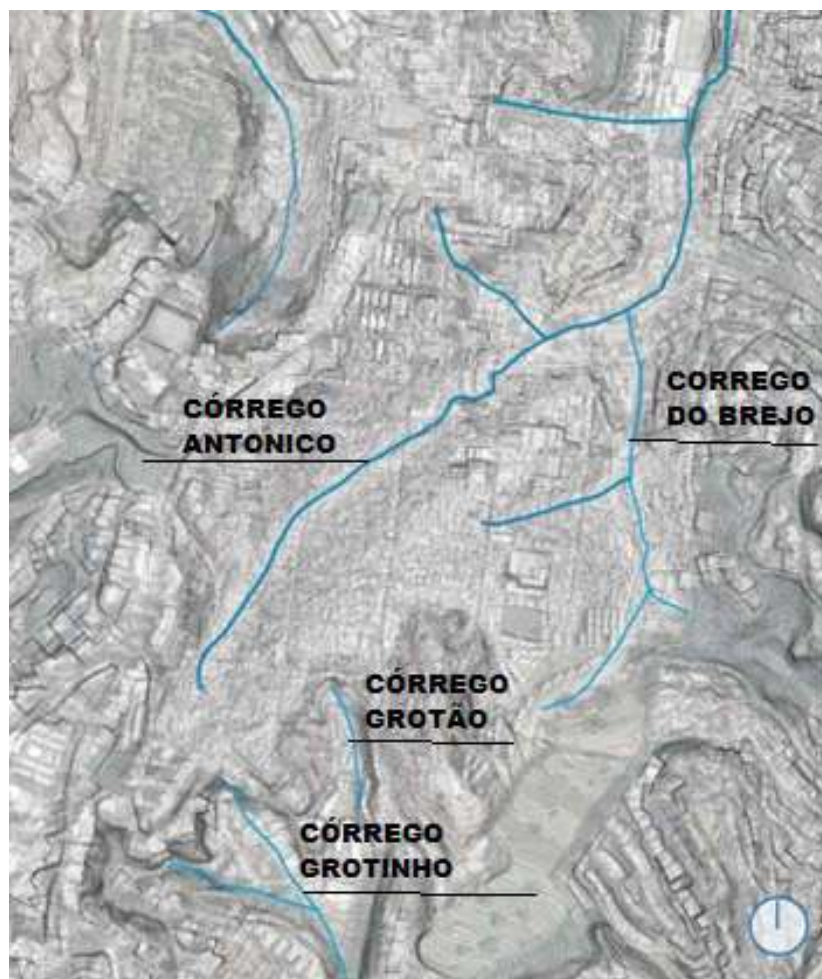


Figura 55: Localização dos córregos de Paraisópolis.
Fonte: Edição da autora sobre imagem ALVES, 2020.

No caso do maior córrego, o Antonico, foi criada uma nova avenida ao longo da sua canalização (Figura 56), uma diagonal traçada no meio da comunidade, que,

como já foi comentado anteriormente, constitui um atalho para o tráfego de passagem entre duas vias existentes importantes, a rua Dr. Flávio Américo e Avenida Gronchi.

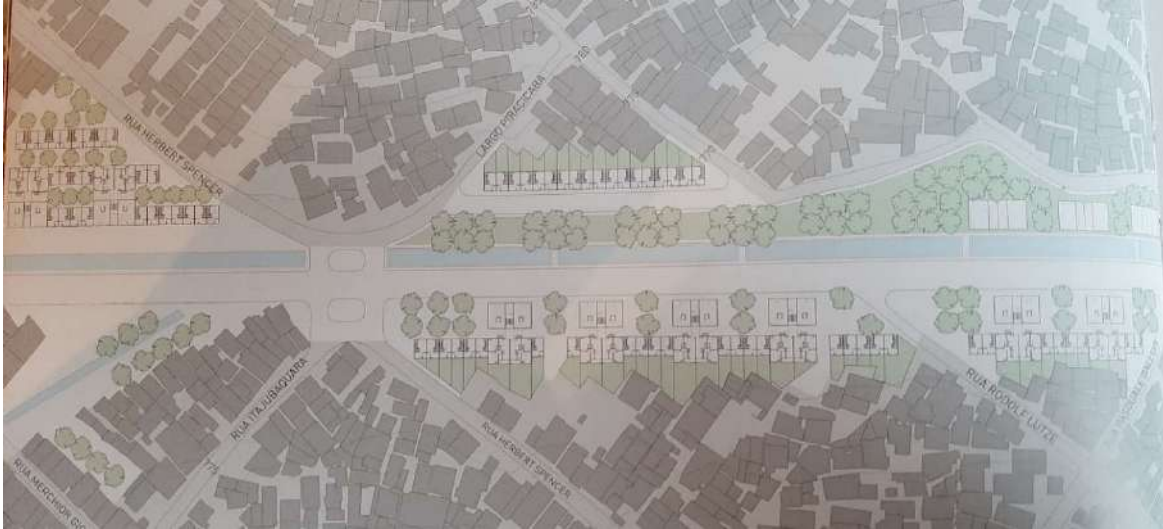


Figura 56: Implantação da zona Córrego Antonico.
Fonte: VIGLIECCA, 2014.

Nessa área, identifica-se um uma zona mais linear, na qual um parque foi criado, e os blocos lineares implantados ao longo da via central.

O Córrego do Brejo também foi canalizado, dando origem ao Parque do Brejo em continuidade à reserva existente (Figura 57).

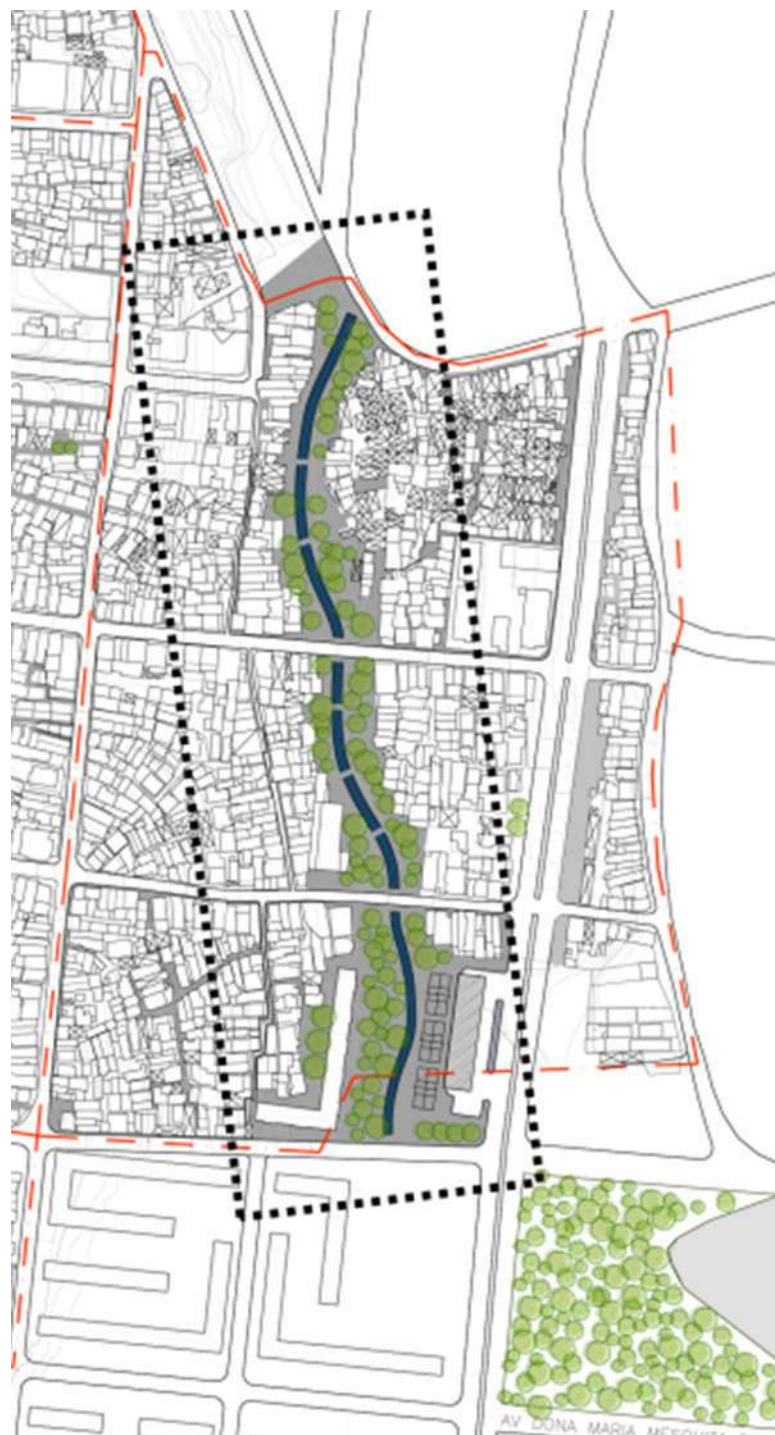


Figura 57: Canalização do Córrego do Brejo.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

Os Córregos do Grotão e Grotinho (Figura 58) também foram canalizados, sendo que neste foi proposta uma grande piscina.



Figura 58: Canalização Córregos Grotinho e Grotão.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

9.2.2.4 Legibilidade como condição de cidadania/ Coligação das novas edificações

A apropriação e o entendimento da geografia e das conectividades geram o sentido de identidade do lugar.

A legibilidade é uma condição fundamental de cidadania, e a falta dela indica um tipo de exclusão. A procura de legibilidade, nos projetos de Vigliecca, já começa com a apropriação e o entendimento da geografia e da questão viária e das suas conexões. Está muito claro que, para esse arquiteto, a conformação dessa categoria urbana fundamental que é a estrutura legível começa no extenso, detalhado e cuidadoso trabalho sobre o tema das conexões, da mobilidade, enfim, dessa infraestrutura básica que leva as pessoas a se afastarem e a voltarem aos seus lugares.

No entanto, a composição do espaço urbano, por meio da arquitetura, da sua geometria e/ou do seu uso, é igualmente fundamental para essa legibilidade, favorecendo a apropriação e o sentido de lugar. Sendo assim, também neste projeto, Vigliecca lança mão dos dois conceitos já indicados, Trílitos e Cromeleques, como principais estratégias.

Em Paraisópolis, o arquiteto atuou de diferentes maneiras nas diferentes situações urbanas. Na área mais central, no “miolo das quadras” (Figura 59), foram propostos edifícios – Trílitos – como “estruturas urbanas”. Essas edificações continham atividades de interesse público nos térreos, atividades relacionadas a comércio e serviços, de maneira que, além de abrigar os moradores que tivessem as suas casas demolidas em função da reestruturação do miolo de quadra, se tornassem pequenos polos de atração e aumentassem o fluxo no entorno. O arquiteto acreditava que essas estruturas levariam urbanidade para locais de situação precária e seriam elementos de “contaminação” que gerariam a transformação no todo.

O traçado existente nesta área mostra uma “quadra” diferente da tradicional. É uma grande quadra, que foi ocupada no seu interior, de maneira bastante livre, com vielas, criando muitos problemas de habitabilidade geral, mas também potencialidades para as quais Vigliecca e os seus sócios tiveram um olhar especialmente sensível. Com a remoção de parte das edificações do miolo e a implantação dos Trílitos, ela muda totalmente a sua espacialidade geral.

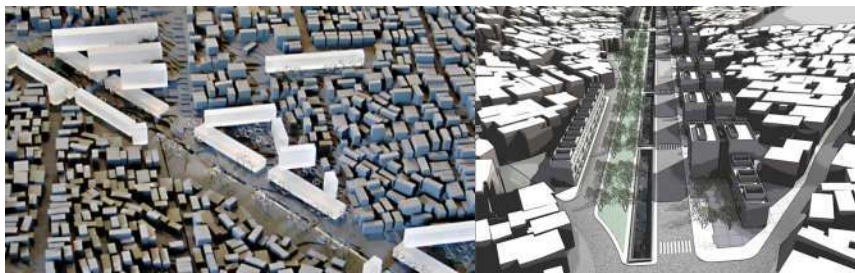
Vigliecca criou um marco (LYNCH, 1960) potente, tanto formal quanto funcional, que reforçou a identidade das vias (LYNCH, 1960) e, por meio dessa nova centralidade, levou urbanidade, luz e ar para o lugar.



Figura 59: Intervenção no “miolo da quadra”.

Fonte: Disponível em: <http://www.vigliecca.com.br/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

Na área do córrego Antonico, identifica-se tanto uma área mais linear, na qual os blocos lineares são implantados ao longo de uma via central, criada com a canalização do córrego, quanto blocos perpendiculares às declividades. Nessa zona, identifica-se a ideia da “rua tradicional”, por meio da criação de uma rua central polifuncional, e a ideia de Cromeleque pois o modo de implantação dos blocos, ao longo dessa via, criou fechamentos/bordas e conformou espaços (Figura 60).



1. REMOÇÃO, CANALIZAÇÃO DO CÓRREGO E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO E CENTRO DE COMÉRCIO E SERVIÇO.
2. PARQUE ANTONIO E ÁREAS ESPORTIVAS.
3. PRAÇAS INTERNAS.
4. ESTACIONAMENTOS.
5. CANALIZAÇÃO DO CÓRREGO.



EIXO CÓRREGO ANTONICO
CORTE

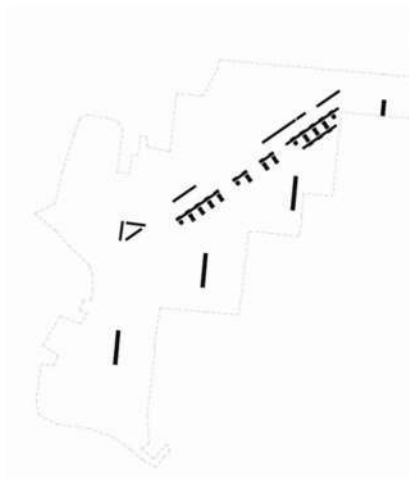


Figura 60: Novas edificações na zona do córrego Antonio.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

Já nas áreas com maiores declividades, foram propostos novos blocos de habitação – Trilitos – perpendiculares às curvas de nível, com acesso em diferentes níveis, sem necessidade de elevador (Figura 61 e 62).

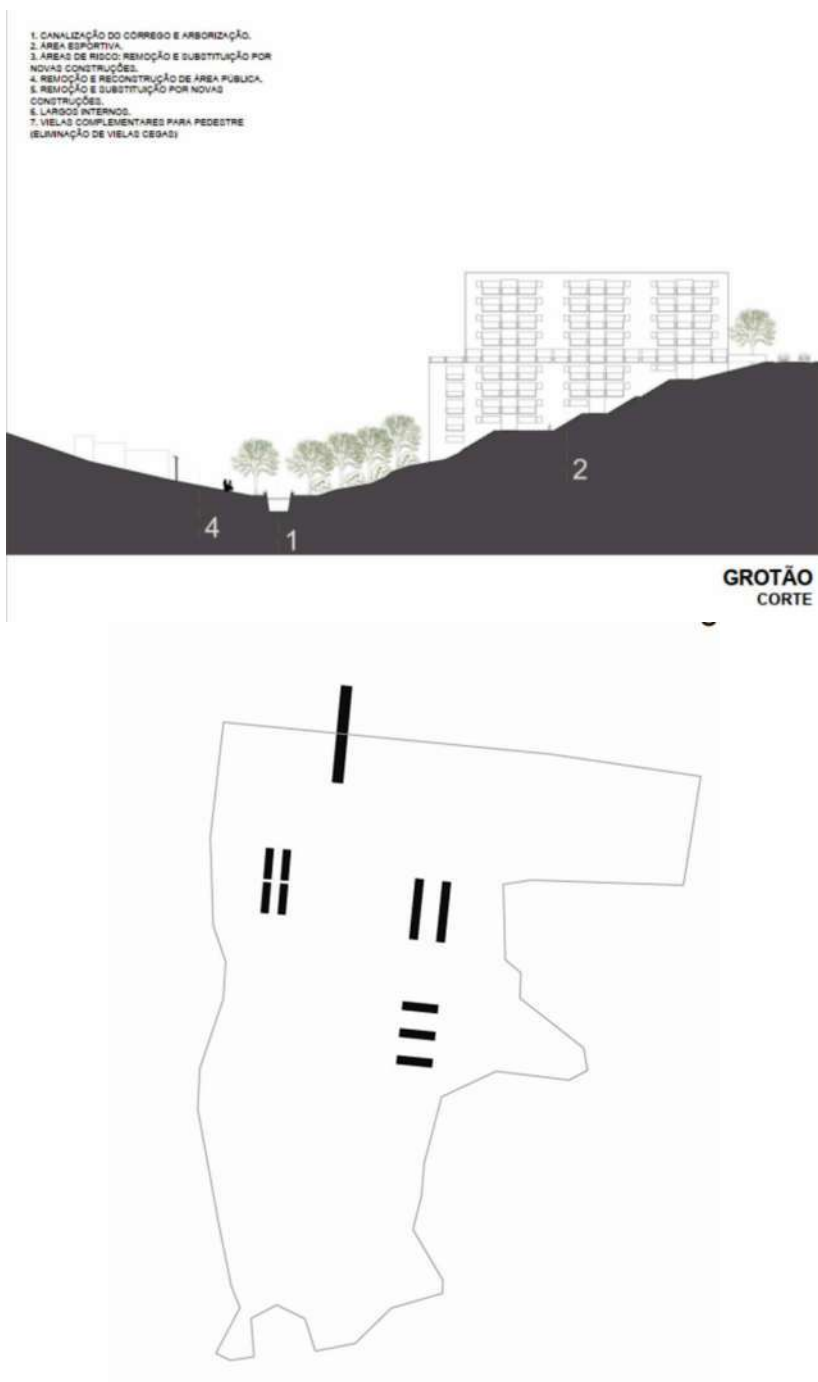


Figura 61: Novas edificações zona Grotão.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

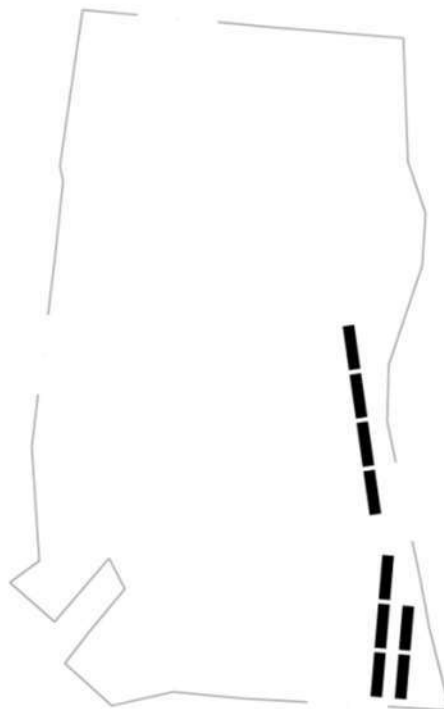
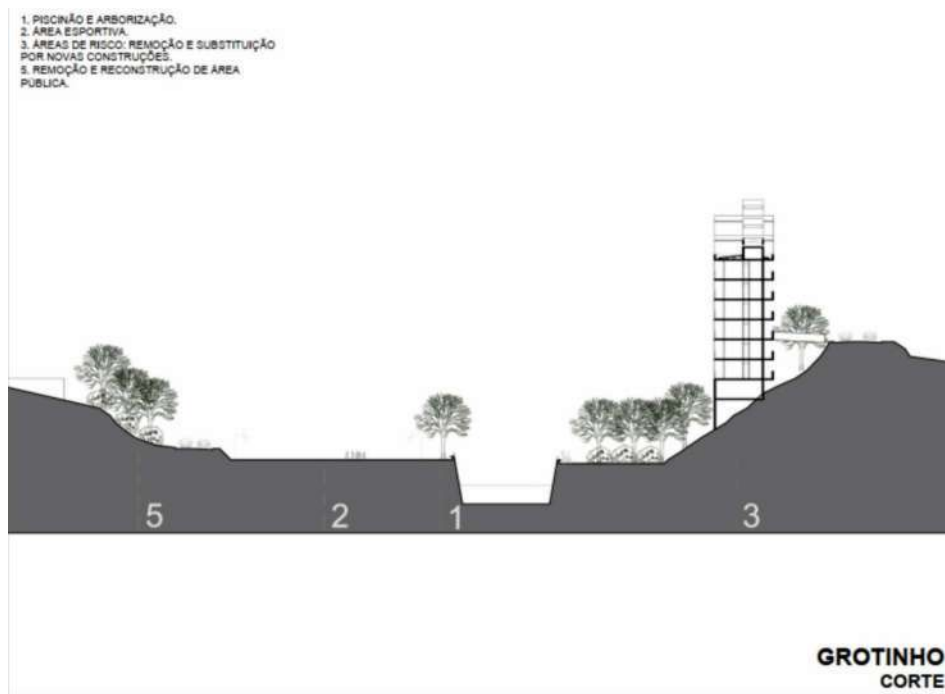


Figura 62: Novas edificações zona Grotinho.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

Ao analisar a implantação do conjunto, verifica-se que a conformação do grupo de edifícios utiliza, principalmente, a ideia do Trilíto como estratégia de projeto, tendo o edifício valor pela sua forma. Porém, em algumas partes, identifica-se a ideia do Cromeleque criando limites e bordas e estruturando áreas urbanisticamente desestruturadas.

Ou seja, a legibilidade se dá de duas formas, tanto por meio da ideia de “rua” quanto de “quadra”.

Os edifícios habitacionais desse projeto foram pensados como estruturas urbanas que levariam urbanidade a lugares de ocupação precária, espaços abertos, programas, articulações, acessos e percursos. Tais estruturas foram chamadas de “Cunhas de Infiltração de Urbanidade” por Vigliecca, quem acreditava que inserir estes elementos de “contaminação” geraria transformação no todo (VIGLIECCA, 2014).

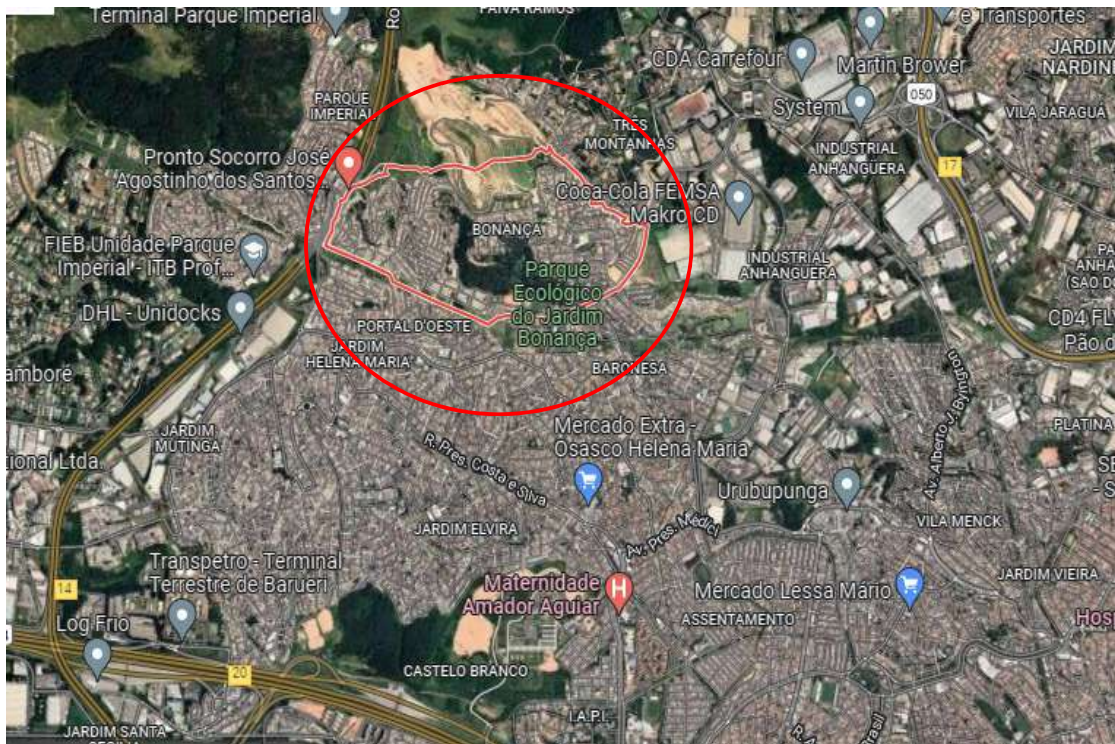
Os novos edifícios propostos pretendiam ser solidários com o entorno, dando-lhe uma nova ordem urbana e constituindo agrupamentos. Sendo assim, esses novos edifícios formavam “ruas” e “quadras” entre eles (Figura 63).



Figura 63: Novos edifícios habitacionais propostos.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

9.2.3 COLINA D'OESTE / MORRO SOCÓ – ÁREA DE PORTAIS, 2007, OSASCO-SP – PROJETO EM SITUAÇÃO HÍBRIDA: A QUADRA COMO “UNIDADE URBANA DE REFERÊNCIA” E ÁREA URBANA CRÍTICA

A zona denominada Colinas D'Oeste / Morro do Socó contém a maior favela do município de Osasco. Esta está localizada em uma área, em que parte é plana e outra parte possui declividade, no bairro Bonança, na divisa com o município de Barueri, próximo ao Rodoanel e à Região Metropolitana de São Paulo, junto a uma linha de transmissão da Eletropaulo, que se constitui em uma barreira muito consistente entre a área de intervenção e o bairro ao sul (Figuras 64 e 65).



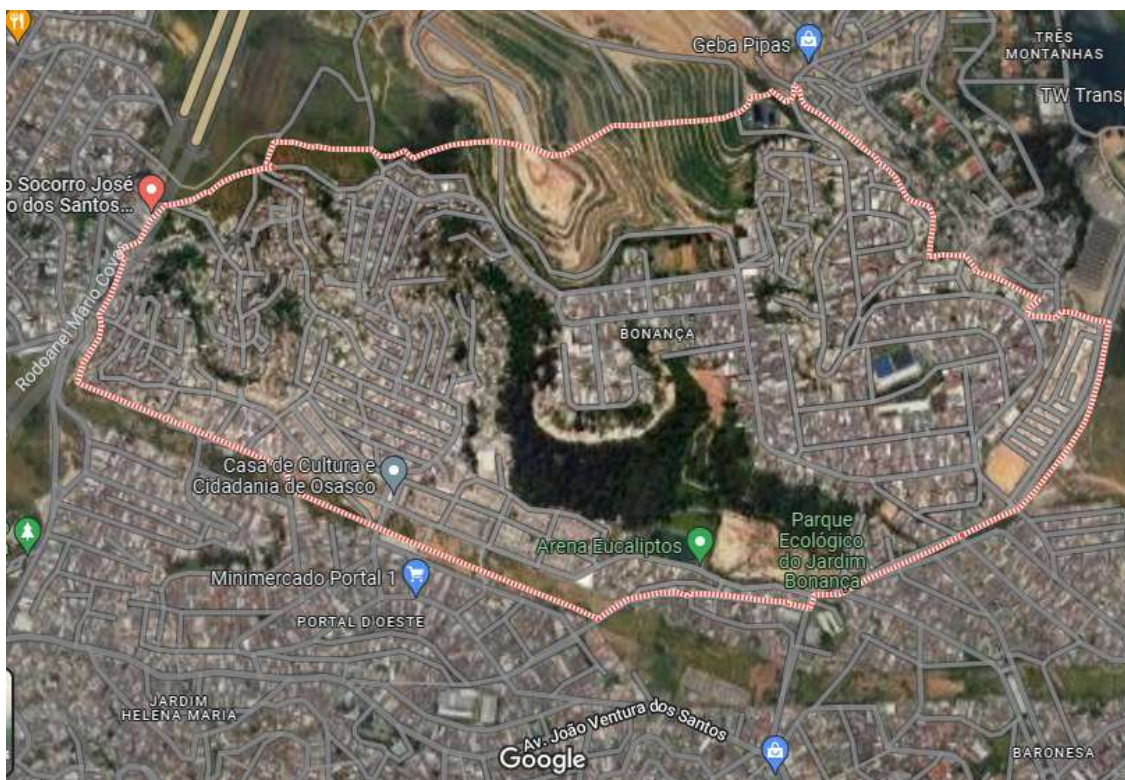


Figura 64: Limites do bairro.
Fonte: Google Maps, 2022.

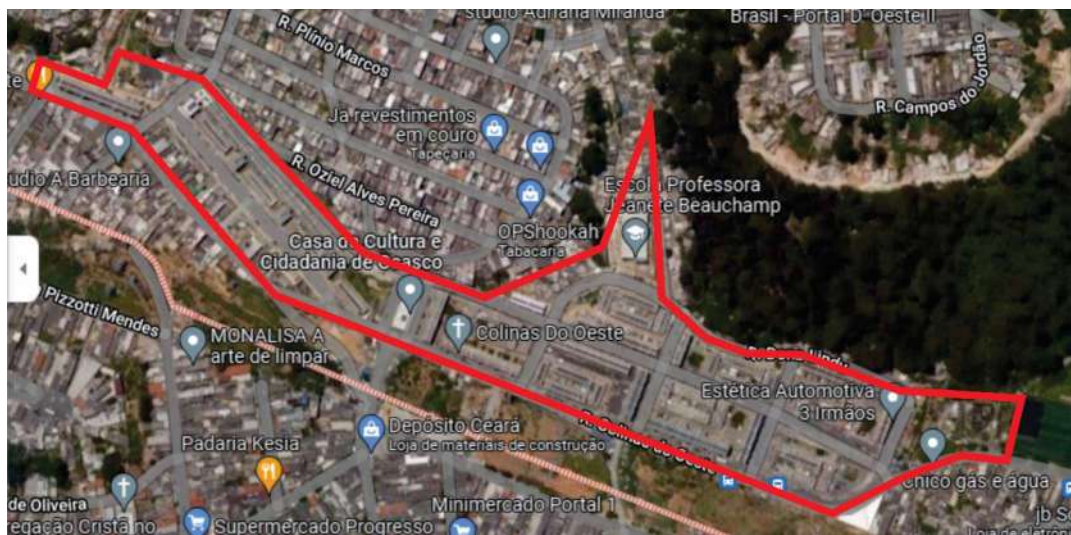


Figura 65: Área de intervenção do projeto.
Fonte: Edição da autora sobre Google Maps, 2022.

No entorno imediato, é predominante a presença de residências unifamiliares de até três pavimentos em alvenaria de tijolos, em geral, sem reboco ou feitas com um misto de materiais, utilizando principalmente madeira (Figura 66).



Figura 66: Situação da área antes proposta/intervenção.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & associados.

Com uma área de intervenção de aproximadamente 400.000 m² em um terreno irregular, o projeto tratou da reurbanização de parte dessa favela, por meio da construção de uma nova malha viária que configura uma série de novas quadras na zona mais plana e uma zona para pedestres, conectadas à cidade consolidada

existente no entorno próximo. O arquiteto propôs a construção de 542 novas habitações, além de áreas de lazer, comércios e áreas esportivas, estabelecendo assim condições mais adequadas de urbanidade (VIGLIECCA & ASSOCIADOS, ONLINE). A busca é:

[...] minimizar os riscos, articular esta grande área com a cidade, viabilizar acessos e percursos, garantir a dimensão do espaço público, propor diversidade de programas, resgatando (quando possível) condições ambientais, e com tudo isso, construir cidade (VIGLIECCA, 2014, p. 178) (Figura 67).



Figura 67: Acima, croqui proposta. Abaixo, 3D proposta.
Fonte: Disponível em: www.vigliecca.com.br. Acesso em: 06 jun. 2022.

9.2.3.1 Reestruturação da malha urbana

A articulação da área com a cidade e o sistema viário é uma das primeiras ideias com sentido de qualificar o local pelo vínculo formal com a cidade. Mais ao sul, a área em questão já se conectava a esta por meio de vielas estreitas que cruzavam a linha de transmissão. Mas, com a canalização do córrego, que margeava o terreno, foi criada uma via principal na periferia do novo conjunto e, a partir desta, definiu-se a implantação de novas quadras, compartimentando mais a área, diminuindo distâncias e criando novos vínculos e conexões com o entorno próximo.

Ao observar a implantação do conjunto (Figura 68), verificamos que está dividido em duas zonas bem distintas. Na parte mais alongada do terreno, identificamos quadras menores e com maior número de conexões com o entorno e, na outra parte, quadras mais lineares.



Figura 68: Foto inserção da implantação.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

Acreditamos que os novos vínculos e conexões com o entorno se dão de várias formas, tanto por meio do sistema viário criado e requalificado, que agora encontra-se mais claro, mais legível, e que conecta o conjunto ao entorno próximo, quanto por meio dos espaços públicos e dos equipamentos criados, que são de uso dos moradores do conjunto e do entorno.

Segundo Bentley (1999), a vitalidade de um lugar pode medir-se pela sua capacidade de ser penetrado, conceito denominado por ele de Permeabilidade. Segundo o autor, para que o local seja permeável, deve constituir um sistema de vínculos entre as zonas adjacentes e, para conseguir uma grande permeabilidade, este deve conectar-se ao entorno por meio do maior número possível de vínculos diretos com o sistema de ruas principais, que unem as várias partes da cidade.

Segundo Minghini (2019, p. 148), as alternativas de percursos, a redução de distâncias e as novas conexões estabelecidas fortalecem a dimensão pública legítima do elemento rua, carregando os valores de cidadania para dentro do novo conjunto.





Figura 69: Situação da área antes do projeto (acima) x depois projeto (abaixo) – marcando vielas mantidas e o centro cultural – no ponto de conexão das vias.

Fonte: Edição da autora sobre imagem do arquivo do escritório Viglicca & Associados.

Sendo assim, é possível verificar que as conexões existentes no contorno foram mantidas e requalificadas, mas também foi criada uma nova malha viária no interior da área, tanto para veículos como para pedestres, induzindo e potencializando a conexão do conjunto com o entorno (Figura 69).

As vias do contorno, as do interior da área e a via principal, embora proporcionem até menos conexões com o entorno do que anteriormente, ficaram mais claras e definidas. A principal, entre as edificações, foi criada com o intuito de diminuir as quadras de modo que se assemelhassem mais às quadras menores do entorno. No entanto, diferentemente destas, no meio daquelas, foram criados caminhos de pedestres entre os edifícios (Figura 69).

As vias convergem todas em direção a um mesmo ponto, no qual se encontra um centro cultural, que configura o que Lynch (1960) denomina cruzamento e que atua como nó, atraindo muitas pessoas e sendo utilizado como ponto de referência do conjunto (Figura 69).

9.2.3.2 Remoções por necessidade urbana

Neste projeto, as remoções ocorreram mais para determinação de uma condição urbana representativa do que para dar segurança à população que estava assentada em área de risco de desabamento. Afinal, as remoções ocorreram na área mais plana, e não nas áreas com declividades (Figura 70).

Sendo assim, para a urbanização da favela, foi proposta a remoção de todas as moradias para implantar a infraestrutura urbana, construir unidades habitacionais e, posteriormente, reassentar as famílias novamente na área (Figuras 71, 72 e 73) (RUBIO, 2017).

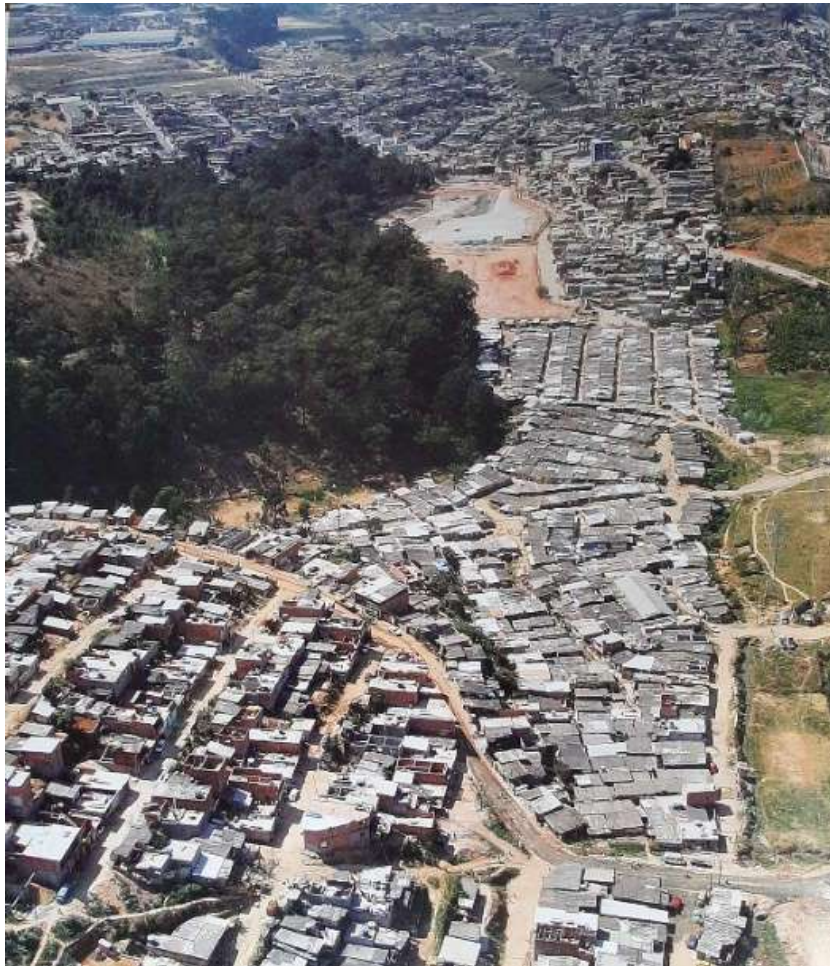


Figura 70: Colina D'oeste / Morro Socó – situação existente antes da intervenção.
Fonte: VIGLIECCA, 2014.



Figura 71: Colina D' oeste / Morro Socó – situação existente antes da intervenção.
 Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.



REMOÇÕES/DEMOLIÇÕES

Figura 72: Remoções/demolições.
 Fonte: Edição autora sobre imagem do GoogleEarth, 2021.



Figura 73: Área antes das demolições/remoções (acima) x depois das demolições/remoções (abaixo).
Fonte: Google Earth, 2022.

9.2.3.3 Integração do corpo hidrográfico à estrutura urbana

Assim como na reurbanização do complexo Paraisópolis, a geografia foi componente fundamental para esta proposta, uma vez que, por meio da descoberta do corpo hidrográfico existente e dos desníveis da área, Vigliecca se utilizou destes elementos como determinantes do projeto. A área Colinas D' oeste era margeada por um córrego (Figuras 74 e 75), sendo assim, a partir da canalização deste, foi criada a via principal e definida a implantação de seis novas quadras (RUBIO, 2017).



Figura 74: Córregos existentes – antes da implantação do projeto, mas conforme projeto estes foram canalizados.

Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.



Figura 75: Implantação – mostrando localização do córrego canalizado/via criada .
 Fonte: Edição da autora sobre imagem do arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

9.2.3.4 Legibilidade como condição de cidadania/ Coligação das novas edificações

Neste projeto, a legibilidade da geografia e da infraestrutura pública também foram fatores determinantes na forma das ocupações urbanas, procurando dar sentido de identidade ao lugar. Afinal, Vigliecca insiste que o reconhecimento desta legibilidade favorece a apropriação e estabelece sentido ao lugar, ou seja, o modo como as pessoas usam o território, legitimam-no e identificam-no.

Como destaca Lizete Rubano (2015):

Reconhecer essa condição de enfrentamento da condição urbana, na maioria das vezes, precária, para além de reproduzi-la literalmente, tem significado articular e propor situações de cidade que valorizem a experiência e desencadeiem transformação, considerando-se sempre o caráter especulativo, mais que assertivo, de cada uma das propostas projetuais.

Ao observar a implantação do conjunto, verificamos que esta se deu regularmente, com um traçado ortogonal, mas de duas maneiras distintas, pois, em um trecho, identificamos quadras mais lineares, com barras lineares isoladas (Figura 76), e, em outro, quadras mais retangulares, com mais de uma barra linear é dispostas de maneira a conformar pátios internos (Figura 96) (VIGLIECCA & ASSOCIADOS, ONLINE).



LEGENDA:

- QUADRA MAIS RETANGULAR
- QUADRA MAIS LINEAR

Figura 76: Trechos do projeto.

Fonte: Edição da autora sobre imagem do arquivo do escritório Vigliecca e Associados.

A “quadra” proposta reinterpreta a quadra tradicional, rompendo a sua estrutura rígida a partir da decomposição do corpo sólido em diferentes edifícios lineares e de diferentes alturas. O espaço aberto do miolo de quadra não é o espaço homogêneo tradicional, mas um espaço variado, linear. Este sempre aparece nos projetos de Vigliecca, tanto na conformação de ruas como nos miolos de quadra. Os volumes individuais e de geometria simples, criam limites e fechamentos, com espaços lineares centrais, conformando espaços coletivos abertos. A forma de implantação dos

volumes individuais e de geometria simples remete à ideia de Cromesque, criando limites/bordas e estruturando áreas urbanisticamente desestruturadas (Figura 76).

Neste caso, o conjunto foi composto por vários tipos edilícios, no intuito de se adequarem melhor às necessidades dos moradores, mas também à insolação, às vistas, às declividades, à configuração e à qualificação das áreas públicas, e ainda de obter uma diversidade que permitisse a identificação de cada conjunto.

Cada quadra mais retangular é composta por três tipos de edifícios, que se organizam gerando diferentes espaços no miolo da quadra. A combinação deles vai se desenvolvendo de maneira alternada nesta zona, procurando dotar de certa diversidade o espaço urbano (Figura 77).

Já a quadra da zona mais linear é composta por quatro tipos de edifícios que se organizam mais nas suas bordas, gerando espaços tanto nestas quanto no miolo da quadra.

Esses esquemas se repetem em todas as quadras e têm suficiente flexibilidade para uma adaptação a diferentes formatos de traçado – quadras menores, mais lineares, etc.

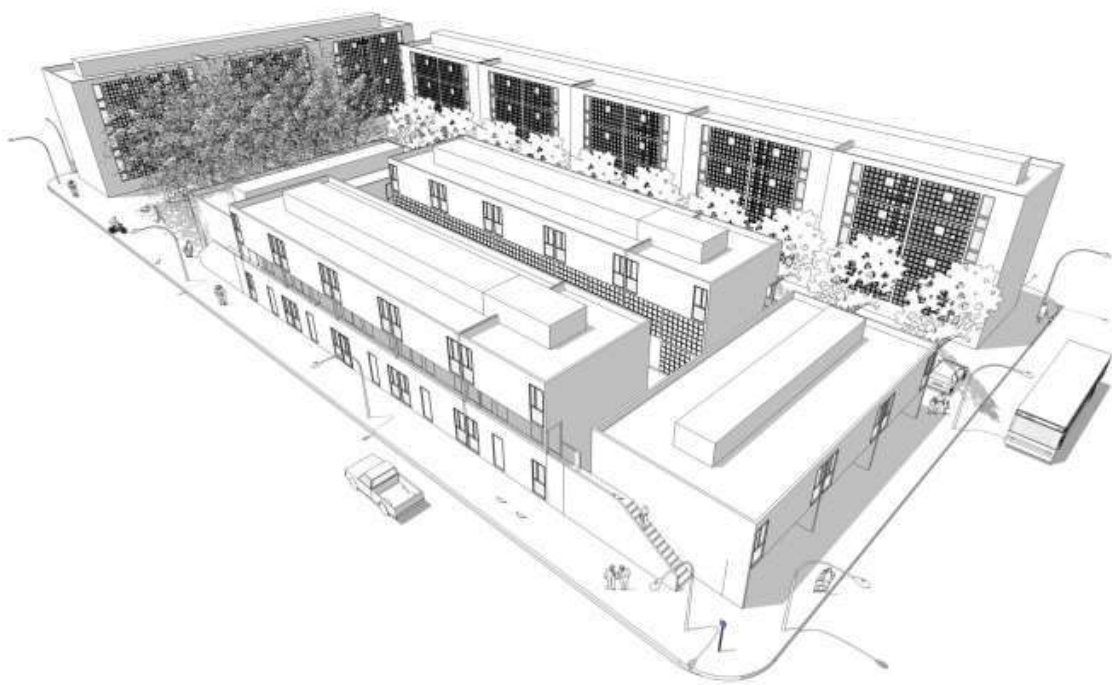
**QUADRA TÍPICA****QUADRA TÍPICA**

Figura 77: Quadra típica do projeto.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

Identificamos, neste projeto, assim como no projeto do Jardim Vicentina, que será analisado a seguir, um equilíbrio entre a massa edificada e os espaços livres, sendo os edifícios enriquecidos com o vínculo direto aos espaços abertos e coletivos (Figura 78) (MINGHINI, 2019).



Figura 78: Perspectivas da área.

Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

As novas edificações estabeleceram condições mais adequadas de urbanidade, identidade e cidadania apropriadas ao lugar.

O conjunto inserido no pé do morro criou uma zona intermediária entre a urbanização alta e a região mais ao sul, apesar da ruptura criada pela linha de alta tensão.

Este continua uma ordem urbana com uma mesma direção de vias e elementos urbanos (Figura 79). Sua conformação espacial – quadra reinterpretada – foi criada com o intuito de assemelhar-se mais ao entorno, cujas quadras são menores, e, ao mesmo tempo, gerar interação entre os espaços públicos e semipúblicos, pois, de acordo com a forma de implantação das lâminas, criam-se espaços internos de uso tanto dos moradores do conjunto quanto do entorno.



Figura 79: Esquema continuidade e coligação novas edificações.

Fonte: Edição da autora sobre imagem do arquivo do escritório Viglicca & Associados.

Dessa forma, as quadras são alongadas, como as do entorno, e ganham corpo, espaços de convivência e circulação de pedestres, diminuindo a proporção de vias rodadas. As delimitações entre elas não são rígidas – talvez sejam uma reinterpretação das urbanizações ditas informais (Figuras 80 e 81) –, de forma que diluem os limites, e a nova cidade pode ir se adaptando aos elementos do sítio.

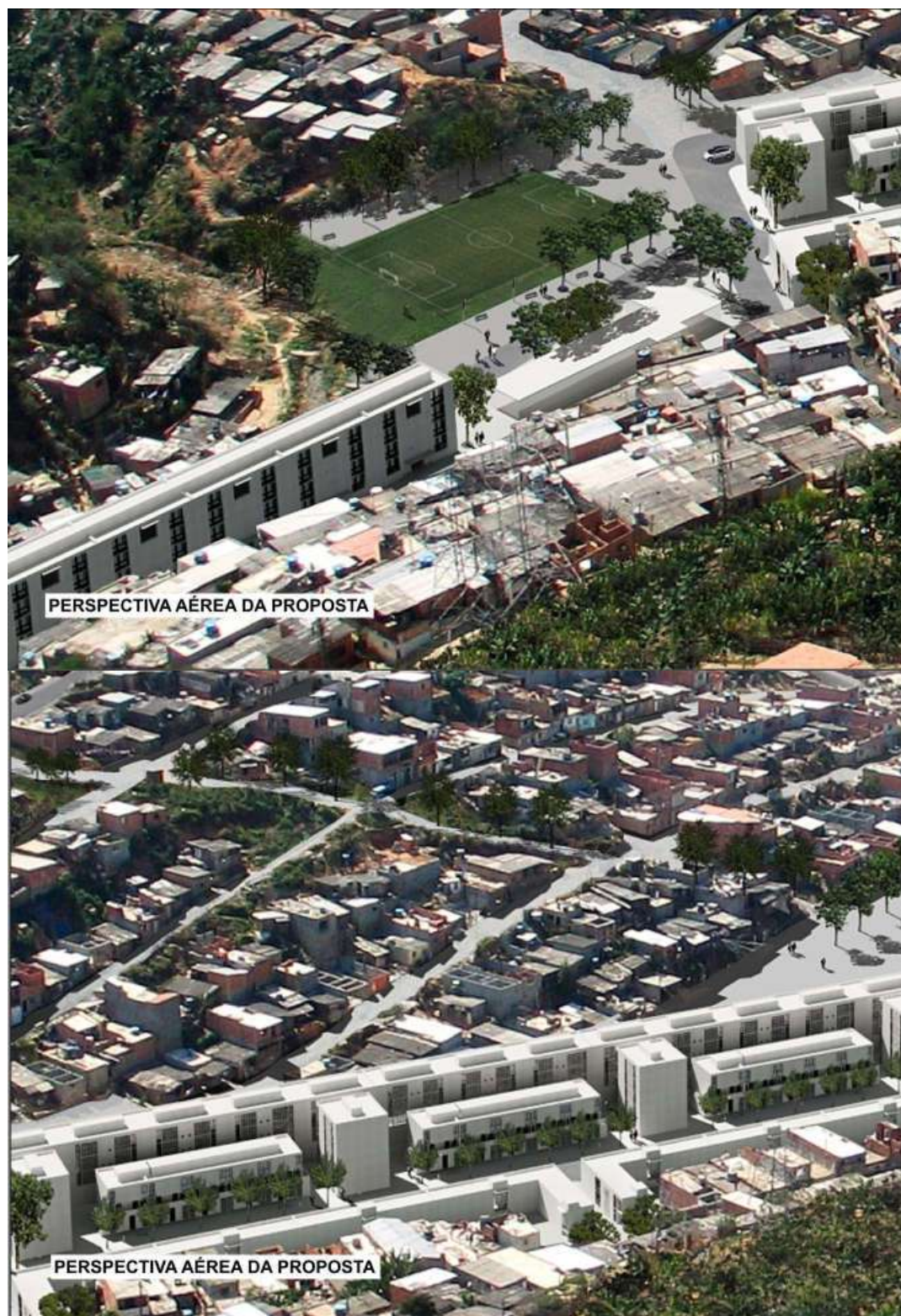


Figura 80: Perspectivas da área.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.



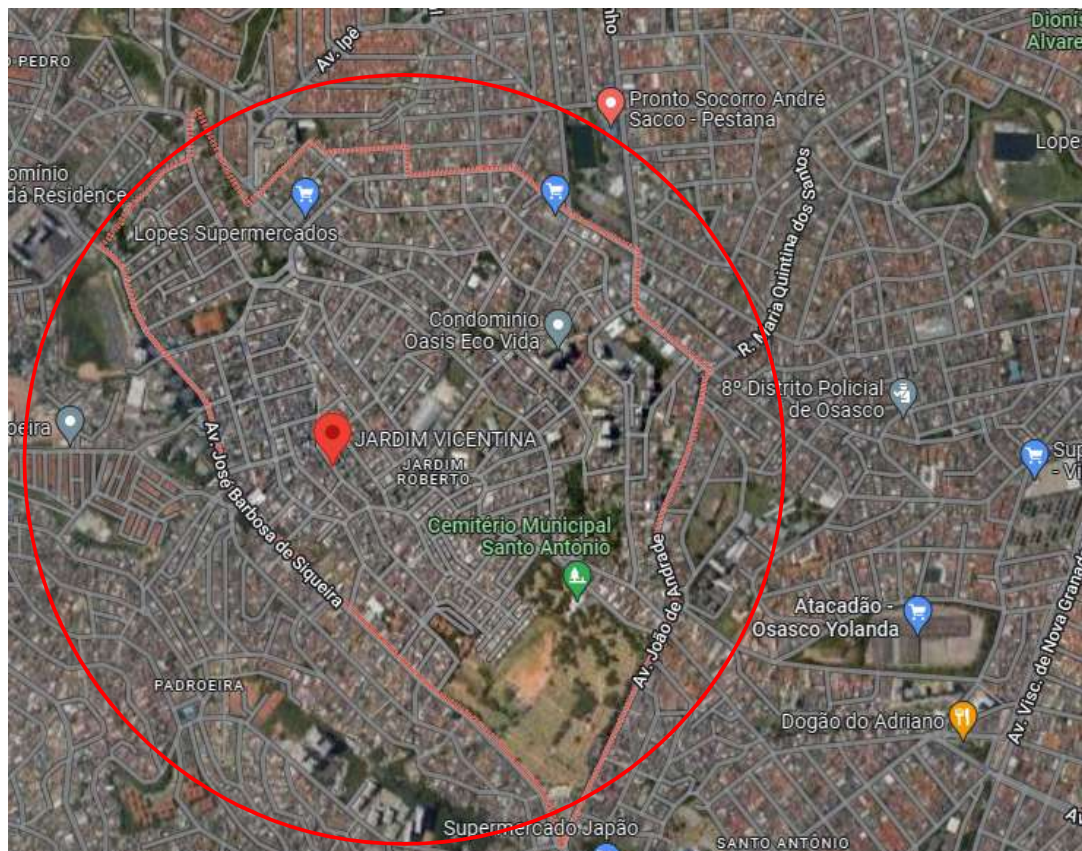
Figura 81: Vistas da área.

Fonte: Disponível em: www.vigliecca.com.br. Acesso em: 21 jul. 2022

9.2.4 JARDIM VICENTINA, 2008, OSASCO-SP – PROJETO EM SITUAÇÃO HÍBRIDA: A QUADRA COMO “UNIDADE URBANA DE REFERÊNCIA” E ÁREA URBANA CRÍTICA

O projeto de urbanização e habitação social do Conjunto Jardim Vicentina trata de obra nova, com remoção e remanejamento dos moradores das áreas mais críticas à beira de um córrego.

Esse conjunto está localizado no bairro Jardim Roberto, na periferia da cidade de Osasco, na grande São Paulo. Grande parte da área está implantada em um talvêgue, ou seja, um fundo de um vale. Sendo assim, há muitas moradias situadas em áreas de risco de desabamentos e inundações (Figura 82) (PEREIRA, 2021).



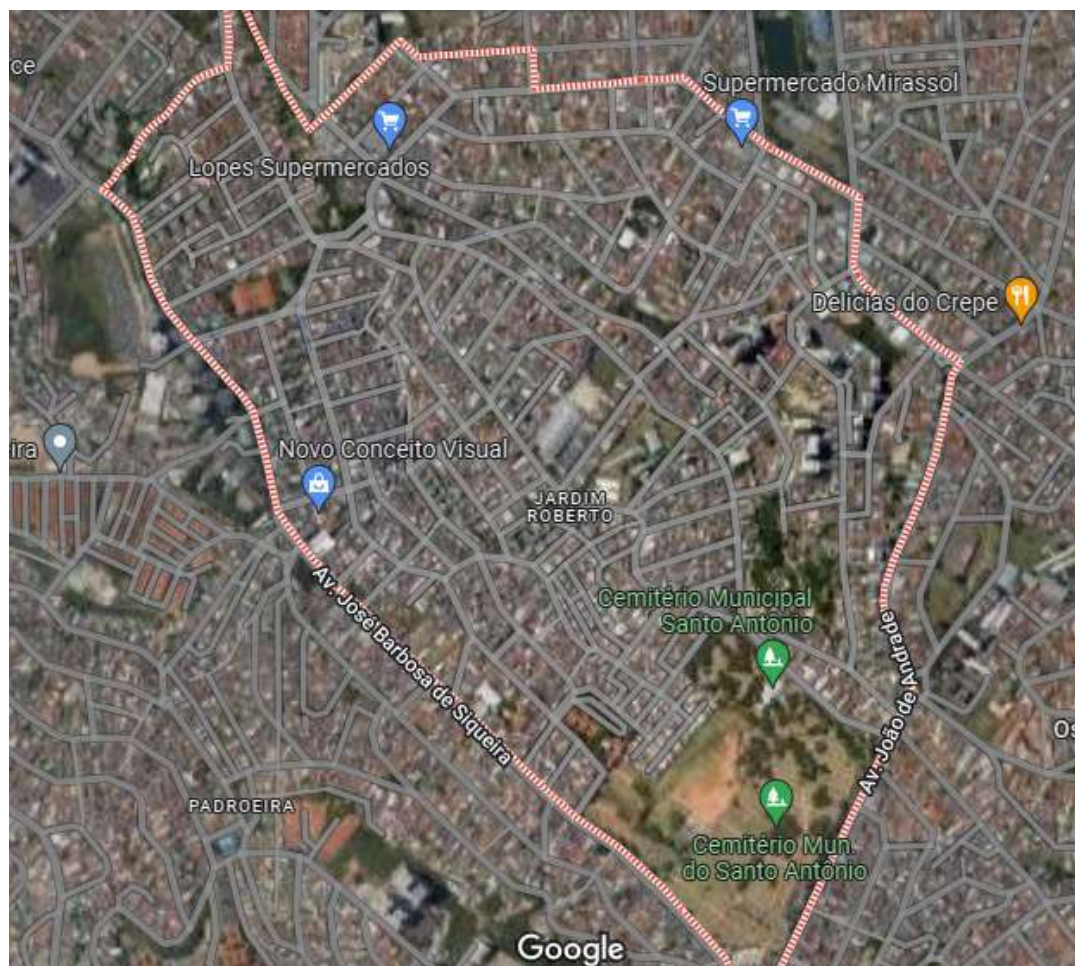
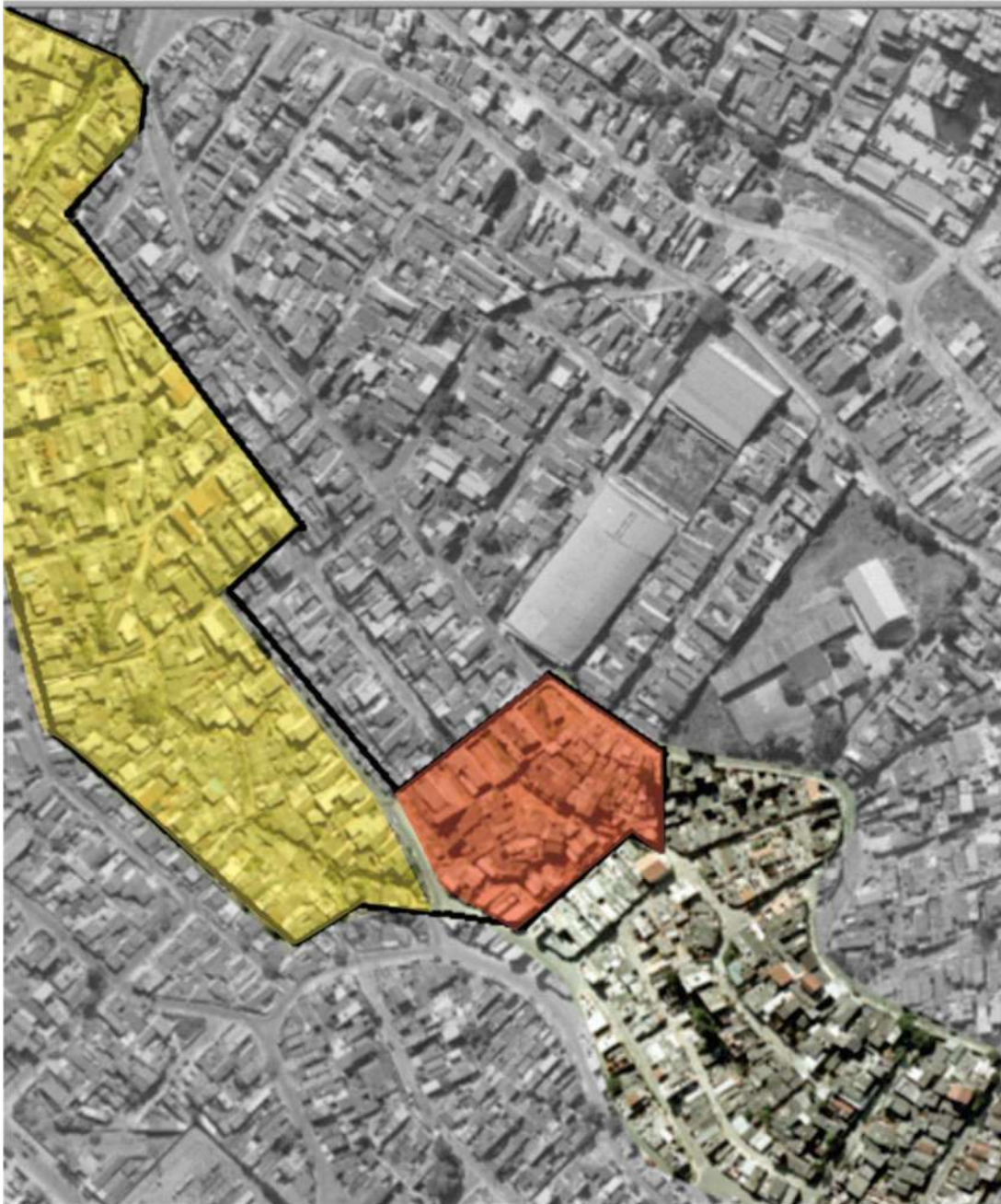


Figura 82: Limites bairro Jardim Roberto – a marcação em vermelho indica os limites do bairro.
Fonte: Edição da autora sobre imagem do Google Maps, 2022.

O terreno possuía uma forma irregular, com uma área de aproximadamente 95.000 m², e apresentava duas partes distintas, uma zona linear mais plana acompanhando o mencionado córrego (Zona 1) e outra com forma mais compacta, com grande desnível, perpendicular à primeira (Zona 2) (Figura 83).

O entorno imediato se caracterizava predominantemente por residências unifamiliares de madeira ou alvenaria, com um ou dois pavimentos (VIGLIECCA & ASSOCIADOS, ONLINE).



LEGENDA:

■ ZONA 1

■ ZONA 2

Figura 83: Área intervenção separada em zonas.

Fonte: Edição da autora sobre imagem do arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

A implantação previu o uso de três tipos edifícios diferentes – edifícios lineares isolados; edifícios lineares conectados a blocos de planta quadrada, localizados ao

longo do córrego, definindo duas novas frentes urbanas a cada lado do eixo viário de serviços proposto (Zona 1); e edifícios em L, conformando pátios internos – espaços de uso coletivo “mais fechados” – no braço menor da área em desnível (Zona 2) (PEREIRA, 2021) (Figura 84).



 ZONA 1

 ZONA 2

Figura 84: Zonas do projeto.

Fonte: Edição da autora sobre imagem disponível em: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/vicentina>. Acesso em: 21 jul. 2022.



Figura 85: Perspectiva do conjunto.

Fonte: Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/804477/urbanizacao-do-jardim-vicentina-vigliecca-and-associados>. Acesso em: 11 out. 2022.

Todos os edifícios possuem quatro pavimentos e foram construídos em alvenaria estrutural aparente (Figura 85 e 86) (PEREIRA, 2021).



Figura 86: Perspectiva do conjunto.

Fonte: Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/804477/urbanizacao-do-jardim-vicentina-vigliecca-and-associados>. Acesso em: 11 out. 2022.

9.2.4.1 Reestruturação da malha urbana

A redefinição, a evidência e a qualificação da rede viária fez com que a área de intervenção se integrasse à cidade existente, deixando de ser uma barreira urbana e um espaço de exclusão.

Neste projeto, identificamos a intenção do arquiteto de aproximar o novo ao existente, observando-se uma preocupação em manter as conexões que já haviam ali, para que o conjunto se tornasse permeável e se incluísse na malha urbana. Grande parte do traçado viário foi mantido e, já nas primeiras propostas, o novo e o velho traçado se entrelaçavam e se interpenetravam (Figura 87), estratégia que foi mantida no projeto final. A única diferença do traçado proposto para o executado é que este manteve a rua que atravessava a área onde se localizam os edifícios em “L” (Figuras 88 e 89).

Segundo Minghini (2019, p. 148), a cidade existente precisa transpassar por entre a área de intervenção. Dessa forma, a cidade entrou e o conjunto se expandiu pelas ruas, que passaram a se conectar melhor com o entorno.

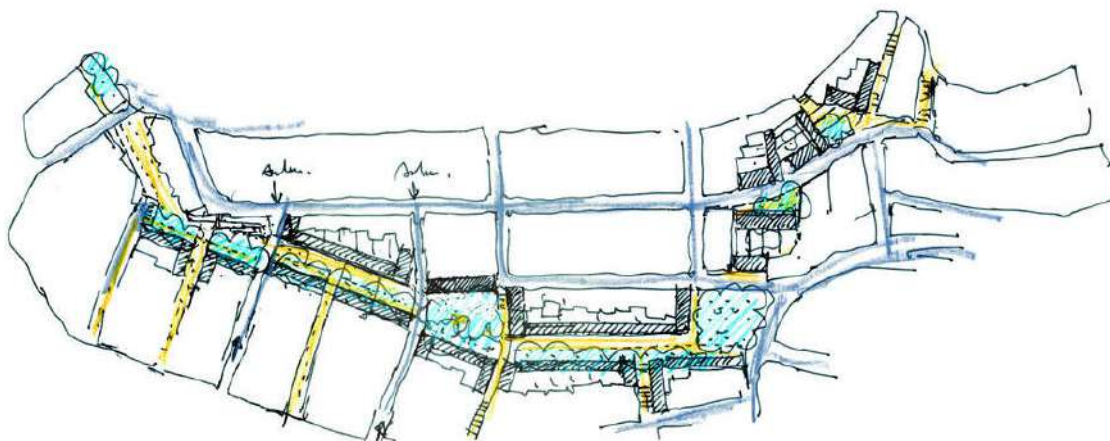


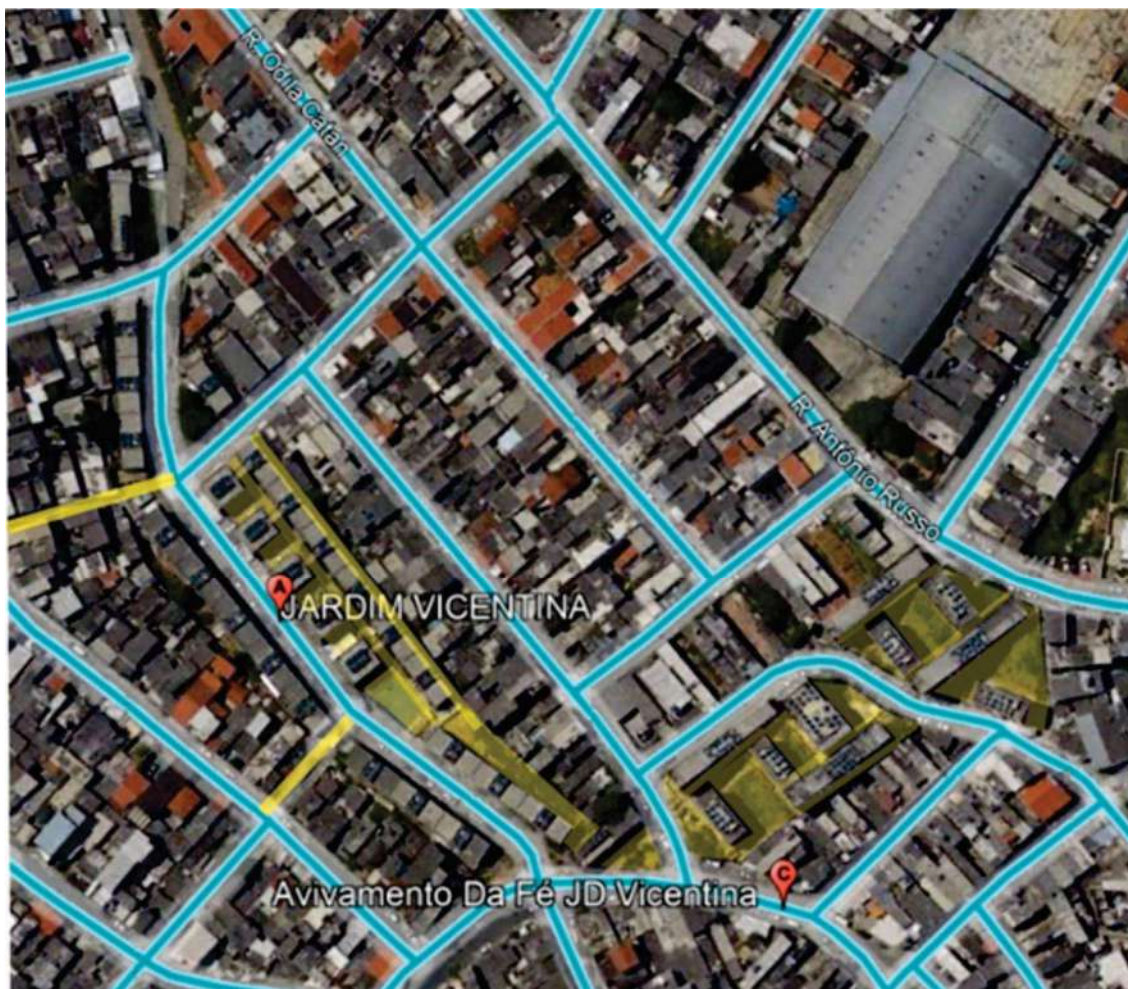
Figura 87: Croqui estudo inicial – interpenetração e relação das ruas/vias propostas com algumas das existentes (em amarelo).

Fonte: Disponível em: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/vicentina>. Acesso em: 21 jul. 2022.



LEGENDA:
■ RUAS E CAMINHOS PARA PEDESTRES
■ RUAS MISTAS - CARROS E PEDESTRES

Figura 88: Acima, traçado existente antes intervenção. Abaixo, traçado proposto.
Fonte: Edição da autora sobre imagem do Google Maps, 2021.

**LEGENDA:**

- RUAS E CAMINHOS PARA PEDESTRES
- RUAS MISTAS - CARROS E PEDESTRES

Figura 89: Traçado atual.

Fonte: Edição da autora sobre imagem do Google Maps, 2021.

Sendo assim, todas as conexões foram mantidas, induzindo e facilitando as ligações entre os moradores do conjunto e das habitações próximas a ele. Dentro da proposta, foi incluída a reforma das escadarias da região, visto que, na área de intervenção, havia uma série de escadarias que interligavam a rua Antônio Maria de Brito à rua Morada dos sonhos, que estavam em diferentes níveis (Figura 90).

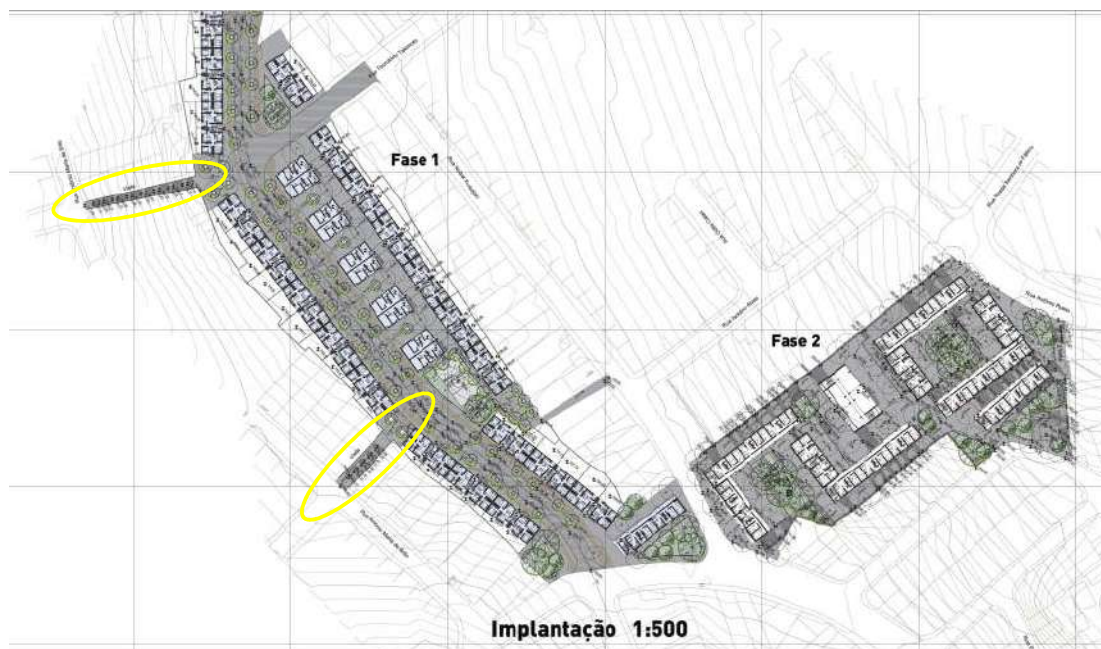


Figura 90: Implantação do conjunto mostrando escadarias previstas.
 Fonte: Edição da autora sobre imagem do arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

A proposta, como já comentado anteriormente, é composta de duas partes⁸. A primeira (Zona 1) cria um eixo viário central, ao longo do qual as edificações foram implantadas de forma linear em duas faixas urbanas, uma em cada lado da via. Esse eixo funciona como uma rua de pedestres que atende o bairro.

Na segunda parte (Zona 2), desnivelada e mais compacta, os blocos foram distribuídos em “Ls”, criando “quadras” com espaços centrais, com blocos escalonados, adequando-se à topografia e distribuindo-se de forma a facilitar permeabilidade aos pedestres (Figura 91). As duas zonas foram conectadas por meio de espaços de transição de uso público e caminhos de pedestres.

⁸ Verificamos, nas imagens do projeto e do Google Earth acima, que a primeira parte – eixo linear – foi construída conforme projeto, enquanto a zona das “quadras” passou por alterações – os blocos foram dispostos de uma maneira diferente do que previa o projeto original e há uma rua “cortando” a área (Figura 88).

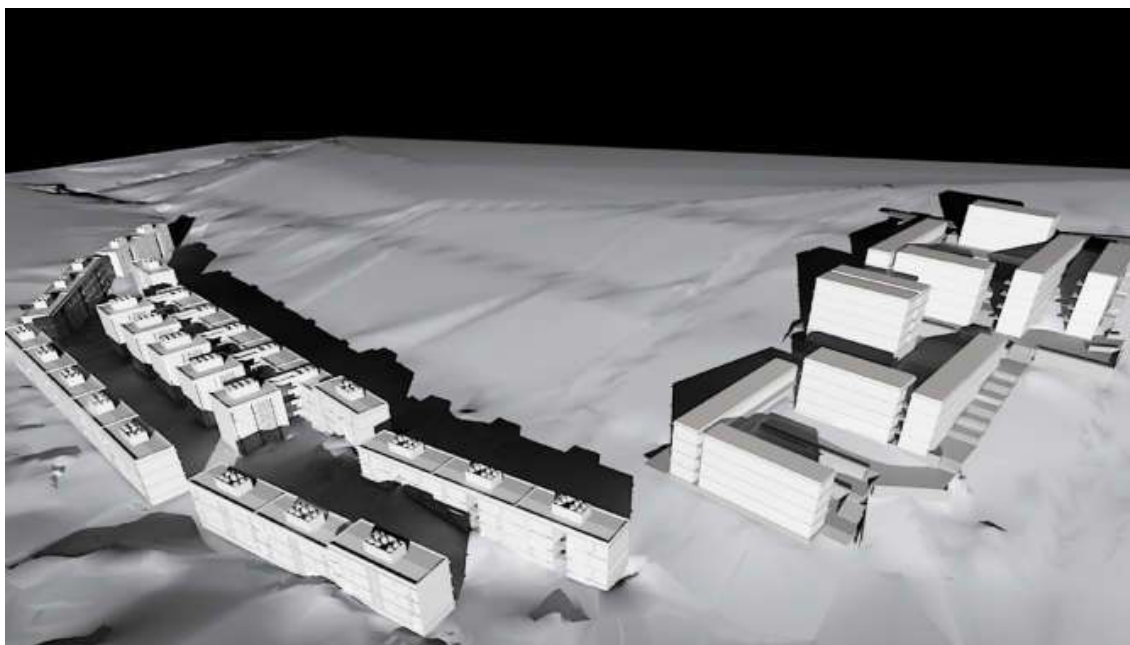


Figura 91: Simulação do projeto com as duas zonas. Observar que, comparado às imagens anteriores, parece que depois foi encaixado mais um bloco transversal no extremo da zona linear (abaixo na ilustração).

Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

9.2.4.2 Remoções por necessidade urbana / Integração do corpo hidrográfico à estrutura urbana

Neste projeto, assim como na Reurbanização do Complexo Paraisópolis e no Colina D'oeste/Morro Socó, as remoções ocorreram tanto por estarem em áreas de risco, quanto para determinação de uma condição urbana mais representativa.

A situação existente, em grande parte do Jardim Vicentina, era de precariedade, configurada por domicílios autoconstruídos de madeira ou alvenaria, com um ou dois pavimentos, erguidos em áreas de risco de desabamento, inundações e contaminações. Sendo assim, foram removidas as habitações mais precárias, principalmente as de madeira.

As construções removidas foram, principalmente, as na beira do córrego, como já dito anteriormente (Figura 94). No entanto, é importante destacar que, na segunda parte, onde foram propostas as “quadras”, as demolições e as remoções ocorreram com o principal propósito de dotar a zona de espaços urbanos mais qualificados e lhe dar legibilidade ou “condição urbana representativa”, conforme Vigliecca indica no

item “remoções por necessidade urbana” dos “cinco mantras do desenho urbano” (Figura 92).

Identificamos essa necessidade de propor legibilidade na implantação do conjunto, pois percebemos a preocupação do arquiteto em manter as conexões com o existente para que o conjunto se tornasse permeável. Assim, os novos fluxos e as conexões acabaram se configurando como espaços de transição. As áreas verdes públicas criadas funcionam tanto como lugares de passagem quanto de convivência, e a identidade do lugar foi mantida e acentuada quando os blocos foram assentados no relevo acidentado.



DEMOLIÇÕES



Figura 92: Acima, imagem geral da área de intervenção/demolições. Abaixo, esquema de ocupação zona 2 – em vermelho remoções e em preto edificações mantidas.

Fonte: Edição da autora sobre imagem do GoogleEarth, 2022 e do arquivo do escritório Viglicca & Associados.

Redescobrir o corpo hidrográfico e a leitura da hidrografia é o principal determinante no desenho da micro drenagem e, simultaneamente, fornece a estrutura dos espaços públicos de mobilidade.

A remoção das moradias precárias ao longo do córrego permitiu a sua canalização (Figuras 93, 94 e 95). A partir desta, a proposta criou um eixo viário central, no qual as edificações foram implantadas de forma linear em duas faixas urbanas, uma em cada lado da via (Figura 93). Sendo assim, este eixo funciona como uma rua que atende o bairro na qual, embora seja mista, o pedestre tem predominância sobre o automóvel.

Desse modo, a adequação desse elemento natural à área urbana compõe um eixo estruturador deste projeto, que não só cria um espaço habitável de qualidade, como também é um elo com o restante da cidade.



Figura 93: Vista do conjunto e do córrego canalizado.

Fonte: Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/804477/urbanizacao-do-jardim-vicentina-vigliecca-and-associados/58916b13e58ece099300003f-urbanizacao-do-jardim-vicentina-vigliecca-and-associados-corte-canalizacao?next_project=no. Acesso em 21 jul. 2022.



Figura 94: Situação do córrego existente antes da canalização.

Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.



Figura 95: Área de intervenção com localização do córrego existente.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

9.2.4.3 Legibilidade como condição de cidadania

A apropriação e o entendimento da geografia e das conectividades desenvolvidos neste projeto e relatados acima potencializam a geração do sentido de identidade do lugar.

A partir dessa interpretação, verificamos a legibilidade por meio da “rua” e da “quadra”, pois foi criada uma rua principal com diferentes funções – conexão, convivência e relações sociais – com a ideia de que os moradores do conjunto e os do entorno se identificassem e se apropriassem deste local.

As quadras também foram utilizadas como elementos de referência, pois foram claramente definidas, o que pode ser visto tanto na parte linear do córrego quanto na parte perpendicular a esta. A referência para esses elementos urbanos foram as quadras alongadas do bairro – eixo do córrego – e as quadras mais tradicionais, o quarteirão, com miolo vazio. Mas ambas as interpretações contêm uma proposta de “quadra contemporânea” – que se pode observar em geral nos projetos do escritório – que cria um diálogo entre introspecção e abertura, fechamento e fluidez espacial.

A implantação dos edifícios favorece a dimensão urbana de forma que a estrutura da malha e os próprios blocos indicam os limites entre público e privado (RAPPL, 2019). Na primeira zona, com topografia menos acentuada, identificamos uma forma linear ao longo do eixo viário, na qual os três tipos edilícios propostos são apresentados tanto de forma agrupada quanto separada. Esse tipo de implantação relembra a ideia de “rua” tradicional polifuncional, ou seja, uma rua com diferentes usos – circulação, encontro, lazer, esporte – e características, de forma que potencializa a identificação e apropriação do local pelos moradores (Figuras 96 e 97).

Já na segunda zona, em um terreno com maior declividade, os blocos foram dispostos de uma maneira diferente. Estes foram distribuídos entre as duas vias existentes. Assim, as edificações foram implantadas em sequência, criando “Ls” e pátios com blocos escalonados, adequando-se à topografia. Essa estratégia de implantação dos blocos configurou fechamentos e demarcações de limites, criando uma forma espacial definida – realidades plásticas finitas – que relembra a “quadra tradicional”, com miolo central, conformando espaços coletivos abertos “internos” e, ao mesmo tempo, construindo a rua como um espaço com forma precisa (Figura 97).

Nesse sentido, observamos, neste conjunto, que o arquiteto se valeu do conceito de Cromeleque, pois a forma de implantação dos edifícios conforma espaços e lugares visíveis e perceptíveis, com fechamentos, limites e bordas bem definidos.



Figura 96: Espaços coletivos abertos internos.
Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.





Figura 97: Acima, imagem ideia da “rua tradicional”. Abaixo, ideia da “quadra” e da rua que conecta o novo e o existente.

Fonte: Arquivo do escritório Vigliecca & Associados.

Existe uma permeabilidade entre a cidade e o conjunto, pois o desenho dos fluxos e das conexões gera espaços de transição entre urbanização e entorno, que podem ser utilizados tanto pelos moradores do conjunto quanto pelos moradores do bairro.

Identificamos, um ajuste e equilíbrio entre os espaços sólidos e os espaços abertos, sendo os edifícios enriquecidos com o vínculo direto com estes (MINGHINI, 2019).

Neste projeto, a convivência social foi incentivada de diversas maneiras, por meio de espaços que possibilitam encontros e contatos visuais, tais como a “rua interna” entre os edifícios, as pequenas praças e as quadras esportivas, que contribuem para o convívio entre vizinhos, moradores do mesmo edifício, da mesma rua e do mesmo bairro.

Desse modo, os elementos de legibilidade indicados por Lynch foram largamente apropriados por Vigliecca e seus sócios: canais pelos quais o observador se move, limites que servem de costuras com o entorno imediato, cruzamentos entre vias existentes e novas e espaços semipúblicos que estabelecem lugares de encontro, etc.

9.2.4.4 Coligação das novas edificações

Os novos edifícios são solidários com o entorno, pois são usados para completar/definir duas novas frentes urbanas (face que estava desestruturada por

causa do córrego), criando quadras mais alongadas, e outra mais retangular, típicas da região. Os edifícios são implantados no limite/ bordas da área, como uma forma de ser solidário com o existente, evitando muros e fechamentos, e ao mesmo tempo, estruturando uma área urbanisticamente desestruturada, e tornando-a parte da estrutura do bairro (Figura 98).

Na parte mais linear, uma das quadras, é completada com um edifício linear isolado, formando o esquema rua de pedestre-casa-casa-rua de pedestre, e a outra quadra, é completada com edifícios em forma de “T”, sendo um grande retângulo, com adições de formas quadradas, e com um esquema mais complexo: rua veicular- rua de pedestre – casa – rua de pedestre – casa, e entre os blocos há pequenos espaços de lazer (Figura 98).



Figura 98: Conjunto e quadras presentes na região.

Fonte: Edição da autora sobre imagem disponível em:
https://www.archdaily.com.br/br/804477/urbanizacao-do-jardim-vicentina-vigliecca-and-associados/58916b13e58ece099300003f-urbanizacao-do-jardim-vicentina-vigliecca-and-associados-corte-canalizacao?next_project=no. Acesso em: 21 jul. 2022.

Já na zona em declive, a coligação se deu por meio da reprodução da quadra do entorno, uma quadra mais retangular com pátio interno, formada por edifícios lineares em “L” com pátios internos.

Portanto, com os novos edifícios, foi possível dar continuidade à estrutura urbana existente e, ao mesmo tempo, criou-se um novo espaço de referência e reconhecível, definido pelas novas bordas.

É importante ressaltar que, em todos os projetos de habitação analisados, identificamos os conceitos de “imageabilidade” e de “bairros” de Lynch. A imageabilidade verificamos na forma, no arranjo, nos materiais e nas cores utilizados nos conjuntos, que facilitam a formação de uma imagem mental. Sendo assim, os conjuntos são facilmente identificáveis como estruturas úteis, ou seja, como uma cidade bem formada. Já nos conjuntos Jardim Vicentina, Colina D’oeste/Morro Socó e Reurbanização do Complexo Paraisópolis, observamos o conceito de “bairros”, afinal, os próprios conjuntos podem ser considerados bairros, pois são áreas homogêneas, com características comuns (forma, cores, texturas, tipos de edificação, usos e espaços) que os diferenciam do entorno próximo e do restante da cidade (LYNCH, 1960). Todos têm um papel fundamental na legibilidade da cidade.

Verificamos também que a ideia de “cunha de infiltração” está presente. Essa urbanidade infiltrada é identificada em grande parte, pela retomada de categorias tradicionais urbanas – a rua e a quadra. Nesse panorama, o espaço da rua é primordial. No seu livro *Terceiro Território* (2014, p. 135), cita:

[...] a rua, na urbanidade das cidades brasileiras, pode ser destacada como o grande espaço de vida. E, mesmo nas áreas de urbanidade precária, ela é o ponto de contato com as redes, com a infraestrutura, e é lida como suporte de diversidade e espaço de contato primordial entre o privado e o uso comum.

Tomando um conceito de rua primordial, a quadra é reinterpretada e densificada na busca de novas espacialidades.

10 OBRA E LINHA PROJETUAL DE VIGLIECCA

A matriz cronológica projetos habitação por ano (Figura 99) ilustra, por meio de um recorte temporal de 1972 a 2016, que foi por volta dos anos 2000 que se deu a forte produção de Vigliecca na área da habitação, o que se deve à participação em grande número de concursos. A ideia dos concursos era a melhoria da qualidade dos projetos da unidade habitacional. Mas tinha como foco também a relação do conjunto com a cidade existente, com relação à forma de enfrentamento da cidade e das questões urbanas, com uma melhor definição espacial dos espaços coletivos, com transições entre os espaços público e privado, superando a cisão entre arquitetura e cidade presente em grande parte dos projetos de décadas anteriores. Nesse sentido, podemos observar que outros arquitetos envolvidos com o tema acompanharam Vigliecca nessa busca por uma cidade mais qualificada e significativa para os seus habitantes.

A partir desse recorte, verificamos também que há muitos projetos de Vigliecca que já foram bastante estudados e analisados, como Casarão do Carmo (2003), Vila dos Idosos (2003), Parque Novo Santo Amaro V (2009), Heliópolis Gleba A (2004), Heliópolis Gleba H (2013) e o Conjunto Habitacional Rio das Pedras-Vila Mara (1991), projetos que são referências importantes da obra e das ideias do arquiteto.

Então, em função desse panorama, neste trabalho, optamos por analisar projetos menos abordados por pesquisadores e críticos, com o fim de melhor conhecê-los e descobrir o seu papel na linha do tempo projetual de Vigliecca. Sendo assim, os projetos selecionados para se estudar nesta pesquisa foram: Conjunto Assembleia (2004), Reurbanização do complexo Paraisópolis (2004), Colina D'oeste/Morro Socó (2007) e Jardim Vicentina (2008).

Esse conjunto de projetos (os mais publicados e os estudados neste trabalho), como pode ser visto na matriz cronológica (Figura 100), conforma um conjunto bastante homogêneo de pensar arquitetura e um amadurecimento do arquiteto quanto à forma de “construir cidade”. É possível verificar que, no ano de 2004, conjuntamente com a Reurbanização do Complexo Paraisópolis e o Conjunto Assembleia, foi projetado o Conjunto Heliópolis Gleba A. Nesses três projetos, identificamos uma

inserção urbana com a ideia de estabelecer uma continuidade em relação a algumas estruturas existentes e, ao mesmo tempo, gerar “fatos novos”. Por exemplo, identificamos a continuidade tanto através da inserção destes conjuntos à malha viária existente, quanto através das volumetrias, gabaritos e alinhamentos, que refletem os edifícios do entorno/as preexistências, e geram “fatos novos”, pois trazem novos usos, de modo a qualificar e dar identidade à área.

Essas inserções foram chamadas por Vigliecca de “Terceiro Território”, ou seja, uma ação projetual que potencializa, ao mesmo tempo, o lugar e a própria construção. De certa forma, observamos também o item do mantra “coligação das novas edificações”, de modo que o “novo” seja solidário com o “existente”, completando uma entidade urbana e melhorando a legibilidade daquele lugar. O gesto, utilizado no Conjunto Heliópolis Gleba A, vai se repetir mais tarde na urbanização estudada, Jardim Vicentina (2008).

Por outro lado, nos anos anteriores de 1991 a 2003, verificamos projetos como Vila dos Idosos, Casarão do Carmo e Rio das Pedras Vila Mara, nos quais já apareciam ideias de reforço à trama urbana e integração do conjunto à cidade. O edifício em fita adquiria diversas conformações, mas, em todas elas, havia uma intenção de configurar diferentes lugares na releitura do elemento quarteirão, que se dobra sobre ele mesmo; na fita que, embrenhando-se nos espaços vazios, desenha espaços às vezes mais abertos, outras, mais contidos; e, finalmente, na lâmina que atravessa o quarteirão, introduzindo-se em uma fresta, marcando uma passagem e articulando dois lados da quadra.

O edifício linear de múltiplos pavimentos, protótipo da arquitetura moderna, foi revisitado nas suas variadas possibilidades, e foi o elemento marcante nos projetos posteriores de Vigliecca (combinado às vezes com outros tipos).

Esse foi o tipo fundamental também em dois projetos de 2004 aqui estudados, o Conjunto Assembleia e o Reurbanização Complexo Paraisópolis. No segundo, além de linha conformadora de lugares, o Cromeleque adquire um caráter de monumento em meio a um tecido denso – um Trílito.

Por outro lado, nos edifícios lineares, como no projeto do Rio das Pedras – Vila Mara, Vila dos idosos, Parque Novo Santo Amaro e outros, verificamos as circulações horizontais que se dão em altura, as chamadas “ruas elevadas” – presentes na sua

obra desde as cooperativas no Uruguai –, que articulam os edifícios e, ao mesmo tempo, constroem um percurso, aumentando as conexões e criando espaços de convivência.

Já em 2007 e em 2013, projetos como o Colina D'oeste/ Morro Socó, o Jardim Vicentina, o Parque Santo Amaro V e o Heliópolis Gleba H, encerraram este ciclo, e por tratar-se de projetos em áreas urbanas críticas, identificamos a aplicação mais completa do “Mantra Viglieccano”. Sendo que, na maioria deles, há: a articulação ao sistema viário, que parece ser uma das primeiras ideias, com a ideia de qualificar a área, remoções por necessidade, visto que haviam muitas construções em áreas de risco. E ainda, no Parque Santo Amaro V, identificamos que o elemento natural, o córrego, foi integrado ao projeto.

É importante ressaltar que é muito forte, em todos os projetos acima citados, a preocupação do arquiteto com os espaços livres, nos quais ele criou espaços qualificados de transição entre o público-privado e atribuiu uso a estes de forma que gerassem uma sensação de identidade e pertencimento, ou seja, que não fossem só locais de passagem, e sim de permanência e convivência social. Foram esses espaços que geraram permeabilidade entre o conjunto e o entorno, pois podem ser utilizados tanto pelos moradores do conjunto quanto pelos moradores do entorno.

Para Vigliecca, o grande desafio da habitação hoje é compatibilizar a grande escala (número de habitações) com a qualidade de projeto e com a inserção desses conjuntos em áreas centrais e/ou levar a “cidade” para a periferia, tornando essas áreas qualificadas.

MATRIZ CRONOLÓGICA – PROJETOS HABITAÇÃO X ANO

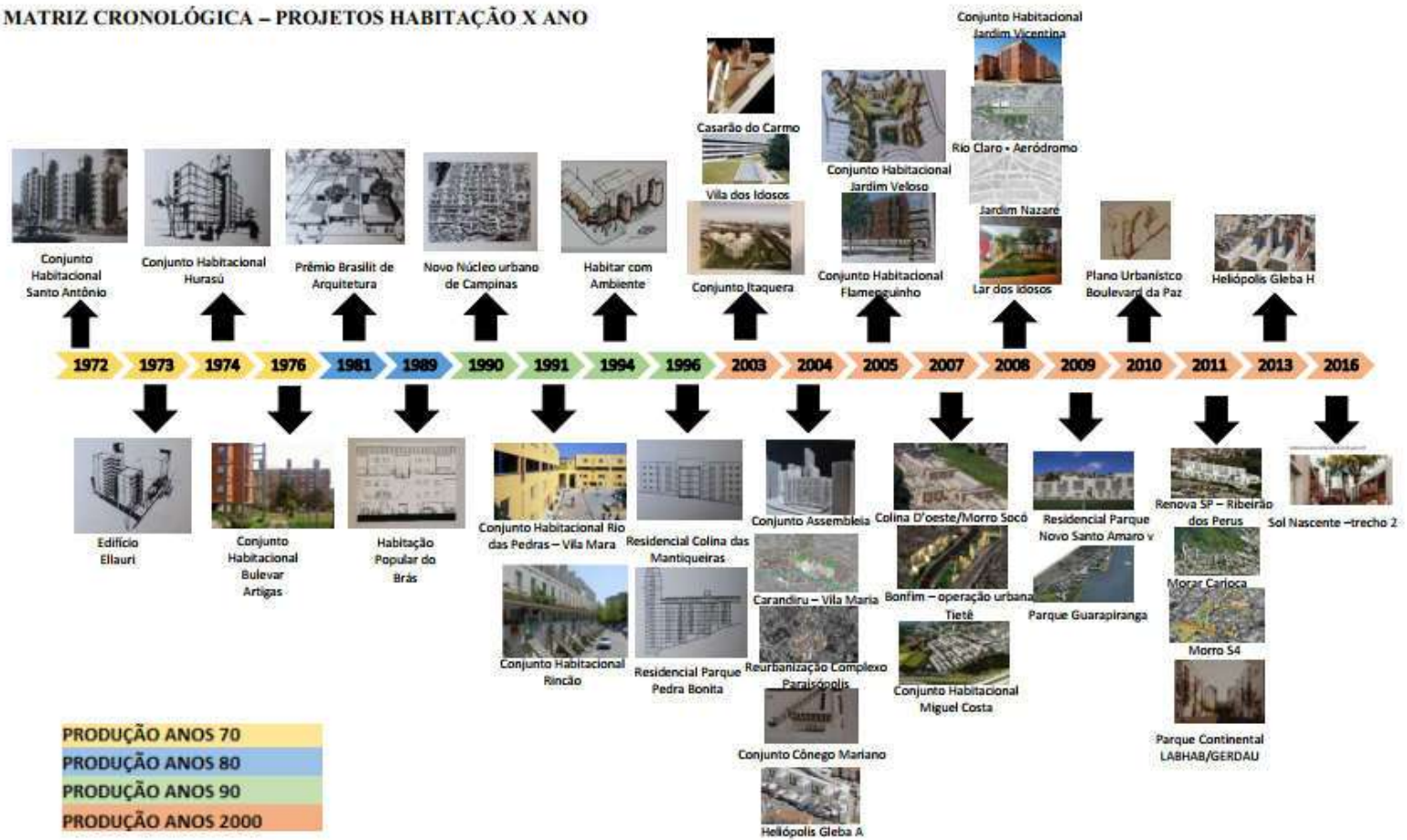


Figura 99: Matriz Cronológica dos projetos de Vigliecca – habitação x ano.

Fonte: Elaborada pela autora com base em imagem disponível em <http://www.vigliecca.com.br>. Acesso em: 11 out. 2022.

MATRIZ CRONOLÓGICA – PROJETOS MAIS PUBLICADOS X PROJETOS ESTUDADOS

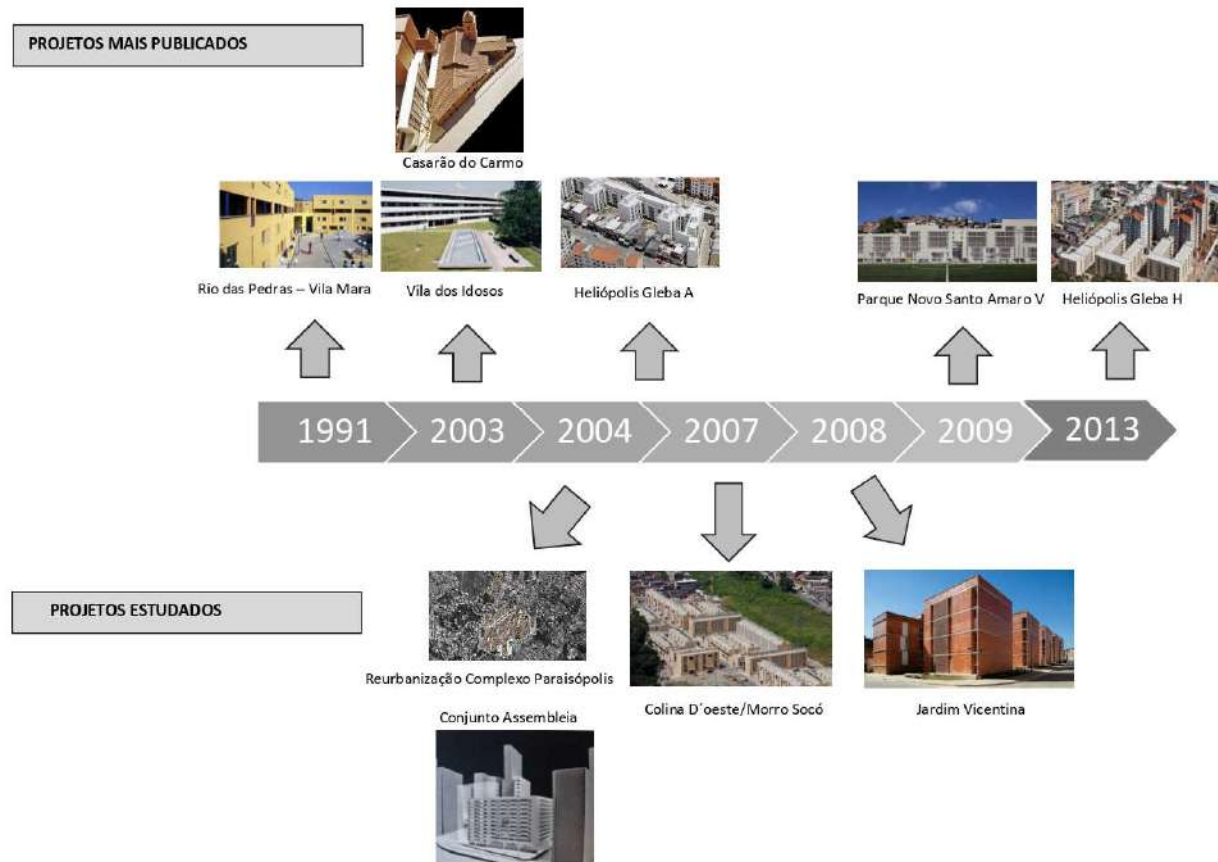


Figura 100: Matriz cronológica dos projetos dos projetos de Vigliecca – mais publicados x mais estudados.
 Fonte: Elaborada pela autora com base em imagem disponível em <http://www.vigliecca.com.br>. Acesso em: 11 out. 2022.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos os projetos de habitação social e as propostas de urbanização do arquiteto Héctor Vigliecca, buscando entender as estratégias projetuais utilizadas para o estabelecimento de uma consistente relação entre arquitetura e cidade, ou seja, os procedimentos utilizados para “construir cidade”.

A hipótese inicial era de que: em geral, os estudos sobre a obra de Vigliecca apontam como fator importante na biografia do arquiteto a presença contundente de um contexto de crítica ao Movimento Moderno presente no Uruguai, com o qual conviveu durante os seus estudos e os seus primeiros anos de trabalho e que foi fundamental para a construção do pensamento do arquiteto e da sua visão do papel do urbanista e do projeto frente à cidade.

É importante lembrar que, como já citado anteriormente, os seus estudos e os seus primeiros anos de trabalho, no seu país, foram marcados por um período de intensa crítica aos conceitos e às teorias referentes à cidade funcionalista (cidade separada por funções e com edifícios “soltos” em grandes áreas verdes). O TEAM X, grupo de arquitetos que contestava as posições dogmáticas dos CIAM e defendia as ideias de identidade e pertencimento, assim como os Metabolistas e o Archigram, foram importantes referências nesse momento.

Mesmo o arquiteto não tendo encontrado esse ambiente crítico quando chegou ao Brasil, parece bem evidente que alguns preceitos, discutidos e reinterpretados nos seus primeiros anos de trabalho no Uruguai, estavam presentes no seu pensamento arquitetônico, e se apresentam, de maneira bastante clara, em todos os seus projetos.

Percebemos também que, mais que uma continuidade ou uma inserção da sua obra em uma “linha do tempo habitacional” no Brasil, as suas propostas se colocaram como um contraponto a muitas das estratégias projetuais e à ideia de espaço urbano, em geral adotada pelos arquitetos brasileiros.

Sabemos que a sua formação acadêmica e os primeiros anos profissionais no seu país natal influenciaram o pensamento e o olhar do arquiteto com respeito à cidade, por meio de uma interpretação cuidadosa do espaço urbano – ou seja, esse modo de “construir cidade”. É importante lembrar que, como já citado anteriormente, o contato do arquiteto e da sua geração, no Uruguai dos anos 1960, com o contexto

de crítica ao Movimento Moderno foi o que levou, de alguma maneira, a essa atuação peculiar especial dele e dos seus colegas em urbanizações de habitação social, no âmbito das cooperativas habitacionais.

A primeira questão que se apresenta é a corroboração da ideia primordial de vencer a cisão entre arquitetura e cidade, imposta, segundo os arquitetos da geração de Vigliecca, pelos mestres do Movimento Moderno.

Nesse sentido, o cuidado com as infraestruturas como elementos de conexão entre as partes da cidade, entre as escalas da cidade, presente nos seus projetos – nos quais, a ideia de “rua elevada” é a conexão mais próxima à escala da casa –, encontra o seu cerne nas suas propostas dos anos 1960 e 1970.

No texto que acompanhava a famosa grelha no CIAM IX, *Urban Reidentification*, Alison e Peter Smithson reforçavam a ideia geral de “mobilidade” como potencializadora da coesão entre todas as escalas de associação – casa, rua, bairro e cidade (MUMFORD, 2002). Essa ideia está presente também nas megaestruturas dos Metabolistas japoneses ou do Archigram, grupos de arquitetos e pensadores muito caros ao jovem Vigliecca.

Por outro lado, identificamos, nos seus projetos, uma procura pela construção de uma transição entre os espaços públicos e privados, partindo do espaço privado das unidades habitacionais, passando pelos espaços coletivos semipúblicos do conjunto – ruas elevadas e pátios – e chegando no espaço público da cidade, criando uma passagem gradativa entre as escalas da cidade.

Nesse sentido, a criação de espaços do “entre” – *inbetween places* (VAN EYCK, 1962) – segue uma investigação começada por Aldo van Eyck décadas antes. O arquiteto holandês investigava sobre o que considerava a questão fundamental para a apropriação da cidade pelo morador – a inter-relação do que chamou de “fenômenos gêmeos”: “[...]unidade e diversidade, parte e todo, pequeno e grande, muitos e poucos, simplicidade e complexidade, mudança e constância, ordem e caos, individual e coletivo” (VAN EYCK, 1962, p. 348). Nessa via, Vigliecca dialoga também com a ideia de “reidentificação” do homem com o seu habitat (SMITHSON; SMITHSON, 1953).

Assim, como Vigliecca atuou em um Brasil “tão moderno”⁹, onde a crítica ao urbanismo moderno se deu de maneira tardia, entendemos, neste trabalho, que esse período de formação e de primeiros anos de projeção foram fundamentais para a sua interpretação da realidade brasileira.

No entanto, para o encerramento desta pesquisa, é necessário fazer algumas considerações finais que, de certa forma, demonstram o que pudemos compreender com a trajetória profissional de Vigliecca ao analisar os seus projetos de habitação, buscando sempre entender as suas estratégias projetuais e verificar a hipótese defendida nesta pesquisa.

Fica claro que o princípio da crítica ao Movimento Moderno foi bastante absorvido e adaptado por Vigliecca em todos os seus projetos. As propostas arquitetônicas e urbanísticas desenvolvidas pelo arquiteto refletem as ideias discutidas lá nos seus anos de estudo e nos primeiros anos profissionais no Uruguai, que foram sendo amadurecidas ao longo da sua trajetória profissional.

Nos projetos, identificamos sempre a preocupação que o arquiteto tem com as escalas objeto e cidade, buscando uma melhor forma de conexão, de forma que o “novo” seja solidário com o existente. A atenção ao lugar e ao usuário é princípio ordenador dos seus projetos.

É importante ressaltar, que o arquiteto procura criar uma transição positiva, entre as escalas do conjunto e da cidade, através da transição entre os espaços públicos e privados, partindo das unidades habitacionais, e chegando no espaço público da cidade. As relações entre o público e privado visam a qualificação do espaço público, surgindo a ideia de “identidade” e “pertencimento”, ou seja, de “reidentificação” do homem com o seu habitat.

Sendo assim, pôde-se confirmar a hipótese defendida, de que estas questões não foram só importantes, mas fundamentais, para a construção do pensamento do arquiteto, pois os projetos do arquiteto, ao mesmo tempo que são propostas inovadoras/ousadas, carregam ideias como conexão entre os elementos e escalas da

⁹ Referência à aplicação dos “dogmas modernistas” até décadas tão avançadas no século XX.

cidade, apropriação, existência de espaços qualificados, intenção de transformar as cidades mais habitáveis, mais conectadas entre si e com os seus habitantes – ideias estas em oposição às definições dos conceitos e teorias referentes à cidade funcionalista do Movimento Moderno, e aproximadas as ideias e conceitos do grupo TEAM X.

Por fim, parece-nos importante salientar que o arquiteto possui uma vasta produção de conjuntos habitacionais e urbanizações que podem ser considerados bons exemplos arquitetônicos e urbanísticos em um país onde há carência de habitações e de espaços urbanos de qualidade. A partir da análise detalhada dessa produção e das suas estratégias projetuais, estas podem ser tomadas como referências e novas alternativas para se “construir cidades”. Acreditamos que esta seja a importância desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Um outro olhar para a urbanização de favelas**: o caso de Paraisópolis em São Paulo. 239p. Dissertação Mestrado arquitetura – Departamento de arquitetura Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2020.

ANTONUCCI, D.; FILOCOMO, G. **Espaços públicos em conjuntos habitacionais (São Paulo, SP)** – Como as diretrizes da política habitacional de diferentes gestões influenciaram a concepção dos espaços públicos em áreas habitacionais de baixa renda e sua apropriação. In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST-EPC-003-4_ANTONUCCI.FILOCOMO.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

ARAUJO, C. F. L. **Edifícios de habitação em áreas urbanas consolidadas**: Rue des Suisses, e Casarão do Carmo. Parc- Pesquisa em Arquitetura e Construção, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 15-28, out. 2012.

ARTIGAS, R. (Org.). **Paulo Mendes da Rocha**. São Paulo: Cosac Naify; 2000.

BARONE, A. **Team 10 arquitetura como crítica**. 1ed. São Paulo: Fapesp, 2002.

BARROS, R. **Habitação Coletiva**: a inclusão de conceitos humanizadores no processo de projeto. 2008. 189p. Tese (Doutorado – Faculdade de Engenharia Civil e Arquitetura) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

BARROS, R.; PINA, S. **Uma abordagem de inspiração humanizadora para o projeto de habitação coletiva mais sustentável**. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 121-135, jul. / set. 2010

BASTOS, M. A. J.; ZEIN, R. V. **Brasil**: arquitetura após 1950. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BEDOLINI, A. C. B. **A Vila dos Idosos de Héctor Vigliecca**: Uma reflexão sobre o “fazer arquitetura”. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo, 2014

BENEDETTI, C.R. **Habitação coletiva econômica**: O caso de Heliópolis na cidade de São Paulo. 2020. 163p. Dissertação (Mestrado em arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BENTLEY, I. **Entornos vitales**: hacia un diseño urbano y arquitectónico más humano: manual práctico. Barcelona: Editorial Gustavo Gil, 1999.

BHALAI –PORTAL DA ESPIRITUALIDADE E BEM ESTAR. **Mantras o que são e como funcionam**. 6. fev. 2021. Disponível em:

<https://www.bhalai.com.br/post/mantras-o-que-s%C3%A3o-e-como-funcionam>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 7ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2017.

BONDUKI, N. **Os Pioneiros da Habitação Social – Cem anos de política pública no Brasil**. v.1, Ed. Sesc-Unesp, São Paulo, 2014.

CARREÑO, B. **Projeto de arquitetura da moradia de Interesse Social: experiências paulistanas, 1960-2010**. 2015. 321p. Dissertação (Mestrado – área concentração: projeto de arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARVALHO, D. **O que são menires e cromeleques** | uma pequena viagem por alguns monumentos megalíticos em Portugal. 2022. Disponível em: <https://citaliarestauro.com/o-que-sao-menires-e-cromeleques/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CERQUEIRA, I. **As mil moradias da arquitetura [e história] como processo na experiência da usina ctah junto à associação pro moradia de Osasco**. 139p. Dissertação (Mestrado – Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 2016.

CLUSTER CITY. **A new shape for the community**. Architectural Review, nov. 1957.

COLQUHOUN, A. **Modernidade e Tradição Clássica**: Ensaios sobre Arquitetura 1980-87. 1ed. São Paulo Cosac Naify, 2004.

CONSELHO DE ARQUITETURA DO BRASIL (CAU/BR). ARQUITETURA SOCIAL: O MAL-ENTENDIDO QUE LEVOU RUY OHTAKE A HELIÓPOLIS EM SÃO PAULO. ArchDaily, 12 nov. 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/896166/arquitetura-social-o-mal-entendido-que-levou-ruy-ohtake-a-heliopolis-em-sao-paulo>. Acesso em: 01 abr. 2021.

CONSTANTINOU, E.; MACHADO, L. **Reflexões sobre a Habitação Social Contemporânea**: Uma proposta metodológica. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/REFLEX%C3%95ES-SOBRE-HABITA%C3%87%C3%83O-SOCIAL%3A-Uma-revis%C3%A3o-do-da-Pacheco-Pacheco/0f1bc06d0e857e54c992901d3e86066d2f642eb5>. Acesso em: 01 abr. 2021.

CORADIN, R. **Habitar social**: A produção contemporânea na cidade de São Paulo. 2014. 542p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 2014.

CRUZ, L. **Utopia e Pragmatismo em cinco propostas de habitação de interesse social no Brasil (1992-2012)**. 220p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2013.

CURTIS, W. **Arquitetura Moderna desde 1900**. 3ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2008.

ESTADO DE MINAS NACIONAL. **Paraisópolis, 100 anos**: como loteamento de luxo virou favela mais famosa de SP. Disponível em:
https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/09/17/interna_nacional,1306421/pa-raisopolis-100-anos-como-loteamento-de-luxo-virou-favela-mais-famosa-de.shtml. Acesso em: 15 ago. 2022.

FERREIRA, J. **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano – Parâmetros de qualidade para implementação de projetos habitacionais urbanos. 1ed. São Paulo: Editora FUPAM, 2012.

FRAMPTON, K. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GONSALES, C. **Brasília, por Rino Levi**. Revista Arqtexto. Porto Alegre, 2002. Disponível em:
https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_2/2_C%C3%A9lia%20Gonales.pdf. Acesso em: 01 abr. 2021.

HITCHCOCK, H. R. **Latin American Architecture since 1945**. New York: The museum of Modern Art, 1955.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JORNAL PARAISÓPOLIS. Disponível em:
<https://jornalparaisopolisnews.blogspot.com/> Acesso em: 13 out. 2022.

JUNQUEIRA, M. A.; VERDE ZEIN, R. **Brasil: arquiteturas após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Capa de Edições 70, 1960.

MAGALHÃES, A. **A “lógica da intervenção” e a questão da circulação**: As remoções de favelas como forma de gerir o espaço urbano no Rio de Janeiro dos Jogos Olímpicos. Tempo Social, v. 31, n. 2, p. 221-242. ago. 019. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/143694>. Acesso em: 11 out. 2022.

MALHEIRO, M. **Conservação do Patrimônio Arquitetônico através de ações de demolição e construção**. In: 6ª conferência sobre patologia e reabilitação de edifícios, 2018, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PATORREB, 2018. Disponível em: <https://www.nppg.org.br/patorreb/files/artigos/80667.pdf>. Acesso em: 06 set. 2022.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

MARICATO, E. **Morte e vida do urbanismo moderno**. São Paulo: FAU/USP, 2001.

MARICATO, E. **Política Habitacional no Regime Militar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987. Disponível em: https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/09/pol_hab_reg_militar_parte1.pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.

MAZIVIERO, M. C.; SILVA, A. S. **O caso do complexo Paraisópolis em gestões: diferenças conceituais em programas de intervenção em favelas em São Paulo**. Revista Brasileira de Gestão Urbana. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/23530/23056>. Acesso em: 27 jul. 2022.

MINGHINI, V. **A dimensão urbana nos projetos habitacionais de Héctor Vigliecca**. 2019. 214p. Dissertação Mestrado Arquitetura – Universidade de São Paulo, 2019.

MUMFORD, E. P. **The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960**. Cambridge: The MIT Press, 2002.

NERY, P. A. C. **Assis Reis: arquitetura, regionalismo e modernidade**. 247p. Dissertação Mestrado Arquitetura – Universidade Federal da Bahia, 2002.

OLIVEIRA, F. Q. S. **Operação urbana consorciada Tietê II: do plano urbano ao projeto urbano**. 2014. 280p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

PARQUE RESIDENCIAL NOVO SANTO AMARO V. **Wiki, 2021**. Disponível em: https://wiki.ead.pucv.cl/Conjunto_habitacional_Parque_Novo_Santo_Amaro. Acesso em: 01 abr. 2021.

PENSAR PIAUÍ. **Elite brasileira não toma jeito: quer muro entre favela e Morumbi**. Disponível em: <https://pensarpiaui.com/noticia/elite-brasileira-nao-toma-jeito-quer-muro-entre-favela-e-morumbi.html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

PEREIRA, M. **URBANIZAÇÃO DO JARDIM VICENTINA / Vigliecca & Associados**. **ArchDaily**, 2. jan. 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/804477/urbanizacao-do-jardim-vicentina-vigliecca-and-associados>. Acesso em: 01 mar. 2021.

PEREIRA, P. **Projeto Singapura da Prefeitura Municipal de São Paulo: O conjunto habitacional Zaki Narchi**, São Paulo: EPUSP, 2002. 22p (Boletim Técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, BT/PCC/309).

PICCINI, L.; CONSTANTINOU, E. **Reflexões sobre políticas públicas habitacionais Brasil, 1907-2015**. XVI jornada interescolas/departamentos de História. Departamento de História. Facultad Humanidades. Universidade de Mar del Plata, Mar del Plata, 2017.

PODESTÁ, S. **Habitação Popular – A Vila do Brás**. São Paulo, 1990. Disponível em: <https://www.podesta.arq.br/projetos/educacionais/projeto-habitacao-popular-a-vila-do-bras/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

PONTE, C.; BACH, L. C.; GATTI, P. **Arquitectura y Patrimonio em Uruguay: Proceso de inserción de la arquitectura como disciplina en el patrimonio**. Montevideo: Farq UdelaR, 2007.

PORTO, R. **O problema da habitação operária**. In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio 30, fevereiro 1937.

PUGLISI, M.C. **Habitação e Cidade – Espaços coletivos na Habitação de Interesse Social**. Análise das obras do arquiteto Hector Vigliecca em São Paulo 1989 a 2016. 2017.177p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

RAPPL, K. **Avaliações ex ante e a qualidade do habitar no Brasil do século 21: uma possibilidade crítica**. 2019. 350p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RECAMAN, L. **Arquitetura em Tempos Díficeis**. In: VIGLIECCA, H. **O terceiro território: habitação coletiva e cidade**. 1ed. São Paulo, 2014.

RITTER, C. **Espaço arquitetônico e urbanístico nas cooperativas habitacionais uruguaias: Complexo Habitacional Bulevar Artigas e Zona 1 do Complexo Habitacional José Pedro Varela**. 2019. 297f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2019.

ROSIN, J. A. R. G. **Meio ambiente e desenho urbano: em busca de novas possibilidades para pensar a cidade na contemporaneidade**. In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo, 2014.

RUBANO, L. M. **Habitação Coletiva – Propostas Contemporânea. Habitação e Cidade**, São Paulo, mai. 2014.196min. Disponível em: https://br.video.search.yahoo.com/search/video;_ylt=AwrE1xOq9Shhn28AfAbz6Qt.;

ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3BpdnM-?p=lizete+rubano&fr2=piv-web&type=E210BR91199G0&fr=mcafee#id=1&vid=76b6e0bb4b8429c2ad22546b757e5524&action=view. Acesso em: 20 abr. 2021.

RUBANO, L. M. **Habitação Coletiva**: Reconfigurando a quadra do Carmo, São Paulo. PARC- Pesquisa em Arquitetura e Construção, São Paulo, v. 3, n. 8, p.72-80, jan. 2012. Disponível em: . Acesso em: 20 abr. 2021.

RUBANO, L. M. **Morar junto**: a dimensão urbana do habitar. Vitruvius – Resenhas online, nº164.05, ano14, ago. 2015. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/resenhasonline/14.164/5654>. Acesso em: 16 ago. 2022.

RUBANO, L. M. **Morar junto**: a dimensão urbana do habitar. In: VIGLIECCA, H. O terceiro território: habitação coletiva e cidade. 1ed. São Paulo, 2014. p. 6-12

RUBIO, V. **Programa de Urbanização e os desafios para integração da favela à cidade**. 2017. 483f. Tese de doutorado – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

SABBAG, J. **Brasília, 50 anos**: do urbanismo ao planejamento estratégico. 2012. 207f. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10730/1/2012_JulianeAlbuquerqueAbeSabbag.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

SAKAMOTO, L. **Blog do Sakamoto**. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2019/12/01/pm-e-responsavel-por-mortes-em-paraisopolis-resta-saber-burrice-ou-ma-fe/>. Acesso em: 06. Jun.2022.

SANVITTO, M. L. **Conjunto Habitacional BNH**: registro de um exemplar. Brasília, 2011. Disponível em: https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/026_M15_RM-ConjuntoHabitacionalBNH-ART_maria_sanvitto.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.

SANVITTO, M. L. **Habitação Coletiva Econômica na Arquitetura Moderna Brasileira entre 1964 e 1986**. 2010. 548f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SELBACH, J. F. et al. Complejo Bulevar. Análise com a técnica do redesenho. **Revista Vivienda Popular**, Montevideo, n. 29, p. 90-97, out. 2017.

SERAPIÃO, F. Revista Monolito – Edição Héctor Vigliecca. **Revista Monolito**, São Paulo, nº16, 14 páginas, 2013.

SIGNIFICADOS. **Significado de Mantra**. 2022. Disponível em: <https://www.significados.com.br/mantra>. Acesso em 15 jul. 2022.

SILVA, L.; ALVIM.A.T.B. **O lugar das águas em áreas urbanas periféricas**: O caso do Parque Novo Santo Amaro V. In: Seminário Internacional de Forma Urbana – XXIV ISUF Conference, Valencia, 2017. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/56092930/Artigo-Santo-Amaro.pdf?1521398213=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO_lugar_das_aguas_em_areas_urbanas_perif.pdf&Expires=1618950574&Signature=MusGidftHAp~v73hylnuZqpXmGLkRWy8onj9hTAU9wbLzIbNuFkSzRWb86y8J7ZbwvyVgrPcksfCFPdK7JXgVWZMNma3jdfSkR3im5WiMu-RUGq5INVtz4RYD2x3hrxDj63PBWKOJ50-DmL~QP4wXRCNVk1tJzJ0fdglizTtRZXV8U18ldqQVgQxjTrYD6DYCYuOYX0o0qeEifmwqWH8n8uWv9MJLrMidelaJXD5NyHDw9q9j-jOJaKHQWXujLTGj6hPr10fvKz-x~U9SQ~StOSSZj-zP6hauOFon8m2AzO8vza2Vq2QO024BLm5owUZivE2~MALL54hR4Bi~m7n9g__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 12 abr.2021.

SILVA, L; MAZIVIERO, M.C; FEDELI, M. Do we love Paraisópolis? **Arquitextos**, 197.07, ano 17, out. 2016. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.197/6262> . Acesso em: 15 ago. 2022.

SMITHSON, A. (ed.). **Manual del Team 10**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1966.

SMITHSON, A.; SMITHSON, P. An urban Project. **Architect's Yearbook**, v. 5, 1953.

SMITHSON, A.; SMITHSON, P. Cluster City. A new shape for the community. **Architectural Review**, n. 1957.

SOLÀ-MORALES, I. de. Arquitectura y existencialismo. In: SOLÀ-MORALES, I. de. **Diferencias**: Topografías de la Arquitectura Contemporánea. Barcelona: Gustavo Gili, 1995A. p. 43-61.

SOLÀ-MORALES, I. de. Lugar: permanencia o producción. In: SOLÀ-MORALES, I. de. **Diferencias**: Topografías de la Arquitectura Contemporánea. Barcelona: Gustavo Gili, 1995b. p. 109-125.

SOUZA, V.P. **Heliópolis (São Paulo)**: as intervenções públicas e as transformações na forma urbana da favela (1970-2011). 2012. 147p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

SOUZA. G.B. **Habitação para idosos em São Paulo séc. XXI**. 2019.105p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

TAVEIRA, M. **Estratégias de Reabilitação de Cursos D'água nos processos de Urbanização de Territórios Informais**: Análise de casos do Cantinho do Céu, São Paulo e Igarapé do São Raimundo, Manaus. 2016. 230p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

VADA, P. Conjunto Habitacional do Jardim Edite / MMBB arquitetos + H+F arquitetos. **ArchDaily**, 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-134091/conjunto-habitacional-do-jardim-edite-slash-mmbb-arquitetos-plus-h-plus-f-arquitetos>. Acesso em: 01 abr. 2021.

VAN EYCK, A. Steps toward a configurative discipline. **Forum**, n. 3, ago. 1962. Disponível em: http://www.arch.ttu.edu/courses/2008/summer/mexicostudio/Handouts%20Vernooy/Theory/Theory_van_Eyck.pdf. Acesso em: 17 out.2022.

VIGLIECCA & ASSOCIADOS ONLINE. Disponível em: <http://www.vigliecca.com.br/>. Acesso em: 14 nov. 2019.

VIGLIECCA, H. **Cinco mantras do desenho urbano por Héctor Vigliecca**. ArchDaily, 9 mai 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/870625/cinco-mantras-do-desenho-urbano-por-hector-vigliecca>. Acesso em: 13 mai. 2021.

VIGLIECCA, H. **Debate**. 2014. São Paulo: 23ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo. Debate “Habitação Social: impasses de uma cidade possível”. Debatedores: Héctor Vigliecca, Nabil Bonduki, Helene Afanasieff, Leão Serva. 74min. Disponível em: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/pages/presentations>. Acesso em: 29 abr. 2021.

VIGLIECCA, H. Héctor Vigliecca: entrevista. Entrevistadora: Andréia A. Machado, 2022. Entrevista por escrito concedida para elaboração da dissertação de mestrado.

VIGLIECCA, H. **Infiltrando urbanidade**: a produção de habitação social de Vigliecca & Associados. Entrevista com Héctor Vigliecca e Neli Shimizu. Entrevista concedida a Revista Vitruvius, n. 079.01, ano 20, jul. 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/entrevista/20.079/7400>. Acesso em: 01 abr. 2021.

VIGLIECCA, H. **Hipóteses do real**: concursos de arquitetura e urbanismo 1971-2011. 1ed. São Paulo: Vigliecca e associados, 2012.

VIGLIECCA, H. **O terceiro território**: habitação coletiva e cidade. 1ed.São Paulo: Vigliecca e Associados, 2014.

VIGLIECCA, H. **Crescimento populacional e desenvolvimento urbano**. Palestra em vídeo (108 min). São Paulo: Escola da Cidade, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-TNOEqTPQ4w&t=1748s>. Acesso em: 29 abr. 2021.

VIGLIECCA, H. **Urbanização de áreas críticas**: complexo Paraisópolis. Palestra em vídeo (8 min). São Paulo: Workshop Urbanização de Favelas - 9ª Bienal de Arquitetura de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fT3hcniSVFY&t=185s>. Acesso em: 29 abr. 2021.

VIGLIECCA, H. **Residencial Parque Novo Santo Amaro V, São Paulo, Brasil.**

Scielo, abr. 2014. Disponível em:

https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-

[69962014000100013&lng=en&nrm=iso&tlng=en.%20Acesso%20em%2029.abr%202021](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-69962014000100013&lng=en&nrm=iso&tlng=en.%20Acesso%20em%2029.abr%202021). Acesso em: 29 abr. 2021.

VIGLIECCA, H. Urbanização do complexo Paraisópolis a materialização da cidadania, São Paulo, Brasil. **ArchPlus**, 2007. Disponível em:

<https://archplus.net/de/urbanizacao-do-complexo-parais-polis-a-materializacao-da-cidadania/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 2012.

YAHOO! NOTÍCIAS. Paraisópolis, 100 anos: como loteamento de luxo virou favela mais famosa de SP. Disponível em:

<https://br.noticias.yahoo.com/parais%C3%B3polis-100anos-como-loteamento-luxo-201219328.html>. Acesso em: 16 ago. 2022.